

GUSTAVE LE BON

PSICOLOGIA
DAS
MULTIDÕES

PENSADORES

DELRAUX

« PENSADORES »

COLEÇÃO DIRIGIDA POR GÉRARD LEROUX

GUSTAVE LE BON

Psicologia das multidões

TRADUÇÃO DE IVONE MOURA DELRAUX

Título original PSYCHOLOGIE DES FOULES

© *Presses Universitaires de France, 1895* © *Edições Roger Delraux,*

1980, para a língua portuguesa



<http://groups.google.com/group/digitalsource>

A

TH. RIBOT,

Diretor da *Revue philosophique*,

Professor de Psicologia no Collège de France,

Membro do Institut.

Afetuosamente homenagem, GUSTAVE LE BON.

CONTRACAPA

GUSTAVE LE BON
PSICOLOGIA DAS MULTIDÕES

«Em que ideias fundamentais se vão basear as sociedades que sucederão à nossa?”. Por enquanto, não o podemos saber. Mas podemos prever que terão de contar com um novo poder, último poder soberano da idade moderna: o poder das multidões. Sobre as ruínas de tantas ideias, outrora consideradas verdadeiras e já mortas hoje, sobre os destroços de tantos poderes sucessivamente derrubados, este poder das multidões é o único que se ergue e parece destinado a absorver rapidamente os outros. No momento em que as nossas antigas crenças vacilam e desaparecem, em que os velhos pilares das sociedades desabam, a ação das multidões é a única força que não está ameaçada e cujo prestígio vai sempre aumentando. A época em que estamos a entrar será, na verdade, a era das multidões.'»

Gustave Le Bon (1841-1931), médico, sociólogo e psicólogo, é considerado como um genial precursor de Freud (pelas suas teses sobre o inconsciente) e de Einstein (ao considerar a matéria como uma forma condensada da energia). A *Psicologia das Multidões*. (1895) está, hoje, traduzida numa dezena de línguas.

PREFÁCIO

O conjunto de caracteres comuns que o meio e a hereditariedade imprimem a todos os indivíduos de um povo constitui a alma desse povo.

Estes caracteres são de origem ancestral e, por isso, muito estáveis. Mas quando, por influências diversas, um certo número de homens se agrupa momentaneamente, a observação mostra-nos que aos seus caracteres ancestrais se vem juntar uma série de novos caracteres por vezes bem diferentes dos que a raça lhes deu.

No seu conjunto constituem uma alma coletiva poderosa mas momentânea.

As multidões sempre desempenharam um papel importante na história, mas nunca tão considerável como nos nossos dias. A ação inconsciente das multidões, substituindo-se à atividade consciente dos indivíduos, é uma característica da época em que vivemos.

INTRODUÇÃO

A ERA DAS MULTIDÕES

Evolução da época atual. — As grandes transformações de civilização são consequência de transformações na mentalidade dos povos. — A crença moderna no poder das multidões. — Essa crença modifica a política tradicional dos Estados. — Como se verifica a ascensão das classes populares e como exercem o seu poder. — Consequências necessárias do poder das multidões.—As multidões só podem exercer um papel destrutivo.— É por intermédio delas que se completa a dissolução das civilizações demasiado velhas. — Ignorância generalizada da psicologia das multidões. — Importância do estudo das multidões para os legisladores e homens de Estado.

As grandes alterações que precedem a transformação das civilizações parecem, à primeira vista, determinadas por agitações políticas de importância considerável: invasões de povos ou quedas de dinastias. Mas um estudo atento destes acontecimentos revela que, por detrás das causas aparentes, a causa real é, na maior parte das vezes, uma transformação profunda nas ideias dos povos. As verdadeiras alterações históricas não são as que nos espantam pela grandeza e violência. As únicas transformações decisivas, as que conduzem à renovação das civilizações, efetuam-se nas opiniões, nas concepções e nas crenças. Os acontecimentos memoráveis são os efeitos visíveis de transformações invisíveis nos sentimentos dos homens. E se só raramente se manifestam é porque o fundo hereditário dos sentimentos é o elemento mais estável de uma raça.

A época atual constitui um daqueles momentos críticos em que o pensamento humano se encontra em vias de transformação.

Dois fatores essenciais estão na base dessa transformação. O primeiro é a destruição das crenças religiosas, políticas e sociais de onde derivam todos os elementos da nossa civilização. O segundo é a criação de condições de existência e de pensamento inteiramente novas, originadas pelas modernas descobertas da ciência e da indústria.

Como as ideias do passado, embora abaladas, são ainda muito poderosas, e as ideias que as devem substituir se encontram ainda em formação, a época moderna representa um período de transição e anarquia.

Não é fácil dizer-se hoje o que poderá um dia sair deste período necessariamente um tanto caótico. Em que ideias fundamentais se vão basear as sociedades que sucederão à nossa? Por enquanto, não o podemos saber. Mas podemos prever que terão

de contar, ao organizarem-se, com um novo poder, último poder soberano da idade moderna: o poder das multidões. Sobre as ruínas de tantas ideias, outrora consideradas verdadeiras e já mortas hoje, sobre os destroços de tantos poderes sucessivamente derrubados, este poder das multidões é o único que se ergue e parece destinado a absorver rapidamente os outros. No momento em que as nossas antigas crenças vacilam e desaparecem, em que os velhos pilares das sociedades desabam, a ação das multidões é a única força que não está ameaçada e cujo prestígio vai sempre aumentando. A época em que estamos a entrar será, na verdade, a era das multidões.

Há apenas um século, a política tradicional dos Estados e as rivalidades dos príncipes constituíam os principais fatores dos acontecimentos. Na maioria dos casos, a opinião das multidões nada contava. Hoje, são as tradições políticas, as tendências pessoais dos soberanos e as suas rivalidades que pouca importância têm. A voz das multidões tornou-se preponderante. É ela que dita aos reis a sua conduta. Os destinos das nações não se jogam já nos conselhos dos príncipes, mas sim na alma das multidões.

A ascensão das classes populares à vida política, a sua transformação progressiva em classes dirigentes, é uma das características mais salientes desta época de transição. Não foi o sufrágio universal, tão pouco influente durante tanto tempo e tão fácil de controlar no seu começo, que determinou essa ascensão. O poder das multidões desenvolveu-se a partir da propagação de certas ideias que, gradualmente, se apossaram dos espíritos, e, depois, graças à associação cada vez maior de indivíduos com o fim de pôr em prática concepções que, até então, apenas tinham sido formuladas teoricamente. Foi através dessa associação que as multidões começaram a formar ideias sobre os seus interesses, que, embora não fossem muito justas, eram decerto bastante firmes; começaram ao mesmo tempo a ter consciência da sua força. Fundam sindicatos perante os quais todos os poderes capitulam; bolsas de trabalho que, apesar das leis económicas, tendem a reger as condições de trabalho e de salário. Envia às assembleias governativas representantes destituídos de qualquer iniciativa e independência, que se limitam quase sempre a serem os porta-vozes das comissões que os escolheram.

Hoje, as reivindicações das multidões tomam-se cada vez mais definidas e procuram destruir de alto a baixo a sociedade atual, para a reconduzirem ao comunismo primitivo que foi o estado normal de todos os grupos humanos antes da aurora da civilização. Tais reivindicações são a redução das horas de trabalho, a expropriação das minas, dos caminhos-de-ferro, das fábricas e do solo, a distribuição igualitária dos produtos, a eliminação das classes superiores em benefício das classes populares, etc.

Pouco dadas ao raciocínio, as multidões mostram-se, em contrapartida, muito

aptas para a ação. A organização atual torna poderosa a sua força. Os dogmas, que hoje vemos surgir, depressa hão de ter o poder dos velhos dogmas e ficarão investidos da força tirânica e soberana que os colocará ao abrigo de qualquer discussão. Assim o direito divino das multidões substitui o direito divino dos reis.

Os escritores que gozam dos favores da nossa burguesia e que, por isso, melhor representam as suas ideias um tanto estreitas, as suas vistas um tanto curtas, o seu ceticismo um tanto sumário e o seu egoísmo por vezes excessivo, sentem-se perturbados com o novo poder que se ergue diante deles e, para combater a desordem dos espíritos, dirigem apelos desesperados às forças morais da Igreja, que dantes tanto tinham desdenhado. Falam de bancarrota da ciência e lembram-nos os ensinamentos das verdades reveladas. Estes novos conversos esquecem, porém, que, se a graça, na verdade, os iluminou a eles, já não terá o mesmo poder sobre as almas fechadas aos apelos da transcendência. As multidões, hoje, não querem saber dos deuses que os seus senhores de ontem renegaram e ajudaram a derrubar. Os rios não correm para as nascentes.

A ciência não sofreu qualquer bancarrota e nada tem a ver com a atual anarquia dos espíritos nem com o novo poder que se ergue no meio desta anarquia. A ciência prometeu-nos a verdade ou, pelo menos, o conhecimento das relações acessíveis à nossa inteligência, nunca nos prometeu a paz nem a felicidade. Soberanamente indiferente aos nossos sentimentos, não ouve as nossas queixas e nada nos poderá restituir as ilusões que, por causa dela, fomos perdendo.

Sintomas universais revelam-nos, em todas as nações, o rápido crescimento do poder das multidões. Seja o que for que ele nos traga, seremos obrigados a suportá-lo. As recriminações não passam de palavras vãs. A ascensão das multidões marcará talvez uma das derradeiras etapas das nossas civilizações do Ocidente, um regresso àqueles períodos de anarquia confusa que sempre precedem o desabrochar de novas sociedades. Mas como poderemos impedi-lo?

Até aqui, as grandes destruições de civilizações envelhecidas constituíram a função mais evidente das multidões. A história ensina-nos que, no momento em que as forças morais que são o fundamento das sociedades perderam o seu domínio, as multidões inconscientes e brutais, justamente qualificadas de bárbaras, encarregam-se de realizar a dissolução final. Até agora, as civilizações têm sido criadas e guiadas por uma pequena aristocracia intelectual mas nunca pelas multidões. Essas, só têm poder para destruir. O seu domínio representa sempre uma fase de desordem. Uma civilização implica regras fixas, disciplina, a passagem do instintivo para o racional, a previsão do

futuro, um grau elevado de cultura, condições estas totalmente inacessíveis às multidões quando abandonadas a si mesmas. Pelo seu poder unicamente destrutivo, elas agem como aqueles micróbios que ativam a dissolução dos corpos debilitados ou dos cadáveres. Sempre que o edifício de uma civilização está carcomido, são as multidões que provocam o seu desmoronamento. É então que desempenham o seu papel. E, por um momento, a força cega do número torna-se a única filosofia da história.

Será também isto que vai acontecer à nossa civilização? É o que podemos recear mas que, por ora, é impossível saber.

Resignemo-nos e suportemos o domínio das multidões, já que mãos imprevidentes foram sucessivamente derrubando todas as barreiras que ainda as podiam conter.

Essas multidões, de que hoje tanto se começa a falar, conhecemo-las ainda muito mal. Os psicólogos profissionais viveram afastados delas, sempre as ignoraram e, quando delas se ocuparam, foi apenas para se debruçarem sobre os crimes que elas podem cometer. Não há dúvida que existem multidões criminosas, mas há também as multidões virtuosas, as multidões heroicas e tantas outras. Os crimes das multidões são apenas um caso particular da sua psicologia e, através deles, não podemos conhecer a sua constituição mental, tal como não podemos conhecer um indivíduo apenas pela descrição dos seus vícios.

A bem dizer, os senhores do mundo, os fundadores de religiões e de impérios, os apóstolos de todas as crenças, os homens de Estado eminentes e, numa esfera mais modesta, os simples dirigentes de pequenas coletividades humanas, sempre foram psicólogos inconscientes que possuíam um conhecimento instintivo, mas muitas vezes bastante exato, da alma das multidões. E por a conhecerem bem é que facilmente se tornaram os seus senhores. Napoleão compreendia maravilhosamente a alma das multidões francesas mas, por vezes, mostrava total ignorância quanto às multidões dos outros povos¹.

Esta ignorância levou-o a empreender, particularmente em Espanha e na Rússia, as guerras que preparariam a sua queda.

O conhecimento da psicologia das multidões constitui o recurso de todo o homem de Estado que quer, não digo governá-las — o que hoje em dia se tornou bastante difícil — mas, pelo menos, não se deixar governar completamente por elas.

O estudo dessa psicologia mostra até que ponto é limitada a ação que as leis e as instituições exercem sobre a sua natureza impulsiva e como as multidões são totalmente incapazes de ter qualquer opinião para além daquelas que lhes são sugeridas. Não são as regras baseadas na equidade teórica pura que as podem guiar, é necessário

¹ Nem os seus mais perspicazes conselheiros conseguiram compreendê-las melhor. Talleyrand escrevia-lhe dizendo que «a Espanha receberia os seus soldados como libertadores». E afinal recebeu-os como animais ferozes, reação que qualquer psicólogo conhecedor dos instintos hereditários da raça teria decerto previsto.

impressioná-las para as seduzir. Se um legislador quiser, por exemplo, lançar um novo imposto, deverá optar pelo que é teoricamente mais justo? De maneira nenhuma. O mais injusto pode ser, na prática, o melhor para as multidões se for o menos perceptível e, aparentemente, o menos pesado. É por isso que um imposto indireto, mesmo quando é exorbitante, é sempre facilmente aceite pela multidão. Como é pago, em pequenas frações, nos objetos de consumo diário, não chega a perturbar os hábitos nem causa impressão. Mas se o substituirmos por um imposto proporcional sobre os salários, ou outros rendimentos, para ser pago de uma só vez, levanta-se imediatamente um coro de protestos, ainda que o novo imposto seja dez vezes menos pesado do que o outro. Neste caso, em vez das pequenas frações invisíveis, pagas dia a dia, torna-se necessário despendar uma nova soma, relativamente elevada, que, por isso mesmo, parece impressionante. Só passaria despercebida se tivesse sido posta de parte aos poucos, mas esse procedimento implica uma dose de espírito de previdência econômica de que as multidões são totalmente incapazes. O exemplo tão simples que acabámos de dar ilustra bem a mentalidade das multidões. Essa mentalidade não escapou a um psicólogo como Napoleão, mas os legisladores, esses, continuam a não a compreender porque nada sabem dela. A experiência ainda não lhes ensinou que os homens não se deixam guiar pelas prescrições da razão pura.

A psicologia das multidões pode aplicar-se em campos muito diversos. O seu conhecimento traz uma luz imensa a numerosos fenômenos históricos e econômicos que, sem ela, permaneceriam quase totalmente ininteligíveis.

O estudo da psicologia das multidões deve fazer-se, quanto mais não seja, por mera curiosidade, pois tem tanto interesse descobrir as motivações das ações dos homens, como estudar um mineral ou uma planta. O estudo que iremos apresentar da alma das multidões será necessariamente uma síntese, um simples resumo das investigações que temos realizado. Dele apenas se podem esperar algumas ideias sugestivas. Outros o levarão mais longe. Nós, hoje, limitamo-nos a abrir os primeiros sulcos num terreno até agora inexplorado¹.

Nas minhas diversas obras, sobretudo em *Psychologie du socialisme*, encontram-se algumas consequências das leis que regem a psicologia das multidões, que se aplicam a assuntos muito diferentes. A. Gevaert, diretor do Conservatório Real de Bruxelas, descobriu recentemente uma aplicação notável das leis que expus num trabalho sobre a música, arte que ele muito justamente classifica como «a arte das multidões». «Foram as suas duas obras», escreveu-me este eminente professor quando

¹ Os poucos autores que, até hoje, se ocuparam da psicologia das multidões fizeram-no, como já tive ocasião de dizer, apenas do ponto de vista da criminalidade. Como a este aspecto dediquei apenas um pequeno capítulo, aconselho o leitor a consultar os estudos de Tarde e o opúsculo de Sighele, *Les foules criminelles*. Este último trabalho não apresenta uma só ideia original do autor, mas constitui uma compilação de fatos extremamente úteis para os psicólogos. As minhas conclusões sobre a criminalidade e a moralidade das multidões são aliás totalmente opostas às dos dois escritores que acabo de citar.

me enviou o seu relatório, «que me deram a solução para um problema que, até agora, considerava insolúvel: a espantosa aptidão das multidões para sentirem uma obra musical, recente ou antiga, nacional ou estrangeira, simples ou complicada, desde que seja apresentada numa boa execução, com artistas dirigidos por maestro entusiasta.» Gevaert demonstra admiravelmente porque é que «uma obra, que não foi compreendida por músicos notáveis que leram a partitura no isolamento dos seus gabinetes, é por vezes imediatamente apreendida por um auditório alheio a toda a cultura técnica». Explica também claramente as razões pelas quais estas impressões estéticas não deixam quaisquer vestígios.

LIVRO I - A ALMA DAS MULTIDÕES

CAPÍTULO I

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS MULTIDÕES, LEI PSICOLÓGICA DA SUA UNIDADE MENTAL

O que, do ponto de vista psicológico, constitui uma multidão. — Uma aglomeração numerosa de indivíduos não chega para formar uma multidão. — Características especiais das multidões psicológicas. — Orientação fixa das ideias e dos sentimentos nos indivíduos que as compõem e apagamento da sua personalidade. — A multidão é sempre dominada pelo inconsciente. — Desaparecimento da vida cerebral e predominância da vida medular. — Diminuição da inteligência e transformação completa dos sentimentos. — Os sentimentos transformados podem ser melhores ou piores do que os dos indivíduos que constituem a multidão. — A multidão toma-se tão facilmente heroica como criminosa.

No sentido comum, a palavra multidão significa um conjunto de indivíduos, seja qual for a sua nacionalidade, profissão ou sexo, e independentemente das circunstâncias que os reúnem.

Do ponto de vista psicológico, a palavra multidão tem um sentido totalmente diferente. Em determinadas circunstancias, e apenas nessas, um agrupamento de indivíduos adquire caracteres novos, bem diversos dos caracteres de cada um dos indivíduos que o compõem. A personalidade consciente desvanece-se e os elementos e as ideias de todas as unidades são orientados numa direção única. Forma-se uma alma coletiva, sem dúvida transitória, mas que apresenta caracteres bem definidos. A coletividade transforma-se então no que, à falta de expressão mais adequada, chamarei uma multidão organizada ou, se preferirem, uma multidão psicológica. Passa a constituir um ser único e fica submetida à lei da unidade mental das multidões.

O fato de muitos indivíduos se encontrarem ocasionalmente lado a lado não lhes confere os caracteres de uma multidão organizada. Efetivamente, mil indivíduos reunidos ao acaso numa praça pública, sem qualquer fim determinado, não constituem de modo algum uma multidão psicológica. Para adquirirem caracteres específicos é necessária a influência de certos excitantes cuja natureza iremos determinar.

O desaparecimento da personalidade consciente e a orientação dos sentimentos e dos pensamentos num mesmo sentido, primeiras características da multidão que se

organiza, nem sempre implicam a presença simultânea de vários indivíduos no mesmo lugar. Milhares de indivíduos separados podem, em dado momento, sob a influência de certas emoções violentas, por exemplo de um grande acontecimento nacional, adquirir os caracteres de uma multidão psicológica. Bastará que um acaso qualquer os reúna, para que a sua conduta adquira imediatamente as características especiais dos atos das multidões. Em certos momentos da história, uma meia dúzia de homens pode constituir uma multidão psicológica, ao passo que centenas de indivíduos reunidos acidentalmente podem não a constituir. Por outro lado, um povo inteiro, sem que haja aglomeração visível, pode por vezes, em consequência de determinada influência, tornar-se uma multidão.

A multidão psicológica, logo que se constitui, adquire caracteres gerais provisórios mas bem determináveis. A estes caracteres gerais vão juntar-se caracteres particulares, que variam conforme os elementos que compõem a multidão e que podem modificar-lhe a estrutura mental.

As multidões psicológicas são, pois, susceptíveis de classificação e o estudo dessa classificação irá mostrar-nos que uma multidão heterogênea, composta de elementos dissemelhantes, e as multidões homogêneas, compostas de elementos mais ou menos semelhantes (castas, seitas e classes), apresentam caracteres comuns e, ao lado deles, caracteres particulares que permitem diferenciá-las.

Antes de tratarmos dos diferentes tipos de multidões, iremos examinar os caracteres que são comuns a todas elas. Procederemos como o naturalista que começa por determinar os caracteres gerais dos indivíduos de uma família e, só depois, trata dos caracteres particulares que permitem diferenciar os gêneros e as espécies que integram essa família.

A alma das multidões não é fácil de descrever porque a sua organização varia, não apenas conforme a raça e a composição das coletividades, mas também de acordo com a natureza e o grau dos estímulos a que estão sujeitas. Aliás, surge-nos esta mesma dificuldade quando encetamos o estudo psicológico de qualquer indivíduo. Nos romances é que os indivíduos se apresentam com um caráter constante, mas na vida real isso não acontece. Só a uniformidade dos meios gera a uniformidade aparente dos caracteres. Já tive ocasião de provar que todas as constituições mentais possuem virtualidades caracterológicas que se podem revelar sob a influência de uma brusca mudança de meio. Foi assim que, entre os mais ferozes «Convencionais» da Revolução Francesa, se encontraram inofensivos burgueses que, em circunstâncias normais, teriam sido pacíficos notários ou virtuosos magistrados. Passada a tempestade, retomaram o

seu caráter normal e Napoleão encontrou neles os seus mais dóceis servidores.

Como não podemos estudar aqui todas as etapas da formação das multidões, iremos examiná-las sobretudo na fase da sua já completa organização. Veremos aquilo que podem ser, mas não aquilo que já são. É apenas nesta fase já adiantada de organização que, ao fundo invariável e dominante da raça, se sobrepõem certos caracteres novos e específicos que orientam numa direção única todos os sentimentos e pensamentos da coletividade. Só então se manifesta a lei psicológica da unidade mental das multidões, que já tive ocasião de mencionar. Certos caracteres psicológicos das multidões são comuns aos dos indivíduos isolados; outros, pelo contrário, só se encontram nos agrupamentos. São esses caracteres especiais que iremos estudar primeiramente, a fim de realçarmos a sua importância.

O que há de mais impressionante numa multidão é o seguinte: quaisquer que sejam os indivíduos que a compõem, sejam quais forem as semelhanças ou diferenças no seu gênero de vida, nas suas ocupações, no seu caráter ou na sua inteligência, o simples fato de constituírem uma multidão concede-lhes uma alma coletiva. Esta alma fá-los sentir, pensar e agir de uma maneira diferente do modo como sentiriam, pensariam e agiriam cada um isoladamente. Certas ideias, certos sentimentos só surgem e se transformam em atos nos indivíduos em multidão. A multidão psicológica é um ser provisório, composto de elementos heterogêneos que, por momentos, se uniram, tal como as células que se unem num corpo novo formam um ser que manifesta caracteres bem diferentes daqueles que cada uma das células possui.

Contrariamente à opinião de um filósofo tão arguto como Herbert Spencer, no agregado que constitui uma multidão não encontramos de modo algum uma soma ou uma média dos seus elementos, mas sim uma combinação e criação de caracteres novos. Tal como na química, certos elementos, postos em presença uns dos outros, as bases e os ácidos por exemplo, combinam-se para formarem um corpo novo dotado de propriedades diferentes das dos corpos que entraram na sua composição.

É fácil verificar como o indivíduo em multidão difere do indivíduo isolado; mas já as causas que dão origem a tal diferença são mais difíceis de determinar. Para as podermos pelo menos entrever é necessário, primeiro, ter presente esta observação da psicologia moderna: não é somente na vida orgânica, mas também no funcionamento da inteligência, que os fenômenos inconscientes desempenham um papel preponderante. A vida consciente do espírito representa apenas uma pequena parte comparada com a vida inconsciente. O mais hábil analista ou o mais perspicaz observador não consegue descobrir senão um pequeno número de motivações. Os nossos atos conscientes

provêm de um substrato inconsciente constituído sobretudo de influências hereditárias. Este substrato contém os inumeráveis resíduos ancestrais que constituem a alma da raça. Por detrás das causas confessadas dos nossos atos, encontram-se sempre causas secretas, que nós próprios ignoramos. A maioria das nossas ações quotidianas são a consequência dos motivos ocultos que escapam à nossa consciência.

É sobretudo pelos elementos inconscientes que formam a alma de uma raça que todos os indivíduos dessa raça se assemelham, e é pelos elementos conscientes, resultantes da educação mas, principalmente, de uma hereditariedade excepcional, que eles se distinguem. Homens completamente diferentes pela sua inteligência têm instintos, paixões e sentimentos por vezes idênticos. Mesmo os homens mais eminentes raramente ultrapassam o nível dos indivíduos vulgares em tudo o que seja matéria de sentimento: religião, política, moral, afeições, antipatias, etc. Entre um matemático célebre e o seu sapateiro poderá existir um abismo do ponto de vista intelectual, mas quanto ao carácter e às crenças de cada um a diferença é muitas vezes nula ou muito pequena.

Ora são estas qualidades gerais do carácter, regidas pelo inconsciente e possuídas quase no mesmo grau pela maioria dos indivíduos normais de uma raça, que se encontram em comum nas multidões. Na alma coletiva desaparecem as aptidões intelectuais dos homens e, por consequência, as suas individualidades. O homogêneo absorve o heterogêneo e as qualidades inconscientes passam a dominar.

É esta comunidade de qualidades vulgares que explica que as multidões não possam realizar atos que exijam uma inteligência elevada. As decisões de interesse geral tomadas por uma assembleia de homens distintos, mas com diferentes especialidades, não são sensivelmente superiores às decisões tomadas por um grupo de imbecis, pois esses homens só conseguem associar qualidades medíocres que toda a gente possui; as multidões não podem acumular a inteligência mas somente a mediocridade. Não é toda a gente, como muitas vezes se repete, que tem mais espírito do que Voltaire, mas sim Voltaire que tem com certeza mais espírito do que toda a gente, se este «toda a gente» representa as multidões.

Todavia, se os indivíduos em multidão se limitassem a tornar comuns as suas qualidades vulgares, estabelecer-se-ia apenas uma média e não haveria, como já dissemos, a criação de novos caracteres. Como se criam então esses caracteres? É o que tentaremos agora descobrir.

São diversas as causas que determinam a aparição de caracteres especiais nas multidões. A primeira é que o indivíduo em multidão adquire, pelo simples fato do seu

número, um sentimento de poder invencível que lhe permite ceder a instintos que, se estivesse sozinho, teria forçosamente reprimido. E cederá tanto mais facilmente quanto, por a multidão ser anônima e por consequência irresponsável, mais completamente desaparece o sentimento de responsabilidade que sempre retém os indivíduos.

A segunda causa, o contágio mental, intervém igualmente para determinar nas multidões a manifestação de caracteres especiais e, ao mesmo tempo, a sua orientação. O contágio mental é um fenómeno fácil de observar mas que, até hoje, ainda não foi explicado e que é preciso relacionar com os fenómenos de carácter hipnótico que iremos agora estudar. Numa multidão, todos os sentimentos, todos os atos são contagiosos e são-no a ponto de o indivíduo sacrificar facilmente o seu interesse pessoal ao interesse coletivo. Trata-se de uma aptidão que é contrária à natureza do homem e de que ele só é capaz quando faz parte de uma multidão.

Uma terceira causa, e de longe a mais importante, o poder de sugestão, determina nos indivíduos em multidão caracteres especiais que são por vezes bastante opostos aos do indivíduo isolado. Aliás o contágio mental, já referido acima, não passa de um efeito desse poder da sugestão.

Para compreender este fenómeno é necessário ter bem presentes algumas descobertas recentes da fisiologia. Sabemos hoje que um indivíduo pode ser posto num estado em que, perdida a sua personalidade consciente, obedece a todas as sugestões do operador que lhe fez perder e comete atos totalmente contrários ao seu carácter e aos seus hábitos. Observações cuidadosas parecem provar que o indivíduo mergulhado durante algum tempo no seio de uma multidão em atividade, e em consequência dos eflúvios que dela se desprendem, ou por qualquer outra causa ainda desconhecida, depressa se encontra num estado característico que muito se assemelha com o estado de fascinação do hipnotizado nas mãos do hipnotizador.

Sendo paralisada a vida do cérebro no hipnotizado, ele torna-se escravo de todas as suas atividades inconscientes, que o hipnotizador orienta como quer. A personalidade consciente desaparece; a vontade e o discernimento ficam anulados. Os pensamentos e sentimentos são então dirigidos no sentido determinado pelo hipnotizador.

É este, mais ou menos, o estado em que se encontra o indivíduo integrado numa multidão. Não tem consciência dos seus atos. Nele, tal como no hipnotizado, ao mesmo tempo que certas faculdades são destruídas, outras podem ser levadas a um grau de extrema exaltação. Sob a influência de uma sugestão, esse indivíduo pode lançar-se com irresistível impetuosidade na execução de certos atos. Tal impetuosidade é ainda mais irresistível nas multidões do que no indivíduo hipnotizado, porque, como a sugestão é

igual para todos os indivíduos, ao tornar-se recíproca, amplia-se. Os indivíduos de uma multidão que possuem uma personalidade bastante forte para resistirem à sugestão são em número tão diminuto que acabam por ser arrastados pela corrente. Podem, quando muito, tentar desviar-lhe o curso fazendo uma sugestão diferente e, por vezes, uma palavra adequada ou uma imagem evocada a propósito já têm conseguido evitar que as multidões cometam atos sanguinários.

O desaparecimento da personalidade consciente, o predomínio da personalidade inconsciente, a orientação num mesmo sentido, por meio da sugestão e do contágio, dos sentimentos e das ideias, a tendência para transformar imediatamente em atos as ideias sugeridas, são, portanto, os principais caracteres do indivíduo em multidão. Deixa de ser ele próprio para se tornar um autômato sem vontade própria.

Só pelo fato de pertencer a uma multidão, o homem desce vários graus na escala da civilização. Isolado seria talvez um indivíduo culto; em multidão é um ser instintivo, por consequência, um bárbaro. Possui a espontaneidade, a violência, a ferocidade e também o entusiasmo e o heroísmo dos seres primitivos e a eles se assemelha ainda pela facilidade com que se deixa impressionar pelas palavras e pelas imagens e se deixa arrastar a atos contrários aos seus interesses mais elementares. O indivíduo em multidão é um grão de areia no meio de outros grãos que o vento arrasta a seu bel-prazer.

Assim se explica que certos júris formulem veredictos que cada jurado individualmente reprovava e que assembleias parlamentares aprovem leis e medidas que cada um dos membros que as compõem repudiaria. Tomados separadamente, os homens da Convenção eram burgueses de hábitos pacíficos. Agrupados em multidão, não hesitaram, influenciados por alguns chefes, em mandar para a guilhotina indivíduos manifestamente inocentes; mais ainda, contrariamente a todos os seus interesses, renunciaram à própria inviolabilidade e dizimaram-se. Não é apenas pelos seus atos que o indivíduo em multidão se torna diferente de si próprio. Já antes de ter perdido toda a independência, as suas ideias e os seus sentimentos se tinham transformado, fazendo do avarento um pródigo, do cético um crente, do homem honesto um criminoso, do covarde um herói. A renúncia a todos os privilégios, votada pela nobreza num momento de entusiasmo, naquela célebre noite de 4 de Agosto de 1789, jamais teria sido aceite por nenhum dos nobres isoladamente.

Do que dissemos anteriormente, conclui-se que a multidão é sempre intelectualmente inferior ao indivíduo mas, no que se refere aos sentimentos, aos atos que eles provocam, pode, conforme as circunstâncias, ser melhor ou pior. Tudo depende da maneira como a multidão é sugestionada. E é precisamente isso que ignoram os

escritores que têm estudado as multidões estritamente do ponto de vista criminal. Sem dúvida que as multidões são por vezes criminosas, mas também são muitas vezes heroicas. É fácil levá-las a darem a vida pelo triunfo de uma crença ou de uma ideia, entusiasma-las para a glória e para a honra, arrastá-las quase sem pão e sem armas, como no tempo das cruzadas, para libertarem o túmulo de um Deus das mãos dos infiéis, ou, como em 1793, para defenderem o solo da pátria. Estes heroísmos são sem dúvida um pouco inconscientes mas é com eles que se faz a história.

Se só as grandes ações, friamente raciocinadas, figurassem no ativo dos povos, os anais da história do mundo pouco teriam que registar.

CAPÍTULO II

SENTIMENTOS E MORALIDADE DAS MULTIDÕES

1. Impulsividade, mobilidade e irritabilidade das multidões. — A multidão é o brinquedo de todas as excitações exteriores e reflete-lhes as incessantes variações. — Os impulsos que elas sofrem são de tal modo imperiosos que apagam o interesse pessoal. — Nas multidões nada é premeditado. — A ação da raça. — 2. Sugestibilidade e credulidade das multidões. — A sua obediência às sugestões. — As imagens evocadas no seu espírito são tomadas por realidade. — Como estas imagens são semelhantes para todos os indivíduos que compõem uma multidão. — Integrados numa multidão o sábio e o imbecil ficam iguais. — Vários exemplos das ilusões a que todos os indivíduos de uma multidão estão sujeitos. — Impossibilidade de acreditar no testemunho das multidões. — A unanimidade de muitos testemunhos é a pior prova que se pode alegar para estabelecer a veracidade de um fato. — Fraco valor dos livros de história. — 3. Exagero e simplismo dos sentimentos das multidões. — As multidões desconhecem a dúvida e a incerteza e são constantemente levadas a extremos. — Os seus sentimentos são sempre excessivos. — 4. Intolerância, autoritarismo e conservantismo das multidões. — Causas destes sentimentos. — Servilismo das multidões diante de uma autoridade forte. — Os momentâneos instintos revolucionários das multidões não as impedem de serem extremamente conservadoras. — As multidões são instintivamente hostis à mudança e ao progresso. — 5. Moralidade das multidões. — A moralidade das multidões pode, conforme forem sugestionadas, ser muito mais baixa ou muito mais elevada que a dos indivíduos que a constituem. — Explicação e exemplos. — As multidões raramente são guiadas pelo interesse, que é exclusivo do indivíduo quando isolado. — Papel moralizador das multidões.

Depois de termos indicado de um modo muito geral os principais caracteres das multidões, vamos agora estudá-los em pormenor. Alguns caracteres específicos das multidões, a impulsividade, a irritabilidade, a incapacidade de raciocinar, a ausência de juízo e de espírito crítico, o exagero dos sentimentos e outros ainda, podem igualmente encontrar-se em formas inferiores da evolução, como o selvagem e a criança. É uma analogia que assinalo de passagem, pois a sua demonstração ultrapassaria o âmbito desta obra, além de que seria inútil para quem conhece a psicologia dos primitivos e não chegaria a convencer os que a ignoram.

Abordarei agora sucessivamente os diversos caracteres que facilmente se podem observar na maior parte das multidões.

1. Impulsividade, mobilidade e irritabilidade das multidões

A multidão, como ficou dito ao estudarmos os seus caracteres fundamentais, é guiada quase exclusivamente pelo inconsciente. Os seus atos estão muito mais sujeitos à ação da espinal medula do que à do cérebro. As suas ações podem apresentar-se perfeitas na execução mas, como o cérebro não as dirige, o indivíduo procede segundo o acaso das excitações. A multidão é o brinquedo de todos os estimulantes exteriores e, por isso, reflete todas as suas incessantes variações. Ela é, pois, escrava dos impulsos recebidos. O indivíduo isolado pode estar submetido aos mesmos excitantes que o homem em multidão, mas como a razão lhe mostra os inconvenientes de ceder à sua ação, ele não cede. Fisiologicamente, pode definir-se este fenómeno como a capacidade do indivíduo de dominar os seus reflexos, capacidade essa que a multidão não possui.

Os diversos impulsos a que as multidões obedecem podem, conforme os excitantes, ser generosos ou cruéis, heroicos ou pusilânimes, mas serão sempre tão imperiosos que, diante deles, desaparecerá até o próprio interesse da conservação.

As multidões são extremamente móveis porque são muitos os excitantes capazes de as suggestionar e porque elas lhes obedecem sempre. Assim, vemo-las passar, de um momento para o outro, da ferocidade mais sanguinária à generosidade ou ao heroísmo mais absoluto. A multidão torna-se com facilidade carrasco, mas com a mesma facilidade se faz mártir. Foi do seu seio que sempre correram os rios de sangue exigidos pelo triunfo de todas as causas. Não é necessário retrocedermos às épocas heroicas para vermos aquilo de que as multidões são capazes. Nunca regateiam a vida num motim e ainda há poucos anos um general, que se tinha tomado subitamente muito popular, teria encontrado, se quisesse, cem mil homens prontos a morrerem pela sua causa¹.

Nada pode ser premeditado nas multidões. Sucessivamente deixam-se percorrer por toda a gama de sentimentos contrários, sob a influência das excitações do momento. Assemelham-se às folhas que o vendaval levanta e espalha em todos os sentidos, para

¹ Trata-se do general Boulanger, que, em 1886, tentou derrubar o regime republicano. (N. da T.)

novamente as deixar cair. O estudo de certas multidões revolucionárias dar-nos-á alguns exemplos da variabilidade dos seus sentimentos.

Esta mobilidade das multidões torna-as difíceis de dirigir, sobretudo quando parte dos poderes públicos cai nas suas mãos. Se as necessidades da vida quotidiana não constituíssem uma espécie de regulador invisível dos acontecimentos, as democracias não teriam possibilidade de existir. Mas as multidões que querem as coisas freneticamente não as querem, contudo, durante muito tempo, pois são tão incapazes de uma vontade durável como o são de pensamento.

A multidão não é apenas impulsiva e móvel. Tal como o selvagem, também ela não admite que se interponham obstáculos entre o seu desejo e a realização desse desejo, e admite-o tanto menos quanto maior for o seu número, o que lhe dá a sensação de um poder irresistível. Para o indivíduo em multidão a noção de impossibilidade desaparece. O homem isolado sabe bem que sozinho não poderá incendiar um palácio ou roubar um armazém e, por isso, a tentação de o fazer nem sequer lhe aflora ao espírito. Mas, ao fazer parte de uma multidão, toma consciência do poder que o número lhe confere e cede imediatamente à primeira sugestão de crime ou de roubo. Qualquer obstáculo inesperado será derrubado com ímpeto. Se fosse possível ao organismo humano perpetuar o furor, poder-se-ia dizer que esse era o estado normal da multidão contrariada.

Na irritabilidade das multidões, na sua impulsividade e mobilidade, tal como em todos os sentimentos populares que iremos estudar, intervém sempre os caracteres fundamentais da raça, que constituem o terreno imutável em que germinam os nossos sentimentos. As multidões são irritáveis e impulsivas, sem dúvida, mas em graus muito variáveis. É por exemplo extraordinária a diferença entre uma multidão latina e uma multidão anglo-saxónica. Os fatos recentes da nossa história são bem elucidativos quanto a este ponto. Em 1870, bastou a publicação de um simples telegrama, que noticiava um suposto insulto, para que explodisse uma onda de furor que imediatamente deu origem a uma guerra terrível. Alguns anos mais tarde, a notícia telegráfica de uma derrota insignificante em Langson provocou nova explosão, que levou à queda instantânea do governo. Em contrapartida, a derrota bem mais grave de uma expedição inglesa em Kartum causou fraca emoção em Inglaterra e nenhum ministro foi demitido. As multidões são em todo o lado femininas, mas as latinas são de todas as mais femininas. Quem nelas se apoiar poderá subir muito e muito depressa, mas andará sempre à beira da Rocha Tarpeia e com a certeza de, um dia, dela se precipitar.

2. Sugestibilidade e credulidade das multidões

Dissemos já que um dos caracteres gerais das multidões é uma sugestibilidade excessiva e mostrámos também como a sugestão é contagiosa em qualquer aglomeração humana, o que explica a rápida orientação dos sentimentos num sentido determinado.

Por muito neutra que a julguemos, a multidão encontra-se quase sempre num estado de atenção expectante que favorece a sua capacidade de se suggestionar. A primeira sugestão feita impõe-se imediatamente por contágio a todos os cérebros e estabelece logo a orientação. Nos seres suggestionados a ideia fixa tem tendência para se transformar em acro. Quer se trate de incendiar um palácio ou de realizar uma obra de abnegação, a multidão executá-lo-á com a mesma facilidade. Tudo dependerá da natureza do excitante e não, como no indivíduo isolado, da relação que possa existir entre o ato sugerido e as razões que se oponham à sua realização.

Assim, aflorando sempre os limites da inconsciência, submetendo-se a todas as sugestões, animada da violência de sentimentos própria dos seres que não podem apelar para a influência da razão, destituída de espírito crítico, a multidão não pode deixar de ser de uma credulidade excessiva. Para ela o inverossímil não existe e é necessário não o esquecermos para podermos compreender a facilidade com que se criam e se propagam as mais espantosas lendas e narrativas¹.

A criação das lendas, que tão facilmente circulam entre as multidões, não é apenas o resultado de uma total credulidade mas também das prodigiosas deformações que sofrem os acontecimentos na imaginação dos indivíduos quando aglomerados. O acontecimento mais simples, visto pela multidão, logo fica deturpado. A multidão pensa por imagens e a imagem evocada evoca, por sua vez, muitas outras que nenhuma relação lógica têm com a primeira. Perceberemos facilmente esse estado, se pensarmos nas insólitas sucessões de ideias a que por vezes somos levados quando evocamos um fato qualquer. A razão mostra-nos a incoerência de tais imagens, mas a multidão não se apercebe dela e, por isso, tudo o que a sua imaginação deformadora acrescentar ao acontecimento será confundido com o próprio acontecimento. Incapaz de estabelecer a separação entre o subjetivo e o objetivo, a multidão aceita como reais as imagens evocadas no seu espírito e que, a maior parte das vezes, só têm uma relação longínqua com o fato observado.

As deformações sofridas por um acontecimento, de que a multidão é testemunha, deviam, ao que parece, ser inúmeras e de sentidos diversos, por serem de temperamentos muito variados os indivíduos que as compõem. Mas não é assim. Como

¹ As pessoas que assistiram ao cerco de Paris (em 1870) viram numerosos exemplos desta credulidade das multidões em coisas completamente inverossímeis. Uma vela que se acendia no andar superior de uma casa era imediatamente considerada como um sinal para os sitiados. No entanto, dois segundos de reflexão bastariam para mostrar que era materialmente impossível ver-se a luz de uma vela a várias léguas de distância.

consequência do poder de contágio, essas deformações acabam por ser da mesma natureza e ter o mesmo sentido em todos os indivíduos da coletividade. A primeira deformação percebida por um deles constitui como que o núcleo da sugestão contagiosa. Antes de aparecer a todos os cruzados nas muralhas de Jerusalém, S. Jorge foi com certeza visto apenas por um dos assistentes e, por meio da sugestão e do contágio, o milagre foi imediatamente aceite por todos.

É sempre este o mecanismo das alucinações coletivas, tão frequentes na história e que parecem ter todos os caracteres clássicos de autenticidade, pois são fenômenos verificados por milhares de pessoas.

A qualidade mental dos indivíduos que constituem a multidão em nada contradiz este princípio. Com efeito, essa qualidade não tem qualquer importância neste caso. A partir do momento em que se integram numa multidão, tanto o ignorante como o sábio ficam igualmente incapazes de ter qualquer poder de observação.

Esta tese pode parecer paradoxal e para a demonstrar seria necessário relatarmos numerosos fatos históricos, o que encheria vários volumes. Mas, como não queremos deixar o leitor com a impressão de que fazemos afirmações sem termos provas, vamos apresentar alguns exemplos tomados ao acaso entre todos os que poderíamos citar.

O fato que vamos relatar é um dos mais típicos porque foi escolhido entre as alucinações coletivas que grassaram numa multidão onde se encontravam indivíduos de todas as espécies, ignorantes e instruídos. Foi incidentalmente narrado pelo tenente da marinha Julien Félix no livro que escreveu sobre as correntes do mar.

A fragata «La Belle-Poule» navegava com o fim de encontrar a corveta «Le Berceau», da qual uma violenta tempestade a tinha separado. Era dia claro e o Sol brilhava. De repente o vigia assinalou uma embarcação à deriva. A tripulação olhou na direção indicada e todos, oficiais e marinheiros, viram nitidamente uma jangada carregada de homens que mostravam sinais de desespero. O almirante Desfossés mandou aparelhar uma embarcação para ir socorrer os náufragos. Ao aproximarem-se, os marinheiros e oficiais que a tripulavam viram «massas de homens agitarem-se e estenderem as mãos e ouviram o ruído surdo e confuso de grande número de vozes». Chegados junto da pretensa jangada, encontraram apenas alguns ramos de árvores cobertos de folhas que a tempestade arrancara à costa próxima. Perante um fato tão evidente, a alucinação desfez-se.

Este exemplo torna bem claro o mecanismo da alucinação coletiva tal como nós o explicámos. De um lado, temos a multidão em estado de atenção expectante; do outro, a sugestão provocada pelo vigia, ao assinalar um barco abandonado no mar, sugestão que

foi aceite, por contágio, por todos os presentes, oficiais e marinheiros.

Uma multidão não precisa de ser numerosa para que seja destruída a sua faculdade de ver as coisas corretamente e para que os fatos reais sejam substituídos por alucinações sem qualquer relação com eles. Alguns indivíduos reunidos constituem uma multidão e, nem que sejam ilustres sábios, adquirem logo todos os caracteres das multidões em tudo o que esteja fora do âmbito da sua especialidade. A faculdade de observação e de espírito crítico, que cada um individualmente possui, desaparece imediatamente.

Davey, um psicólogo arguto, dá-nos um exemplo bem curioso, publicado pelos *Annales des sciences psychiques*, e que merece ser aqui relatado. Davey tinha convocado uma reunião de ilustres observadores, entre os quais se encontrava um dos mais eminentes sábios de Inglaterra, Wallace, e depois de os deixar examinar alguns objetos e marcá-los onde queriam, executou diante deles todos os fenômenos clássicos do espiritismo, materialização dos espíritos, escrita em ardósias, etc. Depois de ter conseguido que esses notáveis espectadores lhe escrevessem relatórios em que afirmavam que os fenômenos observados só podiam dever-se a meios sobrenaturais, revelou-lhes que eram apenas o resultado de truques muito simples. «O mais espantoso da investigação de Davey», escreve o autor do artigo, «não é o maravilhoso dos truques em si, mas a extrema fraqueza dos relatórios dos não iniciados.» «Portanto», acrescenta, «as testemunhas podem fazer numerosas narrações positivas, que são completamente erradas, mas que têm por resultado, se aceitarmos as suas descrições como verdadeiras, os fenômenos descritos passarem a ser inexplicáveis por ilusionismo. Os métodos inventados por Davey eram tão simples que até admira que ousasse utilizá-los; mas ele tinha tal poder sobre o espírito da multidão que a conseguia convencer de que estava a ver o que na realidade não via.» Trata-se, como sempre, do poder do hipnotizador sobre o hipnotizado. Mas quando vemos esse poder exercer-se sobre espíritos superiores e antecipadamente desconfiados, apercebemo-nos da facilidade com que se podem iludir as multidões vulgares.

São inúmeros os exemplos análogos a este. Há alguns anos, os jornais publicaram a história de duas meninas que se afogaram e foram retiradas do Sena. Essas crianças foram primeiro categoricamente reconhecidas por uma dúzia de testemunhas. Perante afirmações tão unânimes, não subsistiu qualquer dúvida no espírito do juiz de instrução que mandou lavrar a respectiva certidão de óbito. Mas, quando as crianças iam ser enterradas, o acaso fez descobrir que as supostas vítimas estavam vivas e que a semelhança entre elas e as afogadas era muito vaga. Aqui, como nos exemplos

anteriormente citados, a afirmação da primeira testemunha, vítima de uma ilusão, foi o bastante para sugestionar todas as outras.

Em casos como estes o planto de partida da sugestão é sempre a ilusão criada num indivíduo por reminiscência mais ou menos vagas e, em seguida, o contágio por meio da afirmação da primitiva ilusão. Se o primeiro observador é muito impressionável, bastará que o cadáver que julga reconhecer apresente qualquer particularidade, uma cicatriz, um pormenor do fato, capaz de evocar nele a ideia de uma outra pessoa, sem que seja necessário haver ou não uma semelhança real. Esta ideia evocada torna-se então o núcleo de uma espécie de cristalização que invade o domínio do entendimento e paralisa toda a capacidade crítica. O que o observador vê então já não é o objeto em si, mas a imagem evocada no seu espírito. É assim que se explicam os reconhecimentos errados de cadáveres de crianças, feitos pela própria mãe, tal como no caso que vamos relatar a seguir, já antigo, mas que nos permite ver manifestarem-se precisamente os dois graus de sugestão, cujo mecanismo acabei de expor.

«A criança foi reconhecida por outra criança, que na realidade se enganou. A partir daí sucederam-se reconhecimentos errados.

«E assistiu-se a uma coisa extraordinária. No dia a seguir àquele em que o estudante o tinha reconhecido, uma mulher exclamou: "Meu Deus, é o meu filho!"

«Levaram-na junto do cadáver, examinou-o o verificou que tinha uma cicatriz na testa.

«"Sim, é o meu pobre filho, que desapareceu em Julho do ano passado. Roubaram-mo e mataram-no!"

«A mulher era porteira na Rua do Forno e chamava-se Chavandret. Chamaram o cunhado, que afirmou sem hesitação: "Sim, é o pequeno Philibert." Vários moradores da mesma rua reconheceram também a criança como Philibert Chavandret e o mesmo aconteceu com o próprio professor, para quem a medalha que o pequeno tinha era um indício seguro.

«Pois bem, os vizinhos, o cunhado, o professor e a mãe enganaram-se todos. Seis semanas mais tarde foi descoberta a identidade da criança. Era natural de Bordéus, tinha sido assassinada em Bordéus e trazida depois para Paris¹.»

Devemos notar que estes reconhecimentos são geralmente feitos por mulheres e crianças, quer dizer, precisamente pelos seres mais impressionáveis, e mostram bem o valor que, em justiça, podemos atribuir a tais testemunhos. As afirmações feitas por crianças, principalmente, não deviam nunca ser invocadas. Os magistrados repetem, como um lugar-comum, que as crianças não mentem. Se possuíssem uma cultura

¹ *Éclair*, 21 de Abril de 1895.

psicológica menos limitada, esses homens saberiam que, ao contrário do que afirmam, é na infância que mais se mente. Claro que a mentira é inocente, mas não deixa por isso de ser mentira. Mais valia condenar-se um acusado atirando uma moeda ao ar do que fazê-lo, como tantas vezes se fez já, tomando por base o testemunho de uma criança.

Voltando às observações feitas pelas multidões, somos levados a concluir que as observações coletivas são sem dúvida as mais erradas e traduzem, quase sempre, a simples ilusão de um indivíduo que, por contágio, sugestionou os outros.

São inúmeros os fatos que nos mostram que o testemunho das multidões nos deve merecer a maior desconfiança. Milhares de homens assistiram à célebre carga de cavalaria da batalha de Sedan e, mesmo assim, não é possível saber-se quem a comandou, devido a serem tão contraditórios os testemunhos. Num livro recente, o general inglês Wolseley demonstrou que até hoje se têm cometido os mais graves erros a respeito dos fatos mais importantes da batalha de Waterloo, fatos esses que, no entanto, foram atestados por centenas de pessoas¹.

Todos estes exemplos nos mostram, repito, o que vale o testemunho das multidões. Os tratados de lógica integram a unanimidade de numerosos testemunhos na categoria das provas mais sólidas da exatidão de um fato. Mas o que sabemos da psicologia das multidões mostra-nos bem como esses compêndios estão enganados neste ponto. Os acontecimentos mais duvidosos são certamente os que foram observados pelo maior número de pessoas. Afirmar que um fato foi presenciado simultaneamente por milhares de testemunhas equivale a dizer que o fato real é geralmente muito diferente daquilo que foi relatado.

Do que ficou dito depreende-se claramente que os livros de história devem ser considerados como obras de pura imaginação. São relatos fantasistas de fatos mal observados, acompanhados de explicações forjadas posteriormente. Se o passado não nos tivesse legado as suas obras literárias, artísticas e monumentais, nada de real poderíamos conhecer dele. Sabemos por acaso alguma coisa verdadeira sobre a vida dos grandes homens que desempenharam papéis 'de relevo na história da humanidade, como Hércules, Buda, Jesus ou Maomé? Provavelmente, não. Aliás, no fundo, a vida deles pouco nos importa. Os homens que impressionaram as multidões foram heróis lendários e não verdadeiros heróis.

Infelizmente, também as lendas não têm qualquer consistência. A imaginação das multidões transforma-as continuamente de acordo com as épocas e, principalmente, de

¹ Saberemos nós porventura o que se passou numa única batalha que seja? Tenho fortes dúvidas. Sabemos quem foram os vencedores e os vencidos, mas talvez nada mais. O que Harcourt, ator e testemunha, relata da batalha de Solferino pode aplicar-se a todas as batalhas: Os generais (naturalmente informados por centenas de testemunhas) elaboram os seus relatórios oficiais; os oficiais encarregados de levar as ordens modificam estes documentos e redigem o texto definitivo; o chefe de estado-maior discorda e fá-lo de novo. Levam-no ao marechal que exclama: "Estais completamente enganados!", e dá nova redação ao texto. Do relatório primitivo quase nada resta.» Harcourt narra este fato como uma prova de que é impossível estabelecer-se a verdade sobre um acontecimento, ainda que ele tenha sido de grande importância e observado por muita gente.

acordo com as raças. É grande a distância que vai do Jeová sanguinário da Bíblia ao Deus todo amor de Santa Teresa, e o Buda adorado na China não He parece em nada com o que é venerado na Índia.

Nem sequer é preciso que os séculos passem sobre os heróis para que a imaginação das multidões lhes transforme a lenda. Por vezes essa transformação faz-se em poucos anos. Na nossa época vimos a 'lenda de um dos maiores heróis históricos modificar-se várias vezes em menos de cinquenta anos. No tempo dos Bourbons, Napoleão tornou-se um filantropo, um 'liberal, um ser quase idílico, amigo dos pobres, que, no dizer dos poetas, nas suas choupanas o recordariam por muitos anos. Trinta anos depois, o herói bom e terno torna-se um déspota sanguinário, usurpador do poder e da liberdade, que sacrificara três milhões de homens à sua ambição. Atualmente a lenda continua a transformar-se. E quando alguns séculos tiverem passado sobre ela, os sábios do futuro, perante essas narrativas contraditórias, porão talvez em dúvida a existência do herói, como nós pomos em dúvida a de Buda, e verão nele apenas um mito solar ou um desenvolvimento da lenda de Hércules. Contudo, facilmente se consolarão dessa incerteza porque, mais iniciados do que nós na psicologia das multidões, hão-de saber que a história só pode eternizar os mitos.

Os bons ou maus sentimentos manifestados por uma multidão apresentam a dupla característica de serem muito simples e muito exagerados. Neste ponto, como em muitos outros, o indivíduo em multidão assemelha-se aos seres primitivos. Incapaz de gradações, encara as coisas em Moco e desconhece as transições. Na multidão, o exagero de um sentimento que rapidamente se propaga por sugestão e contágio é consideravelmente fortalecido pela aprovação geral que suscita.

3. Exagero e simplismo dos sentimentos das multidões

A simplicidade e o exagero dos sentimentos colocam as multidões ao abrigo da dúvida e da incerteza e, como as mulheres, das passam imediatamente aos extremos. Uma suspeita esboçada logo se transforma numa evidência indiscutível. Um começo de antipatia ou desaprovação que, no indivíduo isolado, permaneceria pouco acentuado, na multidão passa a ser um ódio feroz.

A violência dos sentimentos das multidões, e sobretudo das multidões heterogêneas, é ainda ampliada pela ausência de responsabilidade. A certeza da impunidade, tanto mais forte quanto mais numerosa for a multidão, e a noção de um poder momentâneo bastante considerável, devido ao número, tornam possíveis no grupo sentimentos e atos que eram impossíveis no indivíduo isolado. Nas multidões, o

imbecil, o ignorante e o invejoso, libertam-se do sentimento da sua nulidade e da sua impotência, que é substituído pela consciência de uma força brutal, passageira mas imensa.

O exagero nas multidões incide muitas vezes sobre os maus sentimentos, restos atávicos dos instintos do homem primitivo, que o receio do castigo obriga o indivíduo isolado e responsável a reprimir. Assim se explica a facilidade com que as multidões são levadas aos piores excessos.

Mas, habilmente sugestionadas, as multidões tornam-se capazes de heroísmo e dedicação, muito mais capazes até do que o indivíduo isolado. Ao estudarmos a moralidade das multidões teremos ocasião de voltar a este assunto.

Como a multidão só se deixa impressionar por sentimentos excessivos, o orador que a quiser seduzir terá de usar e abusar das afirmações violentas. Exagerar, afirmar, repetir e nunca tentar demonstrar o que quer que seja pelo raciocínio, são os processos de argumentação utilizados pelos oradores das reuniões populares.

A multidão exige ainda os mesmos exageros nos sentimentos dos heróis cujas qualidades e virtudes aparentes devem ser sempre ampliadas. Também no teatro a multidão quer que o herói da peça possua virtudes tais, uma coragem e uma moralidade tão fortes, que na vida real elas nunca se podem encontrar.

Tem-se falado com razão da óptica especial do teatro. Claro que ela existe, mas as suas regras, na maioria dos casos, nada têm a ver com o bom-senso e com a lógica. A arte de falar às multidões é de ordem inferior mas exige aptidões especiais. Pela leitura, torna-se por vezes difícil de explicar o êxito de certas peças. Os empresários teatrais, quando as leem, têm também grandes dúvidas quanto ao seu êxito, pois, para estarem certos dele, seria necessário que eles próprios se transformassem em multidão¹. Se fosse possível entrarmos em pormenores, seria fácil demonstrar também a influência preponderante da raça. A peça de teatro que entusiasma a multidão num país é um fracasso noutra, ou alcança apenas um êxito de estima e convenção, porque não põe em jogo as molas capazes de entusiasmar o seu novo público. Inútil será acrescentar que o exagero das multidões incide unicamente nos sentimentos e de modo algum na inteligência. Pelo simples fato de estar inserido na multidão, o nível intelectual do indivíduo, como já demonstrei, baixa consideravelmente. O escritor Tarde verificou o mesmo fenômeno ao investigar os crimes das multidões. É, pois, apenas no plano sentimental que as multidões podem subir muito alto ou, pelo contrário, descer muito baixo.

¹ É isso que explica que certas peças, recusadas por todos os empresários teatrais, alcancem fabulosos êxitos quando por acaso são representadas. É conhecido o êxito da peça de Coppée, *Pour la couronne*, que foi recusada durante dez anos pelos melhores teatros, apesar do nome do seu autor. *La marraine de Charley*, montada à custa de um corretor de fundos, depois de ter sido sucessivamente rejeitada, conseguiu duzentas representações em França e mais de mil em Inglaterra. Se não tivéssemos já explicado a impossibilidade em que se encontram os empresários teatrais de se colocarem mentalmente no lugar da multidão, tais aberrações críticas seriam incompreensíveis em indivíduos competentes e interessados em não cometerem erros tão graves.

4. Intolerância, autoritarismo e conservantismo das multidões

As multidões apenas conhecem os sentimentos simples e extremos, e, nesse sentido, aceitam ou recusam em bloco as opiniões, as ideias e as crenças que lhes são sugeridas, considerando-as verdades absolutas ou erros igualmente absolutos. É o que sempre acontece com todas as crenças que têm origem na sugestão, em vez de terem sido determinadas pelo raciocínio. Todos sabemos como as crenças religiosas são intolerantes e conhecemos o poder despótico que elas exercem sobre as almas.

Como não tem qualquer dúvida sobre o que julga ser uma verdade ou um erro e possui, por outro lado, a noção clara da sua força, a multidão é tão autoritária quanto intolerante. O indivíduo é capaz de aceitar a contradição e a discussão; a multidão nunca as tolera. Em reuniões públicas, a mais leve contradição por parte de um orador é imediatamente recebida com gritos de fúria e violentas invectivas, logo passadas a vias de fato e até de expulsão se o orador tiver a imprudência de insistir. Sem a presença inquietante dos agentes da autoridade, o contraditor acabaria muitas vezes por ser linchado.

O autoritarismo' e a intolerância são gerais em todos os tipos de multidões mas variam muito de grau; e aqui, mais uma vez, entra em jogo a noção fundamental da raça, dominadora dos sentimentos e dos pensamentos dos homens. O autoritarismo e a intolerância estão especialmente desenvolvidos nas multidões latinas e de tal maneira que destruíram nelas o sentimento de independência individual, tão acentuado nos anglo-saxões. As multidões latinas só são sensíveis à independência coletiva da seita a que pertencem, e a característica dessa independência é a necessidade de sujeitarem imediata e violentamente às suas crenças todos os dissidentes. Nos povos latinos, os jacobinos de todos os tempos, desde os da Inquisição, não puderam nunca elevar-se a outra concepção de liberdade.

O autoritarismo e a intolerância são, para as multidões, sentimentos muito claros, e suportam-nos com a mesma facilidade com que os praticam. Respeitam a força e pouco se deixam impressionar pela bondade, que facilmente consideram como uma forma de fraqueza. As suas simpatias nunca vão para os senhores benevolentes mas para os tiranos que vigorosamente as dominaram. É sempre a esses que erguem as mais belas estátuas. Quando pisam com prazer a seus pés o déspota derrubado é porque, perdida a sua força, esse déspota entrou na categoria dos fracos que se desprezam e já não se receiam. O tipo de herói querido das multidões tem de ter sempre a estatura de um César que as seduz com a sua glória, que se lhes impõe com a sua autoridade e que as atemoriza com a sua espada.

Sempre pronta a revoltar-se contra uma autoridade fraca, a multidão curva-se servilmente perante uma autoridade forte. Se a ação da autoridade é intermitente, a multidão, obedecendo sempre aos sentimentos extremos, passa alternadamente da anarquia ao servilismo e do servilismo à anarquia.

Seria, aliás, ignorar a psicologia das multidões o acreditar na predominância dos seus sentimentos revolucionários. Neste ponto, são as suas violências que nos iludem. O certo é que as explosões de revolta e de destruição são sempre muito efêmeras. Demasiado guiadas pelo inconsciente, e, por isso, submetidas à influência de hereditariedades seculares, não podem deixar de se mostrar excessivamente conservadoras. Abandonadas a si próprias, cansam-se depressa das suas desordens e encaminham-se instintivamente para a servidão. Os mais orgulhosos e mais intratáveis jacobinos aclamaram fervorosamente Bonaparte quando ele suprimiu todas as liberdades e fez sentir com dureza a sua mão de ferro.

A história das revoluções populares é quase incompreensível se não se conhecerem os instintos profundamente conservadores das multidões. Querem mudar os nomes das instituições e, para conseguirem essas mudanças, fazem por vezes revoluções violentas; mas o fundo dessas instituições é de tal modo a expressão das necessidades hereditárias da raça que as multidões acabam sempre por voltar a elas. A incessante mobilidade das multidões atua apenas sobre o que é superficial. De fato, elas possuem instintos conservadores irredutíveis e, como todos os primitivos, um respeito supersticioso pelas tradições, um horror inconsciente às novidades capazes de modificar as suas reais condições de existência. Se o poder atual das democracias existisse na época em que foram inventadas as atividades mecânicas, a máquina a vapor e os caminhos-de-ferro, a realização destas invenções teria sido impossível ou apenas se faria à custa de repetidas revoluções. Felizmente para o progresso da civilização, a supremacia das multidões só se fez sentir quando as grandes descobertas da ciência e da indústria já se tinham realizado.

5. Moralidade das multidões

Se atribuirmos à palavra moralidade o sentido de respeito constante por certas convenções sociais e repressão permanente dos impulsos egoístas, é evidente que as multidões são demasiado impulsivas e instáveis para serem susceptíveis de moralidade. Mas se o termo abranger também o aparecimento momentâneo de certas qualidades, como a abnegação, a dedicação, o altruísmo, o auto-sacrifício, o desejo de equidade, poderemos dizer que as multidões são, pelo contrário, susceptíveis da mais elevada

moralidade.

Os raros psicólogos que estudaram as multidões só o fizeram do ponto de vista dos seus atos criminosos e, como esses são frequentes, atribuíram às multidões um nível moral muito baixo.

Realmente, já muitas vezes o têm demonstrado. Mas por quê? Simplesmente porque os instintos de ferocidade destrutiva são resíduos das idades primitivas que dormem no fundo de cada um de nós. Para o indivíduo isolado seria perigoso entregar-se a esses instintos, mas, integrado numa multidão irresponsável, onde a impunidade está por consequência assegurada, tem plena liberdade para os satisfazer. Como normalmente não podemos exercer esses instintos destruidores sobre os nossos semelhantes, limitamo-nos a exercê-los nos animais. A paixão pela caça e a ferocidade das multidões derivam da mesma fonte. A multidão que despedaça lentamente uma vítima sem defesa dá provas de uma crueldade muito covarde mas que, para o filósofo, se aproxima muito da crueldade dos caçadores que se reúnem para terem o prazer de assistir ao espetáculo dos seus cães a estriparem um pobre veado.

Se é certo que a multidão é capaz de assassinar, incendiar e cometer toda a espécie de crimes, não é menos certo que é também capaz de atos de sacrifício e de desinteresse mais elevados do que aqueles que o indivíduo isolado é capaz de praticar. É principalmente ao indivíduo em multidão que se dirige a exortação dos sentimentos de glória, de honra, de religião e de pátria. A história está cheia de exemplos análogos às cruzadas e aos voluntários de 1793. Só as multidões são capazes de grande dedicação e de grande desinteresse. Quantas se deixaram já massacrar heroicamente por ideias e crenças que mal compreendiam! As multidões que fazem greves, fazem-nas mais por obediência a uma palavra de ordem do que para conseguirem um aumento de salário. Para elas, o interesse pessoal raramente é uma motivação poderosa, ao passo que para o indivíduo isolado é quase o motivo exclusivo. Não foi certamente o interesse que guiou as multidões em tantas guerras, geralmente incompreensíveis para a sua inteligência, nas quais se deixaram massacrar tão facilmente como as cotovias hipnotizadas pelo espelho do caçador.

Até os patifes mais refinados, só pelo fato de estarem integrados numa multidão, adquirem por vezes princípios muito severos de moralidade. Taine chama a atenção para o fato de os massacrantes de Setembro¹ virem colocar na mesa dos comitês as carteiras e as joias que encontravam nas vítimas e facilmente poderiam roubar.

A multidão ululante, raivosa e miserável, que invadiu as Tulherias durante a revolução de 1848, não se apossou de nenhum dos objetos que a fascinaram e um só

¹ Setembro de 1792, época do Terror. (N. da T.)

desses objetos representava o pão de muitos dias.

Esta moralização do indivíduo pela multidão não é certamente uma regra constante, mas pode observar-se frequentemente e até em circunstâncias menos graves do que aquelas que acabei de referir. No teatro, como já expliquei, a multidão exige virtudes exageradas ao herói da peça, e o público, até quando constituído por elementos inferiores, mostra-se por vezes muito austero. É vulgar o estroina, o chulo ou o vadio chocarreiro murmurarem perante uma cena um pouco ousada ou menos decente, que, no entanto, é completamente inocente comparada com as suas conversas habituais.

Assim, as multidões, que se entregam tantas vezes aos instintos mais baixos, dão também o exemplo de atos da mais elevada moralidade. Se a abdicação, a resignação e a dedicação absoluta a um ideal quimérico ou real são virtudes morais, podemos dizer que as multidões possuem por vezes essas virtudes num grau que os filósofos mais sábios raramente conseguem atingir. Não há dúvida de que as praticam inconscientemente, mas isso pouco importa.

Se as multidões se entregassem ao raciocínio e atendessem aos seus interesses imediatos, talvez nenhuma civilização se tivesse desenvolvido à superfície da Terra e a humanidade não teria história.

CAPÍTULO III

IDEIAS, RACIOCÍNIOS E IMAGINAÇÃO DAS MULTIDÕES

1. As ideias das multidões. — As ideias fundamentais e as ideias acessórias. — Como podem subsistir simultaneamente ideias contraditórias. — Transformações que as ideias superiores devem sofrer para ficarem acessíveis às multidões. — O papel social das ideias é independente da parte de verdade que elas podem conter. — 2. Os raciocínios das multidões. — As multidões não se deixam influenciar por raciocínios. — Os raciocínios das multidões são sempre de caráter muito inferior. — As ideias que elas associam apenas têm uma aparência de analogia ou de sucessão. — 3. A imaginação das multidões. — Poder da imaginação das multidões. — Pensam por imagens e essas imagens sucedem-se sem nexos. — As multidões impressionam-se sobretudo pelo lado maravilhoso das coisas. — O maravilhoso e o lendário são os verdadeiros suportes das civilizações. — A imaginação popular foi sempre o sustentáculo do poder dos homens de Estado. — Como se apresentam os fatos capazes de impressionar a imaginação das multidões.

1. As ideias das multidões

Ao estudarmos numa outra obra o papel das ideias na evolução dos povos, provámos que cada civilização deriva de um limitado número de ideias fundamentais raramente renovadas. Expusemos então como estas ideias se enraízam na alma das multidões, a dificuldade com que penetram e a forma que possuem depois de terem penetrado. Mostrámos também que as grandes perturbações históricas são causadas a maior parte das vezes por modificações nestas ideias fundamentais.

Como tratei esse assunto com pormenor, limitar-me-ei agora a dizer algumas palavras sobre as ideias acessíveis às multidões e as formas como elas as concebem.

Podem dividir-se em duas categorias. Uma compreende as ideias acidentais e passageiras criadas sob as influências do momento, como, por exemplo, o entusiasmo por um indivíduo ou uma doutrina. À outra pertencem as ideias fundamentais, a que o meio, a hereditariedade e a opinião dão uma grande estabilidade, como outrora as ideias religiosas e, nos nossos dias, as ideias democráticas e sociais.

Poderiam representar-se as ideias fundamentais pela massa das águas de um rio que lentamente segue o seu curso; e as ideias passageiras pelas vagas, sempre variáveis, que agitam a superfície e que, embora sem real importância, são mais visíveis do que o correr do próprio rio.

Hoje em dia, as grandes ideias fundamentais de que viveram os nossos pais parecem cada vez mais vacilantes e, simultaneamente, as instituições que assentavam sobre elas veem-se profundamente abaladas. Atualmente, aparecem muito as pequenas ideias transitórias de que falei há pouco, mas poucas são as que chegam a adquirir uma influência preponderante.

Quaisquer que sejam as ideias sugeridas às multidões, só se poderão tornar dominantes se se revestirem de uma forma muito simples e lhes aparecerem representadas sob o aspecto de imagens. Estas ideias-imagens não se ligam entre si por nenhum laço lógico de analogia ou sucessão; podem substituir-se umas pelas outras, como os vidros da lanterna mágica que o operador tira da caixa onde estavam guardados. Isso torna possível observar nas multidões uma sucessão de ideias totalmente contraditórias. Segundo as circunstâncias do momento, a multidão ficará sob a influência de uma ou outra das ideias guardadas no seu entendimento e cometerá por isso os atos mais contraditórios, sem que a sua total ausência de espírito crítico lhe permita aperceber-se dessas contradições.

Aliás, isso não é um fenómeno específico das multidões. Pode encontrar-se em muitos indivíduos isolados, não só entre os seres primitivos, mas em todos os que deles

se aproximam por qualquer característica do seu espírito, como, por exemplo, os sectários de uma fé religiosa intensa. Tive oportunidade de o observar em hindus educados que estudaram nas nossas universidades europeias e tiraram os seus cursos. Ao seu fundo imutável de ideias religiosas e sociais tinha-se sobreposto, sem minimamente as alterar, uma camada de ideias ocidentais sem qualquer ligação com as outras. Segundo as ocasiões, apareciam umas ou outras, com os discursos correspondentes, e o mesmo indivíduo apresentava assim as mais flagrantes contradições. Contradições mais aparentes do que reais, pois no indivíduo isolado só as ideias hereditárias têm poder bastante para se tomarem verdadeiros motivos de conduta. Só quando, por cruzamentos, o homem se encontra sob a influência de impulsos de hereditariedade diferentes é que os atos podem ser, de um momento para o outro, totalmente contraditórios. É inútil insistir sobre estes fenômenos, embora a sua importância psicológica seja capital. Para os chegar a compreender julgo que são precisos pelo menos dez anos de viagens e observações.

Visto que as ideias só são acessíveis às multidões depois de revestirem uma forma muito simples, para se tornarem populares têm de sofrer completas transformações. Quando se trata de ideias filosóficas ou científicas um tanto elevadas, são necessárias profundas modificações para, de degrau em degrau, descenderem ao nível das multidões. Essas modificações dependem sobretudo da raça a que pertencem as multidões, mas são sempre minimizantes e simplificantes. Assim, de um ponto de vista social, não há, na realidade, hierarquia das ideias, isto é, ideias mais ou menos elevadas. O simples fato de uma ideia chegar às multidões e conseguir fazê-las vibrar basta para despojar essa ideia de tudo quanto constituía a sua elevação e a sua grandeza.

De resto, a importância de uma ideia não está tanto no seu valor hierárquico como nos efeitos que produz. As ideias cristãs da Idade Média, as ideias democráticas do século passado, as ideias sociais do nosso tempo, não são decerto muito elevadas, e, filosoficamente, podemos considerá-las erros lamentáveis. Contudo, o seu papel foi e será imenso, e elas durante muito tempo figurarão entre os fatores essenciais da conduta dos Estados.

Mesmo que a ideia sofra as modificações que a tornam acessível às multidões, só atuará quando, por processos que depois estudaremos, penetrar no inconsciente e passar a ser um sentimento. Esta transformação é geralmente muito demorada.

Aliás, não se deve acreditar que é por ficar demonstrada a sua veracidade que uma ideia pode produzir os seus efeitos, mesmo nos espíritos cultos. Verificamos facilmente que a mais clara demonstração pouca influência consegue ter na maioria dos

homens. A evidência mais patente poderá ser, decerto, reconhecida por um ouvinte instruído, mas este depressa se verá reconduzido, pelo inconsciente, às suas concepções primitivas. Poucos dias depois, usará de novo os antigos argumentos e exatamente nos mesmos termos. Na realidade, ele está sob a ação de ideias anteriores que se tomaram já sentimentos, e só essas atuam sobre os motivos profundos das nossas ações e das nossas palavras.

Quando, por processos diversos, uma ideia acaba por se enraizar na alma das multidões, adquire um poder irresistível e dá origem a uma cadeia de consequências. As ideias filosóficas que conduziram à Revolução Francesa levaram muito tempo até se implantarem na alma popular. Mas quando lá penetraram, conhece-se bem a força irresistível que tiveram. O impulso de um povo inteiro para a conquista da igualdade social, para a realização de direitos abstratos e de liberdades ideais, fez vacilar todos os tronos e alterou profundamente o mundo ocidental. Durante vinte anos, os povos precipitaram-se uns sobre os outros e a Europa conheceu hecatombes comparáveis às de Gengis Khã e Tamerlão. Nunca o mundo viu tão claramente o que o desencadear de ideias com capacidade para mudar os sentimentos pode provocar. Se é certo que as ideias precisam de muito tempo para se estabelecerem na alma das multidões, não precisam de menos tempo para de lá saírem. Por isso, as multidões, quanto às ideias, têm sempre um atraso de várias gerações relativamente aos sábios e aos filósofos. Todos os homens de Estado sabem hoje como são erradas as ideias fundamentais que citámos há pouco, mas, como a sua influência é ainda muito forte, veem-se obrigados a governar seguindo princípios em cuja verdade deixaram já de acreditar.

2. Os raciocínios das multidões

Não se pode afirmar peremptoriamente que as multidões não se deixam influenciar pelo raciocínio. Mas os argumentos que utilizam e os que sobre elas atuam são, do ponto de vista lógico, de tal modo inferiores que só por analogia podem ser considerados raciocínios.

Os raciocínios inferiores das multidões, tal como os superiores, baseiam-se em associações, mas as ideias associadas pelas multidões só têm entre si laços aparentes de semelhança ou sucessão. Encadeiam-se como as de um esquimó que sabe que o gelo, corpo transparente, se derrete na boca e conclui por isso que o vidro, também transparente, deverá do mesmo modo derreter-se na boca; ou como as do selvagem que acredita que comendo o coração de um inimigo corajoso fica possuidor dessa coragem, ou como as de um operário que, por ser explorado pelo patrão, conclui que todos os

padrões são exploradores.

A associação de coisas dissemelhantes, que apenas têm relações aparentes, e a generalização imediata de casos particulares são as características da lógica coletiva. São associações deste tipo que são sempre apresentadas às multidões pelos oradores que as sabem manejar, pois são as únicas capazes de as influenciar; uma sequência de raciocínios rigorosos seria completamente incompreensível para as multidões e por isso se pode dizer que elas não raciocinam ou raciocinam erradamente ou não são influenciáveis pelo raciocínio. Por vezes ficamos espantados, quando os lemos, com a debilidade de certos discursos que exerceram enorme impacto sobre aqueles que os ouviram; mas esquecemo-nos de que eles foram escritos para convencer grupos e não para serem lidos por filósofos. O orador em comunicação íntima com a multidão sabe evocar as imagens que a seduzem. Se o conseguir, atinge a sua finalidade, e um volume cheio de discursos não vale a meia dúzia de frases capazes de seduzir as almas que era necessário convencer.

É inútil acrescentar que a incapacidade das multidões para raciocinar as priva de todo o espírito crítico, ou seja, da capacidade de distinguirem a verdade do erro e de formularem um juízo preciso. Os juízos aceites pelas multidões são sempre juízos impostos e nunca juízos discutidos. Quanto a este aspecto, são numerosos os indivíduos que não ultrapassam o nível das multidões. A facilidade com que certas opiniões se generalizam deve-se sobretudo à impossibilidade de a maior parte dos homens formularem uma opinião baseada nos seus próprios raciocínios.

3. A imaginação das multidões

Como em todos os seres em que o raciocínio não intervém, a imaginação representativa das multidões é susceptível de ser profundamente impressionada. As imagens que uma personagem, um acontecimento, um acidente, evocam no seu espírito têm quase a vivacidade das coisas reais. As multidões estão um pouco na situação da pessoa adormecida cuja razão, momentaneamente suspensa, permite que surjam no espírito imagens de grande intensidade, mas que depressa se dissipariam se fossem submetidas à reflexão. As multidões, incapazes de reflexão e de raciocínio, não conhecem o inverossímil; ora as coisas mais inverossímeis são geralmente as que mais impressionam. É por isso que os aspectos maravilhosos e lendários dos acontecimentos são sempre os que mais impressionam as multidões. Na realidade, o maravilhoso e o lendário são os verdadeiros suportes da civilização. Na história, a aparência sempre desempenhou um papel bem mais importante que a realidade. Aí é o irreal que

predomina sobre o real.

Porque só podem pensar por imagens, só por imagens as multidões se deixam impressionar. Só elas as conseguem aterrorizar ou seduzir, tornando-se finalidades de ação.

É por essa razão que as representações teatrais, que dão a imagem na sua forma mais nítida, têm sempre uma influência enorme nas multidões. Pão e espetáculo eram na Antiguidade, para a plebe romana, o ideal de felicidade. No decorrer dos tempos, este ideal pouco tem variado. Nada impressiona mais a imaginação popular do que uma peça de teatro. Toda a sala sente ao mesmo tempo as mesmas emoções e, se elas não se transformam imediatamente em atos, é porque nem o espectador mais inconsciente consegue ignorar que está a ser vítima do ilusões e que riu ou chorou perante aventuras imaginárias. Mas, por vezes, os sentimentos sugeridos pelas imagens são tão fortes que, tal como as sugestões habituais, tendem a transformar-se em atos. É muito conhecida a história daquele teatro popular dramático que se viu forçado a proteger à saída o ator que desempenhava o papel de traidor para o poupar à violência dos espectadores indignados com os seus crimes imaginários. Isto constitui, em minha opinião, um dos indícios mais notáveis do estado mental das multidões e, sobretudo, da facilidade com que podem ser sugestionadas. O irreal aparece-lhes com quase tanta importância como o real, e elas manifestam uma tendência evidente para os não distinguir.

É na imaginação popular que se baseia o poder dos conquistadores e a força dos Estados. E é atuando sobre essa imaginação que se arrastam as multidões. Todos os grandes feitos históricos, como a criação do Budismo, do Cristianismo, do Islamismo, a Reforma, a Revolução e, nos nossos dias, a invasão ameaçadora do Socialismo, são as consequências diretas ou remotas de profundas impressões produzidas na imaginação das multidões.

Por isso, os grandes homens de Estado de todas as épocas e de todos os países, incluindo os déspotas mais absolutos, sempre consideraram a imaginação popular como o alicerce do seu poder e nunca tentaram governar contra ela. «Foi tornando-me católico», dizia Napoleão ao Conselho de Estado, «que acabei com a guerra da Vendeia; foi fazendo-me muçulmano que me instalei no Egito e foi fazendo-me ultramontano que conquistei os padres em Itália. Se governasse um povo de judeus, restauraria o templo de Salomão.» Depois de Alexandre e César, talvez nenhum grande homem tenha compreendido melhor como se deve impressionar a imaginação das multidões. A sua preocupação constante foi impressioná-la. No meio das suas vitórias, dos seus discursos, de todos os seus atos e até no seu feito de morte, era nisso que pensava.

Como se impressiona a imaginação das multidões? É o que veremos daqui a pouco. Por agora diremos apenas que não é com ações destinadas a influenciar a inteligência e a razão que se consegue atingir esse fim. Antônio não precisou de uma retórica muito trabalhada para amotinar o povo contra os assassinos de César. Leu-lhe o seu testamento' e mostrou-lhe o seu cadáver.

Tudo o que toca a imaginação das multidões apresenta-se sob a forma de uma imagem empolgante e nítida, livre de interpretações acessórias ou apenas acompanhada de alguns fatos maravilhosos: uma grande vitória, um grande milagre, um grande crime, uma grande esperança. O que é importante é apresentar as coisas em bloco e sem nunca indicar a sua gênese. Uma centena de pequenos crimes ou de pequenos acidentes não causam qualquer impressão na imaginação das multidões, enquanto um só grande crime, uma só catástrofe, as abalará profundamente, mesmo que tenha consequências infinitamente menos graves do que os tais cem pequenos acidentes todos juntos. A grande epidemia de gripe que numa semana provocou a morte de 5.000 pessoas em Paris não impressionou a imaginação popular, porque esta verdadeira hecatombe não se traduziu numa imagem visível mas apenas em informações semanais de estatísticas. Mas um desastre que, em vez dessas 5.000 pessoas, tivesse feito morrer apenas 500, no mesmo dia, numa praça pública, por um caso bem visível como, por exemplo, a queda da Torre Eiffel, teria produzido imensa impressão na imaginação popular.

A possível perda de um transatlântico que, por falta de notícias, se julgava naufragado, impressionou profundamente durante oito dias a imaginação das multidões. Ora as estatísticas oficiais mostram que no mesmo ano se perderam cerca de mil navios. Mas, com estas sucessivas perdas de vidas e de mercadorias, nunca as multidões se preocuparam um só instante.

Não são por isso os fatos em si mesmos que impressionam a imaginação popular, mas sim a forma como estes fatos se apresentam. Esses fatos devem por condensação, se assim me posso exprimir, produzir uma imagem empolgante que encha e impressione o espírito. Conhecer a arte de impressionar a imaginação das multidões é conhecer a arte de as governar.

CAPÍTULO IV

FORMAS RELIGIOSAS DE QUE SE REVESTEM TODAS AS CONVICÇÕES DAS MULTIDÕES

O que constitui o sentimento religioso. — É independente da adoração de uma divindade. — As suas características. — Poder das convicções que revestem uma forma religiosa. — Diversos exemplos. — Os deuses populares nunca desapareceram. — Novas formas sob as quais renascem. — Formas religiosas do ateísmo. — Importância destas noções sob o ponto de vista histórico. — A Reforma, o dia de S. Bartolomeu, o Terror e todos os acontecimentos análogos são consequência dos sentimentos religiosos das multidões e não da vontade de indivíduos isolados.

Vimos que as multidões não raciocinam, que aceitam ou rejeitam as ideias em bloco, que não admitem a discussão nem a contradição, e que as sugestões que sobre elas atuam invadem inteiramente o campo do seu entendimento e tendem logo para transformar-se em atos. Demonstrámos que as multidões convenientemente sugestionadas ficam prontas a sacrificarem-se pelo ideal que lhes foi sugerido. Vimos, por fim, que apenas conhecem sentimentos extremos e violentos, que a simpatia transforma-se em adoração e a antipatia, mal desponta, logo passa a ser ódio. Estas indicações de carácter geral permitem-nos adivinhar a natureza das suas convicções.

Se examinarmos de perto as convicções das multidões, tanto nas épocas de fé como durante as grandes alterações políticas, as do século passado por exemplo, podemos verificar que se apresentam sempre de uma forma especial, só possível de caracterizar se lhes dermos o nome de sentimento religioso.

Este sentimento tem características muito simples: adoração de um ser supostamente superior, receio do poder que lhe é atribuído, submissão cega às suas ordens, impossibilidade de discutir os seus dogmas, desejo de os divulgar, tendência para considerar como inimigos todos os que se recusam a admiti-los. Um sentimento destes, quer se aplique a um Deus invisível, a um ídolo de pedra, a um herói ou a uma ideia política, é sempre de essência religiosa. O sobrenatural e o milagroso estão sempre presentes, pois as multidões investem do mesmo poder misterioso a fórmula política ou o chefe que momentaneamente as fanatiza.

Não se é religioso só quando se adora uma divindade, mas também quando se empregam todos os recursos do espírito, todas as submissões da vontade, todos os ardores do fanatismo, ao serviço de uma causa ou de um ser que se tornou finalidade e

guia dos sentimentos e das ações.

A intolerância e o fanatismo acompanham vulgarmente um sentimento religioso e são inevitáveis naqueles que julgam possuir o segredo da felicidade terrestre ou eterna. Encontram-se estas duas 'características em todos os homens agrupados, sempre que uma convicção qualquer os anima. Os jacobinos do Terror eram tão ferozmente religiosos como os católicos da Inquisição, e o ardor cruel de uns e dos outros provinha da mesma origem.

As convicções das multidões revestem estas características de submissão cega, de intolerância feroz, de necessidade de propaganda violenta que são inerentes ao seu sentimento religioso; pode por isso afirmar-se que todas as crenças têm uma forma religiosa. O herói que a multidão aclama é para ela um verdadeiro deus. Napoleão foi um deus durante quinze anos, e nunca divindade alguma teve mais perfeitos adoradores e nenhuma enviou com mais facilidade os homens para a morte. Os deuses do paganismo e do cristianismo não conseguiram exercer um império tão absoluto sobre as almas.

Os fundadores das crenças religiosas ou políticas fundaram-nas porque souberam impor às multidões estes sentimentos de fanatismo religioso que fazem o homem encontrar a felicidade na adoração e o levam a sacrificar a vida pelo seu ídolo. Sempre assim tem sido em todos os tempos. No seu belo livro sobre a Gália romana, Fustél de Coulanges chama precisamente a atenção para o fato de o Império romano não se ter mantido pela força mas pela admiração religiosa que inspirava. «Seria uma coisa sem exemplo na história do mundo», afirma ele com razão, «que um regime detestado pelas populações se mantivesse durante cinco séculos [...]. Não poderia explicar-se como trinta legiões do Império poderiam ter obrigado cem milhões de homens a obedecer.» Se obedeciam é porque o imperador, que personificava a grandeza romana, era unanimemente adorado como uma divindade. Até na mais pequena povoação do império, o imperador tinha os seus altares. «Nesse tempo viu-se nascer nas almas, de uma ponta à outra do Império, uma nova religião, que tinha por divindades os próprios imperadores. Alguns anos antes da era cristã, toda a Gália, representada por sessenta cidades, erigiu em comum, perto da cidade de Lyon, um templo a Augusto [...]. Os seus sacerdotes, eleitos pelo conjunto das cidades gaulesas, eram as primeiras personalidades dos seus países [...] É impossível atribuir tudo isto ao medo e ao servilismo. Povos inteiros não são servis e não o são durante três séculos. Não eram os cortesãos que adoravam o príncipe, era Roma. E não era apenas Roma, era a Gália, eram a Espanha, a Grécia e a Ásia.»

Hoje, a maioria dos grandes conquistadores de almas não possuem já altares, mas

têm estátuas e imagens, e o culto que se lhes presta não é muito diferente do de outrora. Só se poderá compreender um pouco a filosofia da história depois de ter aceito e compreendido este ponto fundamental da psicologia das multidões: para elas ou se é um deus ou não se é nada.

Não se trata de superstições de épocas passadas que a razão tenha definitivamente posto de lado. Na sua eterna luta contra a razão, nunca o sentimento foi vencido. As multidões não querem já ouvir as palavras divindade e religião, que durante tanto tempo as dominaram; mas nunca, como desde há um século, elas ergueram tantas estátuas e tantos altares. O movimento popular conhecido por «boulangismo» demonstrou com que facilidade os instintos religiosos das multidões estão prontos a renascer. Não havia estalagem de aldeia que não tivesse a imagem do herói. Atribuía-lhe o poder de remediar todas as injustiças, todos os males, e milhares de homens teriam dado a vida por ele. Que lugar teria conquistado na história se o seu caráter tivesse correspondido à lenda!

É por isso uma banalidade dizer-se que as multidões precisam de uma religião. As crenças políticas, divinas e sociais infiltram-se nelas revestindo sempre uma forma religiosa que as coloca ao abrigo de qualquer discussão. O ateísmo, se fosse possível impô-lo às multidões, assumiria todo o ardor intolerante de um sentimento religioso e, nos seus aspectos exteriores, transformar-se-ia rapidamente num culto. A evolução da pequena seita do positivismo é uma prova curiosa. Parece-se com aquele niilista, cuja história o profundo Dostoiévski nos conta, que, iluminado um dia pelas luzes da razão, destruiu as imagens das divindades e dos santos que ornamentavam o altar da sua capelinha, apagou as velas e, sem perder um minuto, substituiu as imagens destruídas pelas obras de uns quantos filósofos ateus e acendeu de novo piedosamente as velas. O objeto das suas crenças tinha mudado, mas não se pode dizer que se tivessem alterado os seus sentimentos religiosos.

Não se podem compreender bem, repito, certos acontecimentos históricos, precisamente os mais importantes, senão depois de se perceber a forma religiosa que as convicções das multidões sempre acabam por revestir. Muitos fenômenos sociais devem ser estudados por um psicólogo, de preferência a um naturalista. O nosso grande historiador Taine observou a Revolução como naturalista e por isso muito lhe escapou da verdadeira origem dos acontecimentos. Observou os fatos corretamente, mas, como não aprofundou a psicologia das multidões, o célebre escritor nem sempre soube chegar às suas causas. Os fatos horrorizaram-no pelo seu aspecto sanguinário, anárquico e feroz, e não conseguiu ver nos heróis dessa grande época mais do que uma horda de selvagens

epilépticos abandonados cegamente aos seus instintos. As violências da Revolução, os seus massacres, a sua necessidade de propaganda, as suas declarações de guerra a todos os reis, só são explicáveis se as considerarmos como a manifestação de uma nova crença religiosa que se apoderou da alma das multidões. A Reforma, a noite de S. Bartolomeu, as guerras religiosas, a Inquisição, o Terror, são fenômenos de caráter idêntico, realizados por sugestão destes sentimentos religiosos e que necessariamente têm como finalidade extirpar a ferro e fogo tudo o que se oponha ao restabelecimento dessa nova crença. Os métodos da Inquisição e do Terror são característicos dos verdadeiros convictos. Não seriam convictos se os não empregassem.

Alterações análogas às que acabo de descrever só são possíveis quando a alma das multidões as faz surgir. Nem os déspotas mais absolutos teriam poder para as desencadear. Os historiadores, que apresentaram a matança de S. Bartolomeu como obra de um rei, mostraram ignorar a psicologia das multidões e a dos reis. Manifestações semelhantes só podem surgir da alma popular. O poder mais absoluto do monarca mais despótico só consegue apressar ou adiar um pouco o momento. Não foram os reis que fizeram nem o S. Bartolomeu, nem as guerras religiosas, como também não foram Robespierre, Danton ou Saint-Just que fizeram o Terror. Por detrás desses acontecimentos encontra-se sempre a alma das multidões.

LIVRO II - AS OPINIÕES E AS CRENÇAS DAS MULTIDÕES

CAPÍTULO I

FATORES REMOTOS DAS CRENÇAS E OPINIÕES DAS MULTIDÕES

Fatores preparatórios das crenças das multidões. — A eclosão das crenças das multidões é a consequência de uma elaboração anterior. — Estudo dos diversos fatores destas crenças. — 1. A raça. — A influência predominante que ela exerce. — Ela representa as sugestões dos antepassados. — 2. As tradições. — São a síntese da alma da raça, — Importância social das tradições. — Como se tornam prejudiciais depois de terem sido necessárias. — As multidões são os conservadores mais tenazes das ideias tradicionais. — 3. O tempo. —• Prepara sucessivamente o estabelecimento das crenças e, depois, a sua destruição. — É graças a ele que do caos pode surgir a ordem. — 4. As instituições políticas e sociais. — Ideia errada do seu papel. — A sua influência é extremamente fraca. — São efeitos e não causas. — Os povos não saberiam escolher as instituições que lhes parecem melhores. — As instituições são etiquetas que reúnem sob o mesmo nome as coisas mais dessemelhantes. — Como se podem criar as instituições. — Necessidade para certos povos de certas instituições teoricamente más, como a centralização. — 5. A instrução e a educação. — Erro das ideias atuais sobre a influência da instrução nas multidões. — Indicações estatísticas. — Papel desmoralizador da educação latina. — A influência que a instrução poderia exercer. — Exemplos fornecidos por diversos povos.

Acabamos de estudar a constituição mental das multidões. Conhecemos a sua maneira de sentir, de pensar, de raciocinar. Examinemos agora como nascem e se estabelecem as suas opiniões © as suas crenças.

São de duas espécies os fatores que determinam estas opiniões e estas crenças: fatores remotos e fatores imediatos. Os fatores remotos tornam as multidões capazes de adotarem (certas convicções e incapazes de se deixarem penetrar por outras. Preparam o terreno onde se veem germinar repentinamente ideias novas, cuja força e resultados surpreendem, mas que só aparentemente são espontâneas. A explosão e o desenvolvimento de certas ideias nas multidões afiguram-se por Vezes fulminantemente repentinos, mas isso não passa de um efeito superficial e, por detrás dele, deve procurar-se um longo trabalho anterior.

Os fatores imediatos são aqueles que, sobrepostos a este longo trabalho, sem o qual não poderiam agir, provocam a persuasão ativa nas multidões, isto é, fazem com que a ideia tome forma e desencadeiam-na com todas as consequências. É sob o impulso destes fatores imediatos que surgem as resoluções que abalam bruscamente as coletividades; é através deles que se declara um motim ou se decide uma greve; é ainda por meio deles que enormes majorias levam um homem ao poder ou derrubam um governo.

Em todos os grandes acontecimentos da história se verifica a ação sucessiva destas duas espécies de fatores- Para apontarmos um exemplo dos mais flagrantes, a Revolução Francesa teve entre os seus fatores remotos as críticas dos escritores e as exações do antigo regime. A alma das multidões assim preparada foi depois facilmente agitada pelos fatores imediatos, como os discursos dos oradores e a resistência da corte a pequenas reformas.

Entre os fatores remotos, há os de caráter geral que se encontram no fundo de todas as crenças e opiniões das multidões. São eles: a raça, as tradições, o tempo, as instituições, a educação. Iremos agora estudar o papel de cada um deles.

1. A raça

Este fator deve ser colocado em primeiro lugar, pois é, só por si, mais importante que todos os outros. Tivemos ocasião de o estudar com pormenor numa obra anterior e explicámos o que é uma raça histórica e como, logo que os seus caracteres se formam, as suas crenças, instituições, artes — em suma, todos os elementos da sua civilização —, se tornam a expressão da sua alma. O poder da raça é tão grande que se pode afirmar com segurança que ninguém poderá passar de um povo para outro sem sofrer profundas transformações¹.

O meio, as circunstâncias, os acontecimentos representam as sugestões sociais do momento. Podem exercer uma ação importante, mas sempre momentânea se for contrária às sugestões da raça, isto é, às sugestões de todos os antepassados.

Nos capítulos que se seguem teremos ocasião de tratar novamente da influência da raça e mostrar que esta influência é tão grande que domina os caracteres específicos da alma das multidões. É por isso que as multidões dos diversos países apresentam diferenças muito acentuadas nas suas crenças e na sua conduta e não podem ser influenciadas do mesmo modo.

¹ Como esta afirmação constitui ainda uma novidade e a história sem ela não se pode compreender, consagrei vários capítulos da minha obra *Les lois psychologiques de l'évolution des peuples* à sua demonstração. O leitor verá que, apesar de aparências enganadoras, nem a língua, nem a religião, nem a arte, nem nenhum elemento de civilização pode passar intacto de um povo para outro.

2. As tradições

As tradições representam as ideias, as necessidades e os sentimentos do passado. São a síntese da raça e exercem sobre nós todo o seu peso.

As ciências biológicas sofreram uma profunda transformação quando a embriologia revelou a enorme influência do passado na evolução dos seres; o mesmo virá a acontecer com as ciências históricas quando essa influência for mais divulgada. Atualmente, ainda há muitos homens de Estado, agarrados às ideias dos teóricos do século passado, que imaginam que uma sociedade pode romper com o passado e refazer-se de novo guiada pelas luzes da razão.

Um povo é um organismo criado pelo passado e, como todo o organismo, só por lentas acumulações hereditárias se pode modificar. Os verdadeiros guias dos povos são as suas tradições e, como já muitas vezes tenho dito, só as formas exteriores mudam facilmente. Sem tradições, quer dizer, sem alma nacional, nenhuma civilização é possível.

As duas grandes ocupações do homem, desde que existe, têm sido criar uma rede de tradições e, depois, destruí-las quando os seus efeitos benéficos se extinguiram. Sem tradições estáveis, não há civilização; sem a lenta eliminação destas tradições, não há progresso. A dificuldade está em encontrar o equilíbrio certo entre a estabilidade e a variabilidade, e essa dificuldade é enorme. Quando um povo deixa os seus costumes fixarem-se com demasiada solidez durante várias gerações, não pode já evoluir e fica, como a China, incapaz de aperfeiçoamento. Até as revoluções violentas se tornam então impotentes, porque acontece que, ou os fragmentos quebrados da cadeia se tornam a soldar e o passado retoma assim o seu império sem modificações, ou os fragmentos dispersos engendram a anarquia e depois, a curto prazo, a decadência.

A preocupação fundamental de um povo deve ser a de preservar as instituições do passado, modificando-as pouco a pouco. Tarefa difícil que praticamente só os Romanos na Antiguidade e os Ingleses na era moderna conseguiram realizar.

Os mais tenazes conservadores das ideias tradicionais e que mais obstinadamente se opõem à sua modificação são precisamente as multidões e, mais particularmente, as que constituem as castas. Tive já ocasião de fazer notar este espírito conservador e de mostrar que muitas revoltas só têm por resultado uma mudança de palavras. No final do século XVIII, diante das igrejas destruídas, dos padres expulsos ou guilhotinados, da perseguição universal do culto católico, poder-se-ia acreditar que as velhas ideias religiosas tinham perdido todo o poder; e, contudo, alguns anos depois, por exigências universais, restabelecia-se o culto abolido¹.

Não há exemplo melhor do poder das tradições sobre a alma das multidões. Não é

¹ Isto é reconhecido até nos Estados Unidos pelos republicanos mais avançados. O jornal americano Fórum exprimia esta opinião categórica tal como aqui a reproduzo, segundo a Review of Reviews de Dezembro de 1894: «Ninguém pode esquecer, nem os mais fervorosos inimigos da aristocracia, que a Inglaterra é hoje o país mais democrático do universo, aquele onde os direitos do indivíduo são mais respeitados e onde as pessoas têm mais liberdade.»

nos templos que se encontram os ídolos mais temíveis, nem nos palácios que estão os tiranos mais despóticos. Esses destroem-se facilmente. Os mestres invisíveis que reinam nas nossas almas escapam a todas as tentativas e apenas cedem ao lento desgaste dos séculos.

3. O tempo

Nos problemas sociais, como nos problemas biológicos, o tempo é um dos fatores mais enérgicos. Representa o verdadeiro criador e o grande destruidor. Foi ele que ergueu as montanhas com grãos de areia e elevou a célula obscura dos tempos geológicos à categoria da dignidade humana. Para transformar um fenômeno qualquer é preciso fazer intervir os séculos.

1. O depoimento do antigo membro da Convenção, Fourcroy, citado por Taine, é bem claro quanto a este ponto: «O que se vê por toda a parte, no que se refere à celebração do domingo e à frequência das igrejas, prova que a maioria dos Franceses quer voltar aos velhos hábitos e não é já altura para resistir a esta tendência nacional [...].

«A grande massa dos homens tem necessidade de religião, de culto e de sacerdotes. É um erro de certos filósofos modernos, pelo qual eu próprio me deixei levar, acreditar na possibilidade de uma instrução difundida de modo a poder destruir os preconceitos religiosos; esses preconceitos são, para muitos infelizes, uma fonte de consolação [...].

«Por isso, é preciso deixar ao povo os seus sacerdotes, os seus altares e o seu culto.»

Disse-se, com razão, que uma formiga que tivesse tempo poderia nivelar o Monte Branco. Um ser que possuísse a capacidade mágica de variar o tempo à sua vontade teria o poder que os crentes atribuem aos deuses.

Mas aqui apenas trataremos da influência do tempo na gênese da opinião das multidões. Neste aspecto, a sua ação é imensa. Tem sob a sua dependência grandes forças, como a raça, que não se podem formar sem ele. Faz evoluir e morrer todas as crenças que, por meio dele, adquirem o poder e, também por meio dele, o perdem.

O tempo prepara as opiniões e as crenças das multidões, isto é, o terreno onde elas irão germinar. É esta a razão por que certas ideias são realizáveis numa certa época e não noutra. O tempo acumula o imenso resíduo de crenças e de pensamentos sobre o qual nascem as ideias de uma época. Essas ideias não germinam ao acaso e ao sabor da aventura, pois as suas raízes mergulham num já longo passado. Quando florescem, já o tempo lhes preparou o despontar e é preciso recuar bem para trás se quisermos

conhecer-lhes a gênese. São filhas do passado e mães do futuro, sempre escravas do tempo.

O tempo é, pois, o nosso verdadeiro mestre e basta que o deixemos agir para vermos todas as coisas transformarem-se. Preocupamo-nos hoje muito com as aspirações ameaçadoras das multidões, com as destruições e agitações que elas pressagiam. Mas o tempo, só por si, se encarregará de restabelecer o equilíbrio. «Nenhum regime», escreve Lavissee com toda a razão, «se fundou num dia. As organizações políticas e sociais são obras que requerem séculos. O regime feudal existiu informe e caótico durante séculos antes de encontrar as suas regras; a monarquia absoluta viveu também durante séculos com grandes perturbações, até que encontrou meios regulares de governo.»

4. As instituições políticas e sociais

A ideia que as instituições podem remediar os defeitos das sociedades, que o progresso dos povos é o resultado do aperfeiçoamento das constituições e dos governos e que as transformações sociais se alcançam por meio de decretos, é uma ideia ainda muito generalizada, que foi o ponto de partida da Revolução Francesa e na qual se apoiam as teorias sociais contemporâneas.

As experiências constantes não conseguiram até agora abalar essa terrível quimera. Em vão, filósofos e historiadores têm tentado provar o seu absurdo e não lhes foi difícil demonstrar que as instituições são filhas das ideias, dos sentimentos e dos costumes e que não se refazem ideias, sentimentos e costumes refazendo os códigos. Um povo não escolhe as instituições que quer, tal como não escolhe a cor dos olhos ou dos cabelos. As instituições e os governos representam o produto da raça. Longe de serem criadores de uma época, são as suas criações. Os povos não são governados segundo os caprichos de um momento, mas sim conforme o seu caráter o exige. Por vezes são necessários séculos para o mudar. As instituições não têm qualquer virtude intrínseca, não são boas nem más em si próprias. Se forem boas num dado momento para determinado povo, podem ser detestáveis para outro.

Portanto, um povo não tem de modo algum o poder de modificar as suas instituições. Pode sim, por meio de revoluções violentas, mudar-lhes o nome, mas o fundo fica o mesmo. Os nomes são etiquetas vãs a que o historiador, preocupado com o valor real das coisas, não dá importância. Assim, por exemplo, a Inglaterra é o país mais democrático do mundo¹, embora esteja sob um regime monárquico, enquanto as repúblicas hispano-americanas, regidas por constituições republicanas, estão sujeitas aos

mais pesados despotismos. É o caráter dos povos, e não os governos, que determina os seus destinos. Já noutra obra tentei provar esta afirmação servindo-me de exemplos categóricos.

É por isso um trabalho pueril, um inútil exercício de retórica, perder o tempo a fabricar constituições. A necessidade e o tempo, se os deixarmos atuar, encarregam-se de as elaborar. Numa passagem que os políticos de todos os países latinos deviam aprender de cor, o grande historiador Macaulay demonstra que foi assim que procederam os anglo-saxões. Depois de explicar as vantagens de certas leis que, para a razão pura, parecem um caos de absurdos e contradições, compara as dúzias de constituições mortas nas convulsões dos povos latinos da Europa e da América com a constituição da Inglaterra e mostra-nos que esta só foi mudada muito lentamente, por partes, sob a influência de necessidades imediatas e nunca de raciocínios especulativos. «Não se preocupar com a simetria, mas preocupar-se muito com a utilidade; nunca tirar uma anomalia só porque é uma anomalia; nunca inovar, a não ser quando um mal-estar se faz sentir e nesse caso inovar apenas o bastante para suprimir esse mal-estar; nunca estabelecer uma proposição mais ampla do que o caso particular a que se procura dar remédio; tais são as regras que, desde a época de João até à de Vitória, têm guiado as deliberações dos nossos 250 parlamentos.»

Bastava pegar nas leis, nas instituições de cada povo, uma por uma, para mostrarmos até que ponto elas são a expressão das necessidades da raça e não poderiam, por isso, ser transformadas violentamente. Pode dissertar-se filosoficamente sobre, por exemplo, as vantagens e inconvenientes da centralização; mas quando se vê um povo, constituído por raças diversas, consagrar mil anos de esforços para alcançar progressivamente essa centralização; quando se verifica que uma grande revolução, que tinha como finalidade destruir todas as instituições do passado, foi forçada não só a respeitar essa centralização mas ainda a intensificá-la, então pode concluir-se que a centralização é consequência de necessidades imperiosas, é mesmo uma condição de existência, e lamenta-se a pouca capacidade mental dos políticos que falam em destruí-la. Se, por acaso, a opinião deles triunfasse, essa vitória seria o sinal de uma profunda anarquia¹ e reconduziria aliás a uma nova centralização mais pesada do que a anterior.

Do que ficou dito se conclui que não é nas instituições que se deve procurar o meio de atuar profundamente sobre a alma das multidões. Quando se vê que alguns países, como os Estados Unidos, prosperam maravilhosamente com instituições democráticas, ao passo que outros, como as repúblicas hispano-americanas, vegetam na mais lamentável anarquia, embora possuam instituições semelhantes, verifica-se que

¹ Se às profundas dissensões religiosas e políticas, que separam as diversas partes de França e que são sobretudo uma questão de raça, juntarmos as tendências separatistas manifestadas na época da Revolução e que novamente se acentuaram no fim da guerra franco-alemã, vemos que as diversas raças que existem no solo francês estão bem longe ainda de se terem fundido. A enérgica centralização da Revolução e a criação de departamentos artificiais, destinados a unir as antigas províncias, foi decerto a sua obra mais útil. Se a descentralização, de que tanto falam agora os imprevidentes, pudesse ser criada imediatamente acabaria em conflitos sangrentos. Ignorar este fato é esquecer inteiramente a nossa história.

essas instituições são tão alheias à grandeza de uns como à decadência de outros. Os povos continuam a ser governados pelo seu caráter, e todas as instituições que não são intimamente moldadas nesse caráter não representam mais do que uma capa de empréstimo, um disfarce transitório. É certo que se fizeram, e se hão-de fazer, guerras sangrentas e revoluções violentas para impor instituições às quais se atribui o poder sobrenatural de criar a felicidade. E porque provocam tais movimentos, poder-se-ia dizer que agem sobre a alma das multidões. Mas, na realidade, sabemos que, triunfantes ou vencidas, as instituições não possuem em si mesmas qualquer virtude. Lutar pela sua conquista é lutar por ilusões.

5. A instrução e a educação

No primeiro plano das ideias dominantes da nossa época encontra-se a de que a instrução tem como resultado certo melhorar os homens e torná-los iguais. À força de repetida esta afirmação acabou por se tornar um dos dogmas mais inabaláveis da democracia e, hoje, seria tão difícil tocar-lhe como, antigamente, tocar nos dogmas da Igreja.

Mas, neste ponto como em muitos outros, as ideias democráticas estão em profundo desacordo com os dados da psicologia e da experiência. Vários filósofos eminentes, como Herbert Spencer, demonstraram com facilidade que a instrução não torna o homem nem mais moral nem mais feliz, que não modifica os seus instintos e paixões hereditárias e pode, quando mal dirigida, tornar-se muito mais prejudicial do que útil. As estatísticas vieram confirmar estas opiniões ao informarem-nos de que a criminalidade aumenta com a generalização da instrução ou, pelo menos, de uma certa instrução, e que os piores inimigos da sociedade, os anarquistas, são quase sempre recrutados entre os diplomados das escolas. Um distinto magistrado, Adolphe Guillot, fazia notar que atualmente existem três mil criminosos letrados contra mil iletrados e que, daqui a cinquenta anos, a criminalidade terá passado de 227 por cem mil habitantes para 552, ou seja, um aumento de 133 por cento. De colaboração com os seus colegas, notou também que a criminalidade aumenta principalmente nos jovens, para quem a escola gratuita e obrigatória substitui o patronato.

Nunca ninguém, na verdade, afirmou que a instrução bem dirigida não possa dar resultados muito úteis, não digo para elevar a moralidade, mas pelo menos para desenvolver as capacidades profissionais. Infelizmente, os povos latinos, sobretudo desde há uns trinta anos, basearam o seu sistema de instrução em princípios muito defeituosos e, apesar das observações de espíritos eminentes, persistem nos seus lamentáveis erros. Eu, em diversas obras¹, mostrei que a nossa atual educação transforma aqueles que a

¹ Ver *Psychologie du socialisme* e *Psychologie de l'éducation*.

recebem em inimigos da sociedade e recruta muitos discípulos para as piores formas de socialismo.

O primeiro perigo desta educação, com muito acerto denominada latina, é assentar no erro psicológico fundamental de acreditar que a memorização dos compêndios desenvolve a inteligência. Daí que, desde o princípio, se tente decorar o mais possível. A partir da escola primária até à licenciatura ou ao doutoramento, o jovem não faz mais do que aprender de cor o conteúdo dos livros sem que o seu juízo ou iniciativa cheguem a intervir. Para ele, a instrução consiste em recitar e obedecer. «Aprender as lições, saber de cor uma gramática ou um manual, saber repetir e imitar», escreveu Jules Simon, antigo ministro da Instrução Pública, «eis no que consiste essa divertida educação em que todo o esforço é um ato de fé perante a infalibilidade do mestre e que sempre acaba por nos diminuir e tornar impotentes.»

Se esta educação fosse apenas inútil, poderíamos limitar-nos a lamentar as pobres crianças, a quem se prefere ensinar a genealogia dos filhos de Clotário, as lutas da Nêustria e da Austrásia, ou as classificações zoológicas, em vez de tantas coisas necessárias; mas ela apresenta o perigo muito mais grave de inspirar a quem a recebe um desprezo violento pela condição em que nasceu e de lhe despertar o desejo intenso de se libertar. O operário não quer continuar operário, o camponês não quer continuar a ser camponês e o mais modesto burguês não vê outra carreira possível para o filho a não ser funcionário do Estado. Em vez de preparar homens para a vida, a escola prepara-os para funções públicas onde, para triunfarem, não precisam de manifestar qualquer espécie de espírito de iniciativa. No nível mais baixo da escala social cria exércitos de proletários descontentes com a sua sorte e sempre prontos a revoltarem-se; no topo da escala, dá origem à nossa burguesia frívola, simultaneamente céptica e crédula, imbuída de uma confiança supersticiosa no Estado-providência, do qual, contudo, incessantemente diz mal, atribuindo sempre ao governo os seus próprios erros e incapaz de empreender qualquer coisa sem a intervenção da autoridade.

O Estado, que fabricou todos estes diplomados à custa de compêndios, só pode utilizar um número restrito deles e deixa os outros forçosamente sem emprego. Tem por isso de se resignar a sustentar uns e a ter os outros por inimigos. Desde o vértice até à base da pirâmide social, a massa formidável dos diplomados assalta hoje todas as carreiras. Um negociante dificilmente encontra um agente que o queira ir representar nas colônias, mas, em contrapartida, são milhares os candidatos aos mais modestos lugares oficiais. O departamento do Sena conta só por si com vinte mil professores e professoras sem emprego, os quais, desprezando os campos e as oficinas, se dirigem ao Estado para arranjar modo de vida. Como o número dos escolhidos é limitado, o dos descontentes é necessariamente enorme. E estes estão prontos para todas as revoluções, sejam quais forem os seus chefes e a finalidade para que são feitas. A aquisição de conhecimentos inutilizáveis é um meio seguro de

transformar o homem num revoltado¹.

Agora, é, evidentemente, demasiado tarde para voltar atrás. Só a experiência, última educadora dos povos, se encarregará de nos mostrar o nosso erro e provar a necessidade de substituir os odiosos compêndios e os detestáveis concursos por uma instrução profissional, capaz de reconduzir a juventude para os campos, as oficinas e os empreendimentos ultramarinos, hoje abandonados.

Essa instrução profissional, hoje reclamada por todos os espíritos esclarecidos, é a que outrora receberam os nossos pais e aquela que os povos, que atualmente dominam o mundo pela sua vontade, sua iniciativa e seu espírito empreendedor, souberam conservar. Em páginas notáveis de que reproduzirei as partes essenciais, Taine mostrou claramente que a nossa antiga educação era mais ou menos o que é hoje a educação inglesa ou americana e, estabelecendo um notável paralelo entre o sistema latino e o anglo-saxónico, faz-nos ver com clareza as consequências dos dois métodos.

Talvez pudéssemos aceitar todos os inconvenientes da nossa educação*, embora ela produza apenas desocupados e descontentes, se a aquisição superficial de tantos conhecimentos e a memorização perfeita de tantos compêndios elevassem o nível da inteligência. Mas, infelizmente, não é esse o resultado. O raciocínio, a experiência, a iniciativa e o caráter são as condições necessárias para triunfar na vida e nada disso se aprende nos livros. Os livros são dicionários úteis para consulta, mas é completamente inútil] meter na cabeça os longos trechos que os compõem.

A instrução profissional é que pode desenvolver a inteligência a um grau que a instrução clássica não pode de modo algum atingir. Taine demonstrou-o bem no texto que a seguir transcrevemos:

«As ideias só se formam no seu meio natural e normal; o que as faz germinar são as inúmeras impressões sensíveis que o jovem todos os dias recebe na oficina, na mina, no tribunal, na escola, no arsenal, no hospital, na presença das ferramentas, dos materiais e das operações, diante dos clientes, dos operários, do trabalho, da obra bem ou mal realizada, dispendiosa ou lucrativa. São estas as pequenas percepções particulares dos olhos, do ouvido, das mãos e até do olfato, que, involuntariamente recolhidas e secretamente elaboradas, se organizam dentro dele para mais cedo ou mais

¹ Este fenómeno não é aliás exclusivo dos povos latinos e observa-se também na China, país dirigido por uma sólida hierarquia de mandarins e onde o mandarinato se obtém também por um concurso, em que a única prova a prestar é a recitação imperturbável de volumosos manuais. A quantidade de letrados sem emprego é considerada hoje, na China, uma verdadeira calamidade nacional. O mesmo se passa na Índia onde, desde que os Ingleses abriram escolas, não para educar como em Inglaterra, mas apenas para instruir os indígenas, se formou uma classe especial de letrados, os Babus, que, quando não conseguem adquirir uma posição, se fazem inimigos irreconciliáveis do regime inglês. Nos Babus, quer tenham ou não emprego, o primeiro efeito da instrução foi baixar consideravelmente o nível moral. Salientei bastante este ponto no meu livro *Les civilisations de l'Inde*. E todos os escritores que visitaram essa grande península tiveram ocasião de o confirmar.

tarde lhe sugerirem uma nova combinação, uma simplificação, economia, aperfeiçoamento ou invenção. Ora o jovem francês é privado de todos estes contatos preciosos, de todos estes elementos assimiláveis e indispensáveis, e isso, precisamente, na idade fecunda; durante sete ou oito anos é sequestrado numa escola, longe de toda a experiência direta e pessoal, que lhe daria a noção exata e viva das coisas, dos homens e dos diversos modos de com eles lidar.

«... Em cada dez, nove pelo menos perderam, além de tempo e esforço, alguns anos de vida e vários anos importantes ou até decisivos. Dentre eles, temos primeiro metade ou dois terços dos que se apresentam a exame, isto é, os reprovados; depois, entre os admitidos, graduados ou diplomados, temos metade ou dois terços que ficam esgotados. Exigiu-se-lhes de mais obrigando-os a, em tal dia, sentados numa cadeira ou diante de um quadro, serem durante duas horas o repositório vivo de todo o conhecimento humano no respeitante a um grupo de ciências; e nesse dia, durante essas duas horas, eles conseguiram, ou quase conseguiram, ser o que se lhes exigia; mas um mês depois deixaram de o ser e não poderiam submeter-se a novo exame. Os conhecimentos adquiridos, excessivamente numerosas e pesados, escapam-se-lhes incessantemente para fora do espírito, e não conseguem adquirir outros. Com o vigor mental enfraquecido e a seiva fecunda esgotada, o homem feito parece, e por vezes é já, um homem liquidado. Empregado, casado, resignado a andar indefinidamente à roda do mesmo círculo, refugia-se nos estreitos limites da sua profissão; exerce-a corretamente mas mais nada. Tal é o rendimento médio da instrução, e, certamente, a receita não equilibra a despesa. Em Inglaterra e na América, onde, como em França antes de 1789, se emprega o processo inverso, o rendimento obtido é igual ou superior.»

O ilustre historiador mostra-nos depois a diferença entre o nosso sistema e o dos Anglo-Saxões. Entre eles o ensino não é ministrado pelos livros mas pelas próprias coisas. O engenheiro, por exemplo, forma-se numa oficina e nunca numa escola, e cada um pode chegar exatamente ao grau a que corresponde a sua inteligência: operário ou contramestre, se não for capaz de ir mais longe; engenheiro, se as suas capacidades lho permitirem. Este processo é muito mais democrático e útil para a sociedade do que fazer depender toda a carreira de um indivíduo de um concurso de algumas horas, a que tem de se submeter aos dezoito ou vinte anos.

«A trabalhar no hospital, na mina, na manufatura, com um arquiteto ou um homem de leis, o aluno, recebido muito jovem, faz a sua aprendizagem e o seu estágio, como entre nós um escrevente de notário ou um aprendiz de pintor. Antes de iniciar essa aprendizagem, frequentou um curso geral e sumário que lhe forneceu um quadro

de conhecimentos onde poderá ir inscrevendo as observações que for fazendo. Tem ainda ao seu alcance alguns cursos técnicos que poderá seguir nas horas livres, a fim de coordenar as experiências quotidianas à medida que as vai adquirindo. Por este sistema, a capacidade prática cresce e desenvolve-se por si própria na medida exata das faculdades do aluno e no sentido exigido pela sua futura ocupação, pelo trabalho especial a que desde logo quer adaptar-se. Deste modo, em Inglaterra e nos Estados Unidos, o jovem bem depressa consegue tirar de si tudo quanto pode dar. A partir dos vinte e cinco anos, ou até antes, caso lhe não falem fundo e substância, é não só um executante útil mas também um empreendedor espontâneo, quer dizer, não apenas uma roda da engrenagem mas um motor. Em França, onde prevaleceu o processo inverso, que se torna mais complicado de geração para geração, e enorme o total das forças perdidas.»

E o grande filósofo chega à seguinte conclusão sobre a inconveniência crescente da nossa educação latina:

«Através das três etapas da instrução, na infância, na adolescência e na juventude, a preparação teórica e escolar por meio de livros prolonga-se e sobrecarrega-se, tendo como única finalidade o exame, o grau, o diploma, o certificado; faz-se pelos piores meios, pela aplicação de um regime antinatural e antissocial, pelo adiamento excessivo da aprendizagem prática, pelo internamento, pelo treino artificial e a absorção mecânica, pelo cansaço, e tudo sem qualquer consideração pelo tempo que se irá seguir, pela idade adulta e pelas tarefas viris que o homem feito terá de exercer, numa total abstração do mundo real onde o jovem em breve vai cair, da sociedade que o cerca e à qual é preciso antecipadamente adaptá-lo e do conflito humano onde, para se defender e manter de pé, deve entrar já equipado, armado, exercitado e endurecido. Este indispensável equipamento, esta aquisição mais importante que todas as outras, esta solidez do bom-senso, da vontade e dos nervos, as nossas escolas não estão em condições de lhe proporcionar; pelo contrário, em vez de o qualificarem, desqualificam-no para a sua condição futura e definitiva. Por isso, a entrada do jovem no mundo e os seus primeiros passos no campo da prática são, a maior parte das vezes, uma série de quedas dolorosas. Fica magoado e por vezes muito tempo estropiado. É uma prova dura e perigosa que altera o equilíbrio moral e mental, que corre o risco de não se restabelecer. Vem a desilusão demasiado brusca e geral; as decepções são muito grandes e os dissabores muito fortes¹.»

No que ficou dito, não nos afastámos, decerto, da psicologia das multidões. Para compreender as ideias e as crenças que hoje germinam e amanhã explodirão, é necessário saber-se como o terreno foi preparado. O ensino ministrado à juventude de um país permite prever de certa maneira os destinos desse país. A educação da geração atual justifica as previsões mais sombrias. É, em parte, pela educação e pela instrução que se aperfeiçoa ou altera a alma das multidões. Era por isso necessário mostrar como o sistema atual a moldou e como a massa.

¹ H. Taine, *Le regime moderne*, t. II, 1894.

Estas páginas foram praticamente as últimas que Taine escreveu e constituem um admirável resumo dos resultados da sua longa experiência. A educação é o nosso único meio de agir um pouco sobre a alma de um povo. É bem triste que quase ninguém em França consiga compreender que o nosso atual ensino é um inquietante elemento de decadência. Em vez de educar a juventude, elevando-a, rebaixa-a e perverte-a. dos indiferentes e dos neutros progressivamente se tornou um imenso exército de descontentes prontos a seguir todas as sugestões dos utopistas e dos retóricos. A escola forma, hoje, os descontentes e os anarquistas e prepara aos povos latinos as horas da sua decadência.

CAPÍTULO II

FATORES IMEDIATOS DAS OPINIÕES DAS MULTIDÕES

As imagens, as palavras e as fórmulas. — Poder mágico das palavras e das fórmulas. — O poder das palavras está ligado às imagens que evocam, independentemente do seu sentido real. — Estas imagens variam consoante as épocas e as raças. — O desgaste das palavras. — Exemplos das significativas variações de sentido de algumas palavras muito usuais. — Utilidade política de dar nomes novos a coisas antigas quando as palavras que as designavam causam mau efeito nas multidões. — Variação de sentido das palavras segundo a raça. — Sentido diferente da palavra «democracia» na Europa e na América. — 2. As ilusões. — A sua importância. — Encontram-se na origem de todas as civilizações. — Necessidade social das ilusões. — As multidões preferem-nas às verdades. — 3. A experiência. — Só a experiência pode estabelecer na alma das multidões verdades que se tornaram necessárias e destruir ilusões que se tornaram perigosas. — A experiência só age se for frequentemente repetida. — O que custam as experiências necessárias para persuadir as multidões. — 4. A razão. — Nulidade da sua influência sobre as multidões. — Só se dominam agindo sobre os seus sentimentos inconscientes. — O papel da lógica na história. — As causas secretas dos acontecimentos inverossímeis.

Acabamos de investigar os fatores remotos e preparatórios que conferem à alma dos povos uma receptividade especial e tornam assim possível, nas multidões, o desabrochar de certos sentimentos e de certas ideias. Resta-nos agora examinar os fatores susceptíveis de exercer uma ação imediata e, num capítulo mais adiante, veremos como eles devem ser manejados para produzirem todos os seus efeitos.

A primeira parte desta obra tratou dos sentimentos, das ideias e dos raciocínios das coletividades; o seu conhecimento poderia, evidentemente, fornecer os meios com que lhes influenciar a alma. Sabemos já o que impressiona a imaginação das multidões, o poder e o contágio das sugestões, sobretudo quando apresentadas na forma de imagens. Mas como as sugestões possíveis são de origem muito diversa, os fatores capazes de agir sobre a alma das multidões podem ser bem diferentes. Por isso, é necessário examiná-los separadamente. As multidões são de certo modo como a esfinge da fábula antiga: é preciso saber resolver os problemas postos pela sua psicologia ou então resignarmo-nos a sermos devorados por elas.

1. As imagens, as palavras e as fórmulas

Ao estudarmos a imaginação das multidões, vimos como elas são impressionadas sobretudo por imagens. Se nem sempre se dispõe dessas imagens, é possível evocá-las empregando judiciosamente palavras e fórmulas. Manejadas com arte, possuem realmente o poder misterioso que os adeptos da magia outrora (lhes atribuíam. Provocam na alma das multidões as mais terríveis tempestades mas sabem também acalmá-las. Poderia erguer-se uma pirâmide mais alta que a do velho Keops só com os ossos das vítimas causadas pelo poder das palavras e das fórmulas.

O poder das palavras está ligado às imagens que elas evocam e é completamente independente do seu significado real. As palavras cujo sentido se encontra mais mal definido são por vezes as que possuem uma maior influência como, por exemplo, os termos democracia, socialismo, igualdade ou liberdade, cujo sentido é tão vago que não há livros que cheguem para o definir. Contudo, às suas breves sílabas liga-se um poder verdadeiramente mágico, como se elas contivessem em si a solução de todos os problemas. Essas palavras sintetizam várias aspirações inconscientes e a esperança da sua realização.

A razão e os argumentos lutariam em vão contra certas palavras e certas fórmulas. É com recolhimento que são pronunciadas diante das multidões e, ao ouvi-las, imediatamente as fisionomias se tornam respeitadas e as cabeças se inclinam. Muitos consideram-nas como forças da natureza ou poderes sobrenaturais. Evocam nas almas imagens grandiosas e vagas, e a própria indefinição que as rodeia aumenta o seu poder misterioso. Podem ser comparadas àquelas temíveis divindades escondidas atrás do tabernáculo e das quais o devoto se aproxima sempre a tremer.

As imagens evocadas pelas palavras são independentes do seu sentido e variam de época para época e de povo para povo. A certas palavras ligam-se transitoriamente

certas imagens e a palavra funciona como o toque de chamada que as faz aparecer. Mas nem todas as palavras e fórmulas possuem o poder de evocar imagens; algumas, ao mesmo tempo que são utilizadas para essa evocação, vão-se gastando e acabam por nada suscitar ao espírito. Passam a ser sons vazios, cuja principal utilidade é dispensar aquele que as emprega da obrigação de pensar. Com uma pequena reserva de fórmulas e lugares-comuns aprendidos na juventude, temos tudo o que é preciso para atravessar a vida sem a fatigante necessidade de ter que pensar.

Se considerarmos determinada língua, vemos que as palavras que a compõem se modificam lentamente com o correr dos tempos; mas as imagens que elas evocam ou o sentido que se lhes atribui mudam constantemente. É essa a razão por que, numa outra obra, cheguei já à conclusão de que a tradução exata de uma língua, sobretudo quando se trata de línguas mortas, é completamente impossível. Quando substituímos um termo latino, grego ou sânscrito por um termo francês, ou até quando tentamos compreender um livro escrito há alguns séculos na nossa própria língua, apenas estamos a sobrepor as imagens e as idéias, que a vida moderna fez penetrar no nosso espírito, às noções e às imagens totalmente diferentes que a vida antiga tinha feito surgir na alma das raças submetidas a condições de existência que não se podem comparar com as nossas. Os homens da Revolução, que julgavam copiar os Gregos e os Romanos, não faziam mais do que atribuir a certas palavras antigas um sentido que elas nunca tinham tido. Que semelhança poderia existir entre as instituições dos Gregos e aquelas que hoje designamos pelo mesmo nome? Naquele tempo, uma república não era mais do que uma instituição essencialmente aristocrática, constituída pela união de pequenos déspotas que dominavam uma multidão de escravos mantidos na mais absoluta sujeição. Estas aristocracias comunais eram baseadas na escravatura e, sem ela, não poderiam existir.

E a palavra liberdade, poderia significar alguma coisa que se parecesse com o sentido que hoje lhe damos, numa época em que não se vislumbrava sequer a liberdade de pensar e em que não havia crime maior e mais raro do que discutir os deuses, as leis e os costumes da cidade? A palavra pátria, na alma de um Ateniense ou de um Espartano, significava o culto de Atenas ou de Esparta e não o da Grécia, composta de cidades rivais e sempre em guerra. Que sentido teria a mesma palavra pátria entre os antigos Gauleses divididos em tribos rivais, de raças, religiões e línguas diferentes, que César venceu com tanta facilidade porque entre elas sempre contou com aliados? Sem ser necessário ir tão longe, e recuando apenas dois séculos, será possível pensar-se que a mesma palavra pátria era concebida como hoje pelos príncipes franceses que, como o grande Condé, se aliavam aos estrangeiros contra o seu soberano? E ainda essa mesma palavra não teria

um sentido bem diferente do atual para os emigrados que imaginavam obedecer às leis da honra quando combatiam a França e, do seu ponto de vista, efetivamente lhes obedeciam, visto que a lei feudal ligava o vassalo ao senhor e não à terra e a verdadeira pátria estava onde o suserano mandasse?

São inúmeras as palavras cujo sentido se tem alterado de época para época, e só com um grande esforço conseguiremos compreendê-las como antigamente eram compreendidas. Diz-se, e com razão, que é necessário ler muitos livros para se chegar apenas a entrever o que significavam para os nossos bisavós palavras como rei e família real. Se assim é, que dizer então de expressões mais complexas?

As palavras têm, pois, um significado móvel e transitório, que varia de época para época e de povo para povo. Quando queremos utilizá-las para agir sobre a multidão, é preciso conhecermos o sentido que ela lhes atribui nesse momento e não o sentido que elas tiveram noutro tempo, ou poderão vir a ter para indivíduos de constituição mental diferente. As palavras são seres vivos, como as idéias.

Por outro lado, quando as multidões, após certas perturbações políticas ou alterações de crenças, mostram sentir uma antipatia profunda pelas imagens que certas palavras evocam, o primeiro dever do verdadeiro homem de Estado é mudar essas palavras sem, evidentemente, tocar nas coisas em si, porque estas estão demasiadamente ligadas a uma constituição hereditária para poderem ser transformadas. O criterioso Tocqueville salientou que o trabalho do Consulado e do Império consistiu sobretudo em vestir de palavras novas a maior parte das instituições do passado, quer dizer, em substituir palavras que evocavam imagens desagradáveis por outras cuja novidade evitava evocações desse gênero. A *taille* passou a ser contribuição predial; a gabela, imposto de sal; as ajudas, contribuições indiretas e direito, tudo reunido; a taxa dos mestrados e jurandos passou a chamar-se patente, etc.

Uma das funções mais importantes dos homens de Estado consiste em batizar com nomes populares, ou pelo menos neutros, as coisas que, sob os nomes antigos, eram detestadas pelas multidões. O poder das palavras é tão forte que bastam alguns termos bem escolhidos para que as coisas mais odiosas sejam aceites. Taine refere precisamente que foi invocando a liberdade e a fraternidade, palavras então muito populares, que os jacobinos conseguiram «instalar um despotismo digno do Daomé, um tribunal semelhante ao da Inquisição, hecatombes humanas idênticas às do antigo México». A arte dos governantes, como a dos advogados, consiste principalmente em saber manejar as palavras. Arte difícil porque, em qualquer sociedade, palavras iguais têm sentidos diferentes para as diversas camadas sociais, que empregam

aparentemente as mesmas palavras mas não falam a mesma língua.

Nos exemplos que acabámos de referir fizemos intervir o tempo como principal fator na mudança do sentido das palavras. Se fizéssemos também intervir a raça, veríamos que, na mesma época, em povos igualmente civilizados mas de raças diversas, palavras idênticas correspondem muitas vezes a idéias extremamente diferentes. Estas diferenças não se podem compreender sem que se tenham feito numerosas viagens, e, por isso, não insisto neste ponto e limito-me a fazer notar que são precisamente as palavras mias usadas as que variam de sentido de povo para povo, como por exemplo as palavras democracia e socialismo, tão frequentemente utilizadas hoje em dia.

Na realidade, estes termos correspondem a idéias e imagens completamente opostas na alma dos Latinos e na dos anglo-saxões. Para os Latinos, democracia significa sobretudo o anular da vontade e da iniciativa do indivíduo diante do Estado, o qual cada vez mais tem a seu cargo dirigir, centralizar, monopolizar e produzir. Para ele apelam, constantemente e sem exceção, todos os partidos, radicais, socialistas ou monárquicos. Para o Anglo-Saxão, nomeadamente o da América, a mesma palavra democracia significa, pelo contrário, um desenvolvimento intenso da vontade do indivíduo, a diminuição do papel do Estado, ao qual, além da polícia, do exército e das relações diplomáticas, nada se deixa para dirigir, nem sequer o ensino. Deste modo se vê como a mesma palavra possui, para estes dois povos, sentidos totalmente contrários¹.

2. As ilusões

Desde a aurora das civilizações os povos sempre estiveram sujeitos ao domínio das ilusões. É aos criadores de ilusões que se têm erigido mais templos, estátuas e altares. Outrora ilusões religiosas, hoje ilusões filosóficas e sociais, encontramos sempre estas grandiosas soberanas à frente de todas as civilizações que sucessivamente têm florescido no nosso planeta. Foi em seu nome que se edificaram os templos da Caldeia e do Egito, os monumentos religiosos da Idade Média, e foi também em seu nome que, há um século, a Europa inteira foi transtornada. Não há uma só das nossas concepções artísticas, políticas ou sociais que não tenha a sua poderosa marca. O homem por vezes derruba-as à custa de terríveis convulsões, mas está sempre condenado a erguê-las de novo. Sem essas ilusões não teria podido sair da primitiva barbárie, na qual, se fosse privado delas, rapidamente voltaria a cair. São, sem dúvida, sombras vagas, mas foram estas filhas dos nossos sonhos que incitaram os povos a criarem tudo o que faz o esplendor das artes e a grandeza das civilizações.

«Se nos museus e bibliotecas se destruíssem e despedaçassem todos os monumentos e obras de arte que as religiões inspiraram, o que restaria dos grandes

¹ Em *Les lois psychologiques de l'évolution des peuples* insisti bastante sobre a diferença que separa o ideal democrático latino do anglo-saxão.

sonhos da humanidade?» — escreve um autor que sintetiza nessa pergunta as nossas doutrinas. «Dar aos homens a parte de esperança e de ilusões sem a qual eles não podem existir, tal é a razão de ser dos deuses, dos heróis e dos poetas. A ciência pareceu assumir, durante algum tempo, esta função. Mas o que a comprometeu, perante os corações sedentos de ideal, foi já não ousar prometer bastante e não saber mentir o suficiente.»

Os filósofos do século XVIII consagraram-se com fervor à destruição das ilusões religiosas, políticas e sociais de que os nossos pais viveram durante séculos. Destruindo-as, secaram as fontes de esperança e de resignação e, por detrás das quimeras assim sacrificadas, depararam-se-lhes as forças cegas da natureza que, inexoráveis para com a fraqueza, não conhecem a piedade. A filosofia, com todos os seus progressos, não conseguiu ainda oferecer aos povos um ideal capaz de os seduzir. Mas eles, como não podem viver sem ilusões, dirigem-se instintivamente, como os insetos atraídos pela luz, para os retóricos que lhes apresentam. O grande fator da evolução dos povos sempre foi, não a verdade, mas o erro, e se o socialismo vê atualmente aumentar o seu poder é porque constitui a única ilusão ainda viva. As demonstrações científicas não impedem de modo algum o seu crescimento incessante, porque a sua principal força consiste em ser defendido por espíritos que ignoram a realidade das coisas o bastante para se atreverem a prometer a felicidade aos homens. A ilusão socialista reina hoje sobre as ruínas amontoadas do passado e o futuro pertence-lhe. As multidões nunca tiveram sede de verdade. Diante de evidências que lhes desagradam, viram as costas e preferem divinizar o erro, se ele as seduzir. Quem as souber iludir, facilmente será seu senhor; quem as tentar desiludir, será sempre a sua vítima.

3. A experiência

A experiência constitui talvez o único processo eficaz de estabelecer solidamente uma verdade na alma das multidões e destruir as ilusões que se verificou serem demasiado perigosas. Mas deve realizar-se em grande escala e ser muitas vezes repetida. As experiências feitas por uma geração são geralmente inúteis para a geração seguinte, e é por isso que os acontecimentos históricos, invocados como elementos de demonstração ou como lição, de nada podem servir. A sua única utilidade é provar até que ponto as experiências devem ser repetidas em cada época para exercerem alguma influência e conseguirem abalar um erro solidamente instalado.

O nosso século e o anterior serão sem dúvida citados pelos historiadores do futuro como uma era de experiências curiosas. Efetivamente, em nenhuma outra época

se chegou a tanto.

A experiência gigantesca foi a Revolução Francesa. Para se chegar a descobrir que não se reconstrói uma sociedade peça por peça à luz da razão pura, foi necessário massacrar alguns milhões de homens e, durante vinte anos, assolar de guerras a Europa inteira. Para fazer a prova experimental de que os césares custam caro aos povos que os aclamam, foram necessárias duas ruinosas experiências realizadas durante cinquenta anos e ainda assim, por mais evidentes que tenham sido, não foram suficientes. No entanto, a primeira custou três milhões de homens e uma invasão, e a segunda, um desmembramento e o recurso a exércitos permanentes. Terceira experiência esteve prestes a ser realizada há poucos anos e seguramente o virá a ser um dia. Para que se acreditasse que o poderoso exército alemão não era, como se dizia nas vésperas de 1870, uma espécie de Guarda Nacional inofensiva¹, foi preciso travar uma guerra pavorosa que tão caro nos custou. Do mesmo modo, para que se venha a acreditar que o protecionismo do Estado, em que tanta gente hoje confia, acaba fatalmente por arruinar os povos que o aceitam, será necessária a prova de experiências desastrosas. Estes exemplos poderiam multiplicar-se indefinidamente.

4. A razão

Nesta enumeração dos fatores capazes de impressionar a alma das multidões, poderíamos dispensar-nos de mencionar a razão. É, porém, imprescindível referir o poder negativo da sua influência.

Mostrámos já que as multidões não são influenciáveis pelos raciocínios e só conseguem compreender grosseiras associações de idéias. Por isso, é para os seus sentimentos, nunca para a sua razão, que apelam os oradores que sabem impressioná-las, que sabem que a lógica racional não exerce qualquer ação sobre elas¹.

Para convencer as multidões é necessário, em primeiro lugar, perceber quais os sentimentos que as movem, fingir partilhá-los também e, depois, tentar modificá-los ou conduzi-los suscitando certas imagens sugestivas por meio de associações mentais rudimentares. Importa, além disso, saber voltar atrás quando for preciso e adivinhar e medir, a cada instante, os sentimentos que se fizeram despertar. Esta exigência de variar

¹ Neste caso, a opinião era formada pela associação grosseira de coisas diferentes, segundo um mecanismo que já tive ocasião de explicar. A nossa Guarda Nacional era, então, composta por pacíficos comerciantes sem sombra de disciplina e que ninguém podia tomar a sério. O que tinha uma designação idêntica despertava, por isso, a mesma imagem e era considerado igualmente inofensivo. Este engano das multidões era partilhado pelos chefes que as conduziam, coisa que muitas vezes acontece quando se trata de opiniões gerais. Num discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em 31 de Dezembro de 1867, um homem de Estado que costumava orientar-se pela opinião das multidões, Adolphe Thiers, não hesitou em afirmar que a Prússia, além de um exército ativo mais ou menos equivalente ao nosso, apenas possuía uma Guarda Nacional semelhante à que nós possuíamos, por conseguinte sem importância militar. Estas afirmações eram tão exatas como aquelas que o mesmo estadista fazia ao prever que os caminhos-de-ferro não tinham qualquer futuro.

a linguagem, consoante o efeito produzido no momento em que se fala, torna desde logo impotentes e inúteis os discursos estudados e preparados. Se seguir os seus próprios pensamentos, e não os dos auditores, o orador perde toda a capacidade de influenciar.

As minhas primeiras observações sobre a arte de influenciar as multidões e sobre os fracos recursos que oferecem, neste aspecto, as regras da lógica, datam do cerco de Paris, do dia em que vi conduzir ao Louvre, onde então se instalara o governo, o marechal V., que uma multidão ululante afirmava ter surpreendido a roubar o plano das fortificações para o vender aos Prussianos. Um membro do governo, G. P., orador famoso, apareceu para falar à multidão que reclamava a imediata execução do prisioneiro. Eu estava à espera que o orador demonstrasse o absurdo da acusação e afirmasse que o marechal acusado era, precisamente, um dos construtores dessas fortificações cujo plano, aliás, estava à venda em todas as livrarias. Com grande espanto meu — eu era então muito jovem — o discurso foi completamente diferente. Avançando para o prisioneiro, o orador gritou: «Será feita justiça, e uma justiça impiedosa. Deixem ao cuidado do governo de Defesa Nacional levar até ao fim o vosso inquérito. Entretanto, vamos encarcerar o acusado.» Com esta aparente satisfação, a multidão imediatamente acalmou, dispersando-se tranquilamente, e, um quarto de hora depois, o marechal podia recolher a casa. Teria sido inevitavelmente massacrado se o seu defensor tivesse apresentado à multidão em fúria os argumentos lógicos que eu, na ingenuidade da minha juventude, julgava serem convincentes.

Os espíritos lógicos, habituados à sucessão rigorosa e dedutiva dos raciocínios, não podem deixar de recorrer ao seu modo certo de pensar quando se dirigem às multidões para as persuadir. Ficam, depois, surpreendidos ao verificarem que os seus argumentos não tiveram qualquer efeito. «As sequências matemáticas e as deduções silogísticas, ou seja, as associações de identidade — escreve um lógico — possuem um carácter de necessidade que obriga à sua aceitação até por uma massa inorgânica que fosse capaz de compreender e seguir uma associação de identidade.» Sem dúvida. Simplesmente, acontece que uma multidão não tem mais capacidade do que uma massa inorgânica para compreender, seguir ou apenas ouvir uma associação de identidades.

Se tentarmos convencer pelo raciocínio os espíritos primitivos, os selvagens ou as crianças, depressa Verificaremos o pouco valor que possui para eles este modo de argumentação. Mas não é preciso descer até aos seres primitivos para constatar a total impotência dos raciocínios quando tem de lutar contra sentimentos. Basta lembrarmo-nos como, durante séculos, persistiram certas superstições religiosas

contrárias à lógica mais simples. Durante quase dois mil anos, os gênios mais luminosos curvaram-se perante essas superstições e foi preciso chegar aos tempos modernos para se pôr em causa a sua veracidade. A Idade Média e o Renascimento tiveram muitos homens esclarecidos, mas não tiveram um único ao qual o raciocínio lhe tivesse podido mostrar o que havia de infantil em tais superstições e tivesse! suscitado a mais leve dúvida sobre os malefícios do Diabo ou a necessidade de queimar as feiticeiras.

Cabe agora perguntar: será de lamentar que a razão não seja o guia das multidões? Não nos atrevemos a responder afirmativamente. Não há dúvida de que a razão humana nunca teria conseguido encaminhar a humanidade pelas vias da civilização com o ardor e a ausência que as suas quimeras lhe inspiraram. Filhas do inconsciente que nos comanda, essas quimeras terão sido, provavelmente, necessárias. Cada raça traz consigo, na sua constituição mental, as leis do seu destino, e a obediência a essas leis terá sido talvez um instinto inelutável, até quando sujeito a impulsos aparentemente irracionais. Afigura-se, por vezes, que os povos estão submetidos a forças Secretas, semelhantes àquelas que obrigam a bolota a transformar-se em carvalho ou o cometa a seguir a sua órbita.

O pouco que podemos pressentir dessas forças deve ser procurado no caráter geral da evolução do povo que a elas está sujeito e não em fenômenos isolados que pareçam, embora, manifestar essa evolução. Se apenas se considerarem esses fenômenos isolados, a história afigurar-se-á regida por acasos absurdos. Tornar-se-á inverossímil que um ignorante carpinteiro da Galileia tenha sido durante dois milênios um Deus onipotente, em nome de quem se fundaram as mais importantes civilizações. Inverossímil se tornará também que algumas hordas de árabes possam ter conquistado a maior parte do velho mundo greco-romano, fundando um império mais vasto do que o de Alexandre. Inverossímil ainda que, numa Europa envelhecida e hierarquizada, um simples tenente de artilharia consiga reinar sobre uma multidão de povos e reis.

Deixemos, então, a razão para os filósofos e que ela não intervenha demasiado no governo dos homens. Não é com a razão, antes muitas vezes contra ela, que se têm desenvolvido sentimentos como a honra, a abnegação, a fé religiosa, o amor da glória e da pátria, que foram, até hoje, os grandes fatores de todas as civilizações.

CAPÍTULO III

OS CONDUTORES DE MULTIDÕES E OS SEUS MEIOS DE PERSUASÃO

1. Os condutores de multidões. — Instintiva necessidade que todos os seres em multidão têm de obedecer a um condutor. — Psicologia dos condutores. — Só eles podem criar a fé e dar uma organização às multidões. — Forçoso despotismo dos condutores. — Classificação dos condutores. — Papel da vontade. — 2. Os meios de ação dos condutores: a afirmação, a repetição, o contágio. — Papel respectivo de cada fator. — Como o contágio pode propagar-se das camadas inferiores às camadas superiores da sociedade. — Uma opinião popular torna-se rapidamente uma opinião geral.— 3. O prestígio. — Definição e classificação do prestígio. — O prestígio adquirido e o prestígio pessoal. — Exemplos diversos. — Como morre o prestígio.

Conhecemos agora a constituição mental das multidões e sabemos também quais são as motivações que as impressionam. Resta-nos descobrir o modo como devem ser aplicadas essas motivações e quem as pode pôr em ação com eficácia.

Sempre que se reúne um certo número de seres vivos, quer se trate de um agrupamento de animais quer de uma multidão de homens, logo eles se colocam instintivamente sob a autoridade de um chefe, isto é, de um condutor.

1. Os condutores de multidões

Nas multidões humanas, o condutor desempenha um papel decisivo. A sua vontade é o centro em volta do qual se formam e identificam as opiniões. A multidão é um rebanho que não pode passar sem pastor.

Geralmente, o condutor começa por ser um «conduzido», hipnotizado pela ideia da qual virá a ser apóstolo. Essa ideia apossa-se dele e absorve-o de tal modo que, fora dela, tudo desaparece e toda a opinião contrária se lhe afigura um erro ou uma superstição, tal Robespierre, hipnotizado pelas suas quiméricas idéias, e recorrendo a todos os processos inquisitoriais para as propagar.

A maior parte das vezes, os condutores não são homens de pensamento, mas de ação. São pouco clarividentes, como não pode deixar de ser, pois a clarividência está sempre ligada à dúvida e leva à inação. São recrutados sobretudo entre os neuróticos, os excitados, os semialienados à beira da loucura. Por mais absurdas que sejam as idéias que defendem, qualquer raciocínio que se lhes oponha esbarra com a sua obstinada convicção. Se desprezados e perseguidos, tornam-se ainda mais obstinados. Interesses

personais, família, tudo sacrificam. Até o instinto de conservação diminui neles a tal ponto que chegam a pedir por única recompensa o martírio.

Esta intensidade de convicção confere às suas palavras um grande poder sugestivo. A multidão escuta sempre o homem dotado de uma vontade forte, porque, reunidos em multidão, os homens perdem toda a vontade própria e viram-se instintivamente para aqueles que a possuem.

Nunca faltam condutores aos povos, mas nem todos possuem a fortaleza de convicções que faz deles apóstolos. Na maior parte dos casos, são hábeis oradores movidos pelos seus interesses pessoais e com um poder de persuasão assente na lisonja dos instintos mais baixos. A influência que, deste modo, exercem é sempre efêmera. Os grandes obstinados, os que arrebataram a alma das multidões, Pedro o Eremita, Lutero, Savonarola, os homens da Revolução, só conseguiram fasciná-las porque eles próprios estavam subjugados por uma crença. Puderam criar nas almas esse poder formidável chamado fé, que faz de todo o homem um escravo do seu sonho.

Criar a fé, seja ela religiosa, política ou social, a fé numa obra, numa pessoa ou numa ideia, esse é o papel dos grandes condutores. De todos os poderes de que a humanidade dispõe, a fé é um dos mais consideráveis, e com razão o Evangelho lhe atribui a força de mover montanhas. Dar ao homem uma fé é multiplicar por dez as suas forças. Muitos dos grandes acontecimentos da história foram realizados por crentes obscuros que nada mais tinham senão a fé. Não foi com intelectuais e filósofos, muito menos com céticos, que se edificaram as religiões que governaram o mundo e os vastos impérios alargados de um hemisfério ao outro.

Mas estas observações só se aplicam aos grandes condutores, e esses são tão raros que a história pode rapidamente enumerá-los. Constituem a cúpula de uma série contínua que vai descendo desde o poderoso manipulador de homens até ao operário que, entre os fumos de uma taberna, acaba por conseguir fascinar os seus camaradas remoendo interminavelmente algumas fórmulas que mal compreende, mas que, segundo julga, darão corpo, ao serem aplicadas, a todos os sonhos e a todas as esperanças.

Não há esfera social, da mais elevada à mais humilde, em que o homem, caso não esteja isolado, não acabe por cair sob a alçada de um condutor. A maioria dos indivíduos, sobretudo os das camadas populares, não possuem, fora da sua restrita especialidade, qualquer ideia clara e ponderada e são, portanto, incapazes de se orientarem por si próprios. Entregam-se nas mãos de um condutor. Este poderá ser substituído pelas publicações periódicas que são fábricas de opiniões para os seus leitores adotarem e

lhes oferecem frases feitas que os dispensam de refletir. Trata-se, porém, de uma substituição inferior.

É e tem de ser despótica a autoridade dos condutores, pois só esse despotismo os consegue impor às multidões. Vimos já como eles se fazem obedecer facilmente, embora não possuam qualquer apoio concreto para a sua autoridade entre as mais turbulentas camadas de trabalhadores. São eles quem fixa as horas de trabalho, o nível dos salários, a marcação das greves, a hora certa em que elas devem começar e terminar.

À medida que os poderes públicos se deixam pôr em causa e enfraquecer, os condutores substituem-nos. Graças ao despotismo que exercem, estes novos senhores têm das multidões uma docilidade muito mais completa do que a que qualquer governo conseguiria. Quando, em consequência de algum acidente, o condutor desaparece e não é imediatamente substituído, a multidão volta a ser um agrupamento sem coesão nem resistência. Durante uma greve de autocarros em Paris, bastou prender os dois cabecilhas que a comandavam para que ela imediatamente terminasse. Não é o anseio de liberdade, mas o da servidão que sempre domina a alma das multidões. A fome de obediência que elas têm leva-as a submeterem-se instintivamente a quem se proclamar seu senhor.

É possível distinguir com bastante rigor diferentes tipos de condutores. Há os que são homens enérgicos, de vontade forte mas momentânea. E, muito mais raros, há os que possuem uma vontade simultaneamente forte e constante. Os primeiros mostram-se violentos, corajosos e audazes; são sobretudo aptos para lançarem um golpe de surpresa, para arrastarem as massas em momentos de perigo, para transformarem em heróis os recrutas da véspera. São exemplos deste tipo os marechais Ney e Murat, durante o primeiro Império, e, já mais recentemente, o italiano Garibaldi, aventureiro sem talento mas audaz e enérgico, que conseguiu, à frente de um pequeno grupo de homens, apoderar-se do antigo reino de Nápoles, que era defendido por um exército disciplinado.

Sendo poderosa, a energia deste tipo de homens é, no entanto, momentânea e não sobrevive à excitação que a provocou. Uma vez regressados ao curso normal da vida, os heróis animados por essa energia dão, muitas vezes, prova, como aqueles que há pouco citei, de uma espantosa fraqueza. Ficam incapazes de refletir e agir nas circunstâncias mais simples, depois de tão bem terem sabido conduzir os outros, e só conseguem exercer a sua função se forem, por sua vez, conduzidos e permanentemente impulsionados, se sentirem acima de si um homem ou uma ideia, se lhes for traçada bem

claramente uma certa linha de ação.

O outro tipo de condutores, o dos homens de vontade forte e constante, exerce, embora de modo menos espetacular, uma influência muito mais considerável. É aí que se encontram os verdadeiros fundadores de religiões ou de grandes obras: São Paulo, Maomé, Cristóvão Colombo, Lesseps. Pouco importa que sejam inteligentes ou de mentalidade limitada, porque o mundo será sempre deles. A vontade persistente que possuem é uma faculdade extremamente poderosa e rara que tudo faz dobrar. Nem sempre se avalia suficientemente aquilo de que é capaz uma vontade assim forte e constante. Nada lhe resiste, nem a natureza, nem os deuses, nem os homens.

O mais recente exemplo deste tipo é-nos dado pelo ilustre engenheiro Lesseps, que, abrindo o Canal de Suez, separou dois mundos e assim realizou a obra que, em vão, desde há três mil anos, tantos grandes soberanos projetaram realizar. Mais tarde, falhou numa tentativa semelhante, mas estava já velho e, perante a velhice, tudo se apaga, até a vontade.

Para demonstrar o poder da vontade, bastaria revelem pormenor a história das dificuldades que foi necessário vencer durante a abertura do Canal de Suez. Uma testemunha, o Dr. Cazalis, resumiu em breves linhas a narrativa que o próprio autor desta imortal façanha lhe fez: «Contava-nos ele, dia após dia, em episódios, a epopeia da abertura do Canal. Contava-nos tudo o que teve de vencer, todos os impassíveis que ele tornou possíveis, todas as resistências, coligações, dissabores, contratempos e derrotas que nunca o conseguiram desencorajar nem abater. Recordava como a Inglaterra o tinha combatido, atacando-o sem descanso; como os governos do Egito e da França se mostraram sempre hesitantes e o cônsul francês, mais do que ninguém, se opôs ao início dos trabalhos; como lhe resistiam recusando-lhe o fornecimento de água doce e fazendo os operários passarem sede; como o ministério da Marinha e os engenheiros, todos os homens de experiência e ciência com séria reputação, lhe foram naturalmente hostis e se declaravam cientificamente certos do inevitável falhanço, anunciando-o e calculando-o como se anuncia e calcula um eclipse do Sol para tal dia e tal hora.»

O livro que descrevesse a vida de todos estes grandes condutores não reuniria muitos nomes, mas os que reunisse seriam os dos homens que estiveram à frente dos mais importantes acontecimentos da civilização e da história.

2. Os meios de ação dos condutores: a afirmação, a repetição, o contágio

Quando se trata de arrastar subitamente uma multidão, de a convencer a cometer um ato decidido — pilhar um palácio, deixar-se massacrar numa barricada —, é preciso

atuar sobre ela por meio de sugestões rápidas, sendo o exemplo a mais eficaz. Mas é preciso também que a multidão já esteja preparada por certas 'circunstâncias e que aquele que a vai arrastar possua uma qualidade, que mais adiante estudarei, com o nome de prestígio.

Diferentes são, todavia, os métodos dos condutores quando se trata de lentamente incutir, no espírito das multidões, idéias e crenças, como, por exemplo, as modernas teorias socialistas. Neste caso, recorrem sobretudo a três processos: a afirmação, a repetição, o contágio. A atuação destes processos é demorada, mas os seus efeitos são duradouros.

A afirmação pura e simples, livre de qualquer raciocínio e de qualquer prova, é um instrumento seguro para fazer penetrar uma ideia no espírito das multidões. Quanto mais concisa for a afirmação, e mais desprovida for de prova e demonstração, tanto mais autoridade terá. Os livros religiosos e os códigos de todas as épocas sempre procederam por simples afirmação. O valor da afirmação é bem conhecido pelos homens de Estado chamados a defender uma causa política e pelos industriais ao fazerem a propaganda dos seus produtos.

Todavia, a afirmação só adquire verdadeira influência se for constantemente repetida e, o mais possível, nos mesmos termos. Napoleão dizia que só existe uma figura séria de retórica: a repetição. Aquilo que se afirma acaba, mediante a repetição, por penetrar nos espíritos e ser aceite como uma verdade demonstrada.

Compreender-se-á claramente a influência da repetição sobre as multidões se se observar o poder que ela exerce sobre os espíritos mais esclarecidos. Efetivamente, a afirmação repetida acaba sempre por se gravar nas regiões profundas do inconsciente onde se geram os motivos das nossas ações. Ao fim de algum tempo, esquecido já o autor dela, acabamos por lhe dar total credibilidade. Assim se explica a força espantosa da publicidade. Depois de lermos ou ouvirmos cem vezes que o melhor chocolate é o chocolate da marca X, imaginamos que isso nos foi demonstrado frequentemente e acabamos por estar convencidos de que isso é verdade. Persuadidos por mil maneiras de que a farinha curou de doenças graves as mais célebres personalidades, sentimo-nos tentados a experimentá-la quando contraímos uma doença do mesmo gênero. À força de vermos repetida num jornal a afirmação de que A é um patife e B um homem honesto, acabamos por ficar convencidos disso, a menos que, bem entendido, não tenhamos lido já muitas vezes noutro jornal a opinião contrária. Só a afirmação repetida tem poder bastante para combater outra afirmação repetida.

Sempre que uma afirmação é suficientemente repetida com unanimidade (isto é,

sem que haja a repetição da afirmação contrária), como acontece com certas empresas financeiras que podem comprar todos os meios de comunicação, forma-se aquilo a que se chama uma «corrente de opinião». É nessa altura que intervém o poderoso mecanismo do contágio. As idéias, os sentimentos, as emoções ou as crenças possuem, entre as multidões, um poder contagioso tão forte como o dos micróbios. É um fenómeno que se observa até nos animais logo que eles se reúnem em multidão. A mania de um cavalo numa estrebaria é imediatamente imitada por todos os outros cavalos da mesma estrebaria. Um gesto de terror, um movimento de desorientação de algumas ovelhas é logo propagado a todo o rebanho. O contágio das emoções explica a rapidez dos pânicos. Também as desordens cerebrais, como a loucura, se propagam por contágio. Sabe-se como são frequentes os casos de alienação entre os médicos alienistas. E citam-se, até, formas de loucura, como a agorafobia, que se transmitem dos homens aos animais.

O contágio não exige a presença simultânea dos indivíduos contagiados no mesmo lugar. Pode exercer-se à distância sob a influência de certos acontecimentos que orientam os espíritos num mesmo sentido e lhes conferem os atributos característicos das multidões, sobretudo quando esses espíritos estão já preparados pelos fatores remotos a que me referi há pouco. Foi deste modo que, por exemplo, a explosão revolucionária de 1848, iniciada em Paris, se estendeu bruscamente a grande parte da Europa e fez estremecer várias monarquias.¹

A imitação, à qual se atribui tanta influência nos fenómenos sociais, não é, na realidade, mais do que um mero efeito do contágio. Como já tive ocasião de me referir demoradamente a este fenómeno, limitar-me-ei agora a transcrever o que já expus há muitos anos e veio depois a ser confirmado por outros escritores:

«À semelhança dos animais, o homem é naturalmente imitativo. A imitação constitui para ele uma necessidade desde que, bem entendido, essa imitação seja fácil. É essa necessidade que dá origem à influência da moda. Quer se trate de opiniões, idéias, manifestações literárias ou apenas de Vestuário, quantos são os que se atrevem a fugir ao império da moda? É com modelos e não com argumentos que se guiam as multidões. Em cada época, há um pequeno número de individualidades que ditam a ação, e são essas que as massas inconscientes imitam. Todavia, estas individualidades não se devem afastar muito das idéias aceites porque, nesse caso, seria muito difícil imitá-las e a sua influência tomar-se-ia nula. É precisamente por este motivo que os homens muito superiores à sua época não têm geralmente sobre ela qualquer influência, pois é grande

¹ Ver minhas últimas obras: *Psychologie politique, Les opinions et les croyances, La Révolution française*

demais a distância que os separa dela. E é pela mesma razão ainda que os Europeus, com todas as vantagens da sua civilização, exercem uma influência insignificante sobre os povos do Oriente.

«A dupla ação do passado e da imitação recíproca acaba por tornar os homens de um mesmo país e de uma mesma época tão semelhantes que, até entre aqueles que mais se deveriam distinguir como filósofos, sábios e literatos, o pensamento e o estilo adquirem um certo ar de família que permite reconhecer imediatamente a época a que pertencem. Uns minutos de conversa com uma pessoa qualquer é quanto basta para se ficar a conhecer as suas leituras, as suas ocupações habituais e o meio onde vive¹.»

O contágio tem tal poder que consegue impor aos homens não só certas opiniões como certos modos de sentir. Faz que numa época se despreze determinada obra, como aconteceu com o Tannhäuser, e que, passados alguns anos, passe a ser admirada por aqueles que mais a tinham denegrido. É pelo mecanismo do contágio, e muito pouco pelo do raciocínio, que se propagam as opiniões e as crenças. É na taberna, pela afirmação, a repetição e o contágio que se estabelecem as atuais concepções dos operários, e foi assim que sempre se criaram as crenças das multidões em todas as épocas. Renan compara muito justamente os primeiros fundadores do cristianismo «aos operários socialistas que transmitem as suas idéias de taberna em taberna», e Voltaire já tinha observado, a propósito da religião cristã, que «só a mais vil canalha a abraçara durante os primeiros cem anos». Em exemplos análogos aos que acabei de citar, o contágio, depois de exercer a sua ação nas camadas populares, passa às camadas superiores da sociedade. É assim que, nos nossos dias, as doutrinas socialistas começam a ganhar adeptos entre aqueles que serão depois as suas primeiras vítimas. Perante o mecanismo do contágio, até o interesse pessoal desaparece. E é por isso que qualquer opinião que se tenha tornado popular acaba por se impor às camadas sociais elevadas, por mais patente que seja o absurdo da opinião triunfante. Esta passagem das camadas sociais inferiores para as superiores é tanto mais curiosa quanto é certo que as crenças da multidão têm sempre origem numa ideia superior, que muitas vezes não teve influência no meio onde surgiu. Os condutores de multidões, obcecados por esta ideia superior, apossam-se dela, deformam-na e criam uma seita, que novamente a deforma e depois a propaga cada vez mais deformada entre as multidões. Tornada verdade popular, vai de certo modo regressar à origem e exercer a sua ação nas camadas mais elevadas de uma sociedade. É sem dúvida a inteligência que guia o mundo, mas, realmente, guia-o de muito longe. Os filósofos criadores de idéias estão há muito

¹ Gustave Le Bon, *L'homme et les sociétés*, t. II, p. 116 (1881).

reduzidos a cinzas quando, em consequência do mecanismo que descrevi, o seu pensamento consegue finalmente triunfar.

3. O prestígio

Se as opiniões propagadas pela afirmação, a repetição e o contágio possuem grande poder, é porque elas acabaram por adquirir essa força misteriosa a que se chama prestígio.

Tudo o que dominou o mundo, idéias ou homens, impôs-se principalmente pela força irresistível que se exprime na palavra prestígio. É difícil definir o que ela significa, porque, embora toda a gente entenda o seu significado, o emprego que se lhe dá é muito diverso e variado. O prestígio pode supor certos sentimentos, como a admiração e o receio, que por vezes são o seu fundamento, mas também pode existir perfeitamente sem esses sentimentos. Pessoas já mortas, que não inspiram, portanto, qualquer receio, como Alexandre, César, Buda ou Maomé, continuam a ter um prestígio considerável. Por outro lado, há ficções que não admiramos, como as divindades monstruosas dos templos subterrâneos da Índia, que, contudo, nos parecem revestidas de grande prestígio.

Na realidade, o prestígio é uma espécie de fascínio que um indivíduo, uma obra ou uma doutrina exercem sobre o nosso espírito. É um fascínio que paralisa todas as nossas faculdades críticas e nos enche a alma de admiração e respeito. Os sentimentos que então suscita são, com» todos os sentimentos, 'inexplicáveis, mas pertencem, provavelmente, ao mesmo tipo a que pertence a sugestão que um indivíduo magnetizado sofre. O prestígio é a mola real de toda a dominação. Sem ele, os deuses, os reis e as mulheres jamais teriam reinado.

A duas formas principais se podem reduzir as diversas variedades de prestígio: o prestígio adquirido e o prestígio pessoal. O prestígio adquirido é aquele que provém do nome, da fortuna ou da reputação. Pode ser independente do prestígio pessoal. Este, pelo contrário, constitui algo de individual, susceptível de coexistir com a reputação, a glória e a fortuna, ou ser fortalecido por elas, mas que pode perfeitamente existir de modo independente.

O prestígio adquirido, ou artificial, é, de longe, o mais vulgar. Só pelo fato de ocupar uma certa posição ou dispor de uma certa fortuna, qualquer indivíduo se pode ver carregado de títulos e aureolado de prestígio, por mais insignificante que seja o seu valor pessoal. Um militar fardado ou um magistrado de toga têm sempre prestígio. Já Pascal observara como togas e cabeleiras eram necessárias aos juízes, que, sem elas, perderiam grande parte da sua autoridade. Até o socialista mais façanhudo fica perturbado na presença de um príncipe ou um marquês, e títulos como esses bastariam para extorquir tudo o que se quisesse ao mais avaro comerciante¹.

¹ A influência sobre as multidões dos títulos, dos uniformes, das fitas observa-se em todos os povos, até naqueles onde o

Ao lado deste prestígio artificial exercido pelas pessoas podemos colocar o que é exercido pelas opiniões, pelas obras literárias ou artísticas, etc. Provém, muitas vezes, de uma repetição acumulada. A história, sobretudo a história literária e artística, é somente a repetição de opiniões que ninguém se preocupa em verificar, e todos ficam, por isso, a repetir o que aprenderam na escola. Há assim nomes e obras em que ninguém se atreve a tocar. Para um leitor moderno, os poemas de Homero são sem dúvida imensamente aborrecidos, mas quem terá a coragem de o reconhecer? No seu estado atual, o Partenão é uma ruína sem grande interesse, mas o seu prestígio é tal que ninguém o olha sem o ver rodeado de todas as recordações históricas. É característica do prestígio paralisar as mentes e impedir que as coisas sejam vistas tal como na realidade são. As multidões sempre, os indivíduos muitas vezes, têm necessidade de opiniões feitas. O êxito de tais opiniões é independente da Verdade ou do erro que contêm; reside unicamente no seu prestígio.

Passemos agora ao prestígio pessoal. De natureza muito diferente do prestígio artificial ou adquirido, constitui uma faculdade em todos os aspectos independente de qualquer autoridade. Por serem em reduzido número as pessoas que o possuem, maior é o fascínio verdadeiramente magnético que elas exercem sobre aqueles que as rodeiam, até sobre aqueles que lhes são iguais e lhes obedecem como obedece ao domador o animal feroz que facilmente o poderia devorar.

Os grandes condutores de homens, Buda, Jesus, Maomé, Joana d'Arc, Napoleão, todos eles possuíram em alto grau esta espécie de prestígio e graças a ele se impuseram. Não se discutem nem os deuses, nem os heróis, nem os dogmas. Quando se discutem, evanescem-se.

As personagens que citei possuíam já o poder de fascínio muito antes de se tornarem célebres e foi graças a ele que se tornaram célebres. No auge da glória, Napoleão usufruía de um prestígio imenso; mas não o devia à sua glória, antes a sua glória é que era devida ao seu prestígio. Já em parte o possuía no início da sua carreira. Quando ainda era um jovem general desconhecido foi, por favoritismo, enviado a comandar o exército de Itália e caiu no meio de rudes generais que se dispunham a dar o mais duro acolhimento ao intruso que o Diretório lhes expedia. Mas, logo no primeiro

sentimento de independência pessoal está mais desenvolvido. Transcrevo, a propósito, uma curiosa passagem de um livro de viagens sobre o prestígio de certas personagens em Inglaterra:

«Já em diversas ocasiões me tinha apercebido da particular emoção que se apodera dos Ingleses, até os mais circunspectos, ao encontrarem-se perante um par de Inglaterra. Suportam-lhe, encantados, o que quer que seja, desde que isso não os coloque em situações inferiores à posição social que ocupam. Coram de prazer à aproximação de uma dessas personagens e se acaso ela lhes dirige a palavra, a alegria que sentem aumenta-lhes o rubor das faces e dá-lhes um brilho maior aos olhos. Assim como os Espanhóis têm a dança no sangue, os Alemães a música e os Franceses a revolução, assim os Ingleses têm a paixão da nobreza. O seu entusiasmo pelos cavalos e por Shakespeare é muito menos violento do que essa paixão e proporciona-lhes um prazer muito menos essencial. O Livro dos Pares tem enorme divulgação e até nos lugares mais isolados se encontra em todas as mãos, como a Bíblia.»

minuto do primeiro encontro, sem palavras, sem gestos, sem ameaças, todos ficaram dominados ao primeiro olhar do futuro grande homem. Taine fez uma curiosa descrição deste encontro, baseando-se em memórias dos seus contemporâneos:

«Os generais de divisão, entre os quais Augereau, espécie de tarimbeiro heroico e grosseiro, orgulhoso da sua enorme estatura e da sua coragem, chegam ao quartel-general na pior disposição para com o pequeno parvenu que lhes enviavam de Paris. Perante a descrição que dele lhe tinham feito, Augereau manifesta-se injurioso e decidido a não se lhe subordinar, considerando-o um favorito de Barras, um oficial de Vindemiário, um general de rua, verdadeiro urso que passa a vida a meditar solitário, de figura ridícula, envolto na fama de ser um matemático e um sonhador. Mandam-nos entrar. Bonaparte demora-se. Aparece, por fim, de espada cingida, a cabeça coberta. Explica as suas intenções, dá as suas ordens e despede-os. Augereau não abriu a boca e só lá fora é que cai em si, soltando os habituais palavrões. Confessa então a Masséna que aquele generalzeco de m... lhe fizera medo; não consegue compreender o ascendente com que ele, logo ao primeiro olhar, o esmagou.»

Tornado Napoleão um grande homem, a glória fez-lhe aumentar o prestígio, igual ao exercido por uma divindade sobre os seus devotos. O general Vandamme, tarimbeiro revolucionário ainda mais bruto e mais enérgico do que Augereau, confidenciava, em 1815, ao marechal d'Ornano, quando um dia subiam juntos a escadaria das Tulherias: «Meu caro, o diabo deste homem exerce sobre mim um fascínio do qual nem me dou conta. É um fascínio tal que, quando me aproximo dele, eu que não temo Deus nem o Diabo, ponho-me a tremer como uma criança e seria capaz, a uma palavra sua, de passar pelo buraco de uma agulha para me lançar numa fogueira.»

Napoleão exercia este mesmo fascínio sobre todos os que dele se aproximavam¹. Davout dizia, falando da dedicação que ele e Maret tinham pelo Imperador: «Se o Imperador nos dissesse que, para os interesses da sua política, se via forçado a destruir Paris sem que ninguém de lá saísse ou pudesse escapar, tenho a certeza de que Maret guardaria o segredo, mas faria sair a família. Eu, porém, com o medo de que alguém pudesse descobrir o segredo, deixaria lá minha mulher e filhos.»

Este espantoso poder de fascinação explica o maravilhoso regresso da ilha de Elba, a conquista imediata da França por um só homem, lutando contra todas as forças

¹ Consciente do seu prestígio, o Imperador sabia aumentá-lo tratando pior que carroceiros as grandes personagens que o rodeavam e entre as quais figuravam os mais célebres homens da Convenção, tão temidos na Europa. Os relatos da época estão cheios de fatos significativos a este respeito. Um dia, em pleno Conselho de Estado, Napoleão dirigiu-se com rudeza a Beugnot, tratando-o como um criado mal educado. Causado o efeito que ele queria, aproximou-se e disse: «Então, seu grande imbecil, já tens a cabeça no lugar?» Nesse momento, Beugnot, alto como um tambor-mor, curva-se e Napoleão, baixinho, levanta a mão e agarra-o pela orelha, «sinal de inefável favor, escreve Beugnot, gesto familiar do senhor que se humaniza». Tais exemplos dão uma noção exata do grau de submissão que o prestígio pode provocar e fazem compreender o imenso desprezo que aquele grande déspota sentia pelos homens que o rodeavam.

organizadas de um grande país que poderíamos julgar cansado da sua tirania. Bastou-lhe olhar para os generais que tinham jurado prendê-lo: todos se submeteram sem discussão.

«Napoleão, escreveu o general inglês Wolseley, desembarca em França quase só e como um fugitivo, regressado da sua pequena ilha de Elba, que era o seu reino, e consegue em poucas semanas, e sem derramamento de sangue, derrubar toda a organização do poder em França, sob o seu legítimo rei. Alguma vez o ascendente pessoal de um homem se afirmou de forma mais espantosa? Mas do princípio ao fim desta campanha, que foi a última, é também notável o ascendente que demonstrou ter sobre os aliados, obrigando-os a seguir as suas iniciativas; e pouco faltou para que os esmagasse!»

O seu prestígio perdurou para além da morte e continuou a aumentar. E foi esse prestígio que fez sagrar imperador um sobrinho desconhecido. Ao vermos hoje renascer a sua lenda, verificamos como ainda é forte esta grande sombra. Maltratar os homens, massacrá-los aos milhões, sujeitá-los a invasões e mais invasões, tudo é permitido a quem possuir um grau suficiente de prestígio e o talento necessário para o manter.

O exemplo de prestígio que indiquei é, sem dúvida, absolutamente excepcional, mas é útil para fazer compreender a gênese das grandes religiões, das grandes doutrinas e dos grandes impérios. Sem o poder que o prestígio exerce sobre a multidão, não se poderá compreender essa gênese.

O prestígio, porém, não se baseia unicamente no ascendente pessoal, na glória militar e no terror religioso; pode, com origens mais modestas, ser bastante poderoso. O nosso século oferece-nos vários exemplos. Um deles, que a posteridade recordará ao longo dos séculos, foi dado pela história daquele homem célebre, já mencionado, que modificou a face do globo e as relações comerciais dos povos separando dois continentes. Levou o seu empreendimento a bom termo, graças não só à sua enorme vontade, mas também ao fascínio que exercia sobre aqueles que o rodeavam. Para vencer uma oposição unânime, bastava-lhe aparecer, mostrar-se, falar uns momentos, e logo seduzia os adversários, que se tornavam seus amigos. Os Ingleses, sobretudo, combatiam encarniçadamente o projeto, mas bastou que ele aparecesse em Inglaterra para convencer toda a gente. Quando, mais tarde, passou por Southampton, os sinos tocaram à sua passagem. Tendo vencido os homens e as coisas, já não acreditava em obstáculos e quis recomeçar no Panamá a obra que fizera no Suez com os mesmos meios, mas a fé que move montanhas só as move se elas não forem excessivamente altas. As montanhas resistiram, e a catástrofe que se seguiu destruiu a brilhante auréola de glória que rodeava o herói. A sua vida ensina-nos como pode crescer e desaparecer o prestígio. Depois de ter atingido a grandeza das mais célebres personagens históricas, foi colocado pelos magistrados do seu país no lugar dos mais vis criminosos. Quando morreu, o féretro passou anônimo por entre as multidões indiferentes e só os soberanos estrangeiros prestaram homenagem à sua memória¹.

¹ Um jornal estrangeiro, o Neue Freie Presse, de Viena, fez, a propósito do destino de Lesseps, algumas reflexões psicologicamente muito certas e que, por essa razão, aqui reproduzo: «Depois da condenação de Ferdinand de Lesseps,

«Que não nos venham falar da justiça inflexível quando o que domina é o ódio burocrático contra as grandes obras dos mais ousados. As nações necessitam destes homens audaciosos, que acreditam em si próprios e transpõem todos os obstáculos, sem se importarem com a sua pessoa. O gênio não pode ser prudente; com a prudência nunca se poderia alargar o círculo da atividade humana.

«... Ferdinand de Lesseps conheceu a embriaguez do triunfo e a amargura das decepções: Suez e Panamá. Aqui o coração revolta-se contra a moral do êxito. Quando Lesseps conseguiu ligar os dois mares, príncipes e nações prestaram-lhe homenagem; agora que ele ficou vencido contra as Cordilheiras, já não passa de um escroque vulgar [...]. Há nisto uma guerra das classes sociais, um descontentamento de burocratas e empregados que, utilizando o código criminal, se vingam contra aqueles que se quiseram elevar acima dos outros [...]. Os modernos legisladores sentem-se embaraçados diante das grandes idéias do gênio humano, o público ainda menos as compreende e é fácil a qualquer advogado provar que Stanley é um assassino e Lesseps um intrujão.»

Mas os diversos exemplos que acabei de citar constituem casos extremos. Para se estabelecer em pormenor a psicologia do prestígio, seria necessário examinar uma longa série de casos, desde os fundadores de religiões e de impérios até ao homem vulgar que procura deslumbrar os vizinhos com um fato novo ou uma condecoração.

Entre os termos desta série de exemplos, colocar-se-iam todas as modalidades de prestígio nas mais diversas formas de civilização, na ciência, na arte, na literatura, etc, e então ver-se-ia como constitui o elemento principal de persuasão. O ser, a ideia ou a coisa que possuem prestígio são, por contágio, imediatamente imitados e impõem a toda uma geração determinadas formas de sentir e de expressar os seus pensamentos. De resto, a imitação é quase sempre inconsciente e é isso precisamente que a torna eficaz. Os pintores modernos, que reproduzem as cores desmaiadas e as atitudes rígidas de certos primitivos, não suspeitam qual é a origem da sua inspiração e acreditam na sua própria sinceridade. Mas, se um mestre eminente não tivesse ressuscitado esta forma de arte, ainda hoje se continuaria a ver nela apenas o aspecto primitivo e inferior. Os que, imitando um pintor célebre, inundam as suas telas de manchas violetas, não o fazem porque haja na natureza mais cor violeta do que há cinquenta anos, mas porque estão sugestionados pelo cunho pessoal e especial de um pintor que soube adquirir grande prestígio. Facilmente se poderiam encontrar exemplos destes em todas as civilizações.

não temos já o direito d» nos surpreendemos com o triste fim de Cristóvão Colombo. Se Ferdinand de Lesseps é um escroque, não há nobre ilusão que não seja um crime. A Antiguidade teria coroado a memória de Lesseps com uma auréola de glória e ter-lhe-ia dado a beber a taça de néctar no meio do Olimpo, porque ele mudou a face da terra e realizou obras que aperfeiçoaram a criação. Condenando Ferdinand de Lesseps, o presidente do tribunal imortalizou-se, porque os povos hão-de querer saber o nome do homem que não receou rebaixar o seu século fazendo vestir a camisa de forçado a um velho cuja vida foi a glória dos seus contemporâneos.

Pelo que dissemos se pode observar que são muitos os fatores que intervêm na gênese do prestígio. O êxito é, sempre, um dos mais importantes. O homem que triunfa ou a ideia que se impõe deixam por isso mesmo de ser contestados.

O prestígio desaparece sempre que o êxito se desvanece. O herói, que a multidão na véspera aclamava, é apupado no dia seguinte se a sorte lhe for adversa, e essa reação será tanto mais violenta quanto maior tiver sido o seu prestígio. A multidão passa a considerar o herói como um igual e vinga-se de se ter inclinado diante de uma superioridade que já não lhe reconhece. Robespierre, quando mandou cortar a cabeça aos seus colegas e a um grande número dos seus contemporâneos, possuía um enorme prestígio. Uma deslocação de alguns votos fez com que o perdesse subitamente, e a multidão acompanhou-o à guilhotina com as mesmas imprecações com que, na véspera, acompanhava as suas vítimas. É sempre com violência que os crentes abatem as estátuas dos seus deuses mortos.

O prestígio perdido com o insucesso desaparece bruscamente. Pode também desgastar-se pela discussão, embora mais lentamente. Este processo é sempre muito eficaz. O prestígio que se discute já não é prestígio, e, por isso, os deuses e os homens que o souberam conservar por muito tempo nunca toleraram a discussão. Para se ser admirado pelas multidões é preciso mantê-las sempre a distância.

CAPÍTULO IV

LIMITES DE VARIABILIDADE DAS CRENÇAS E OPINIÕES DAS MULTIDÕES

1. As crenças fixas. — Invariabilidade de certas crenças gerais. — Como elas são os guias de uma civilização. — Dificuldade de as desenraizar. — Como a intolerância constitui uma virtude para os povos. — O absurdo filosófico de uma crença geral não prejudica a sua divulgação. — 2. A versatilidade das multidões. — Extrema mobilidade das opiniões que não provêm de crenças gerais. — Variações aparentes das idéias e das crenças em menos de um século. — Limites reais destas variações. —• Elementos atingidos pela variação. — O desaparecimento atual das crenças gerais e a grande difusão da imprensa tornam as opiniões cada vez mais mutáveis. — Como, sobre a maior parte dos assuntos, as opiniões das multidões tendem para a indiferença. — Incapacidade dos governos de dirigirem, como outrora, as opiniões. — O parcelamento atual das opiniões impede a sua tirania.

1. As crenças fixas

Existe um estreito paralelismo entre os caracteres anatómicos dos seres e os seus caracteres psicológicos. Nos caracteres anatómicos encontramos alguns elementos invariáveis ou tão pouco variáveis que são necessárias idades geológicas para os alterar. A par destes caracteres fixos, irredutíveis, encontram-se outros bastante móveis, que o meio, a arte do criador e do horticultor facilmente modificam, por vezes até ao ponto de dissimularem, ao observador menos atento, os caracteres fundamentais.

Observa-se o mesmo fenómeno para os caracteres morais. A par dos elementos psicológicos irredutíveis de uma raça, encontram-se elementos móveis e variáveis. E é por isso que, ao estudarmos as crenças e as opiniões de um povo, encontramos sempre um fundo estável ao qual se agarram opiniões tão móveis como a areia que cobre as rochas. As crenças e as opiniões das multidões dividem-se assim em duas espécies bem distintas. De um lado, estão as grandes crenças que se perpetuam por vários séculos e sobre as quais assenta uma civilização inteira como, antigamente, a concepção feudal, as idéias cristãs e as da Reforma e, nos nossos dias, o princípio das nacionalidades e as idéias democráticas e sociais. Do outro lado, as opiniões momentâneas e variáveis que derivam quase sempre das concepções gerais que cada época vê surgir e desaparecer, como as teorias que inspiram a arte e a literatura em certos momentos, as que, por exemplo, deram origem ao romantismo, ao naturalismo, etc. Superficiais como a moda, mudam como as pequenas ondas que nascem e morrem constantemente à superfície de um lago de águas profundas.

As grandes crenças gerais são em número muito restrito. A sua formação e a sua morte constituem, para cada raça, os pontos culminantes da sua história. São elas a verdadeira estrutura das civilizações.

Uma opinião passageira estabelece-se facilmente na alma das multidões, mas é muito difícil infundir nela uma crença duradoura, como também é difícil destruí-la depois de formada. Só será possível expulsá-la à custa de violentas revoluções e apenas quando essa crença perdeu já completamente o seu domínio sobre as almas. As revoluções servem, então, para expulsar totalmente as crenças já mais ou menos abandonadas, mas que a força do hábito impedia que se pusessem inteiramente de lado. As revoluções que começam são, na realidade, crenças que acabam.

O dia exato em que uma crença começa a morrer é aquele dia em que o seu valor começa a ser discutido. Toda a crença geral não é mais do que uma ficção e, por isso, só pode subsistir se não for sujeita a análise.

Contudo, até quando uma crença se encontra já fortemente abalada, as

instituições que dela derivam conservam ainda todo o poder e só lentamente se apagam. Quando finalmente esse poder se extingue, então tudo o que nele assentava desmorona-se também. Nunca foi possível a um povo mudar as suas crenças sem ficar logo condenado a ter de transformar os elementos da sua civilização. Vai-os transformando lentamente e, até ter adotado uma nova crença geral, vive forçosamente na anarquia. As crenças gerais são os suportes indispensáveis das civilizações; imprimem uma orientação às idéias e só elas podem inspirar a fé e criar o sentido do dever.

Os povos sempre sentiram a necessidade de adquirirem crenças gerais e compreenderam, por instinto, que o desaparecimento dessas crenças marcaria para eles a hora da decadência. O culto fanático de Roma constituiu a crença que tornou os Romanos senhores do mundo. Uma vez morta essa crença, Roma morreu também. Só quando adquiriram algumas crenças comuns é que os bárbaros, destruidores da civilização romana, alcançaram uma certa coesão e conseguiram sair da anarquia.

Não é, pois, sem razão que os povos sempre defenderam as suas crenças com uma intolerância que, embora criticável do ponto de vista filosófico, representa uma virtude na vida das nações. Foi para fundar ou manter crenças gerais que a Idade Média ergueu tantas fogueiras, que tantos inventores e inovadores morreram de desespero, quando conseguiam evitar os suplícios. Foi para defender essas crenças que o mundo sofreu tantas convulsões, que tantos homens morreram, e morrerão ainda, nos campos de batalha.

Como dissemos, são grandes as dificuldades que se opõem ao estabelecimento de uma crença geral, mas, uma vez estabelecida definitivamente, o seu poder permanece por muito tempo invencível e conseguirá impor-se aos espíritos mais brilhantes, qualquer que seja a sua falsidade filosófica. Lembremo-nos como os povos da Europa, durante quinze séculos, aceitaram como verdades indiscutíveis lendas religiosas tão bárbaras como as de Moloch, se as examinarmos com atenção¹. O espantoso absurdo da lenda de um Deus que, por meio de suplícios horríveis, se vinga no filho da desobediência de uma das suas criaturas, passou despercebido durante muitos séculos. Os mais poderosos gênios, como Galileu, Newton ou Leibniz, não admitiram sequer que a veracidade dessas lendas fosse discutida. Nada nos mostra melhor o poder de hipnotização das crenças gerais, mas também nada marca melhor os limites humilhantes do nosso espírito. Mal se aloja na alma das multidões, o novo dogma logo se torna o inspirador das instituições, das artes e do comportamento. O seu império sobre as almas passa então a ser absoluto. Os homens de ação sonham realizá-lo, os legisladores aplicá-lo, os filósofos, os artistas, os literatos preocupam-se em traduzi-lo sob diversas formas. De uma crença fundamental podem surgir idéias momentâneas acessórias que trazem sempre gravada em si a marca da fé que lhes deu origem. A civilização europeia da Idade Média, a civilização muçulmana dos Árabes derivam de um pequeno número de crenças religiosas que imprimiram o seu caráter aos menores elementos dessas civilizações, o que

¹ Quero dizer *bárbaras* de um ponto de vista filosófico. Do ponto de vista prático, criaram uma civilização inteiramente nova e permitiram que durante séculos o homem pudesse entrever aqueles paraísos encantados do sonho e da esperança, que jamais chegará a conhecer.

permite reconhecê-las imediatamente. Graças às crenças gerais, os homens de cada época estão cercados de um conjunto de tradições, de opiniões e de costumes, a cujo domínio não podem escapar, e que os tornam sempre um pouco semelhantes uns aos outros. E nem o espírito mais independente se atreveria a fugir a esse domínio. A verdadeira tirania é a que se exerce inconscientemente sobre as almas, porque é a única que não se pode combater. Tibério, Gengis Khã, Napoleão, foram sem dúvida temíveis tiranos, mas Moisés, Buda, Jesus, Maomé, Lutero, lá do fundo das suas sepulturas, exerceram sobre as almas um despotismo bem maior. Uma conspiração pode deitar abaixo um tirano, mas que poder terá sobre uma crença bem estabelecida? Na sua luta violenta contra o catolicismo e apesar do aparente apoio das multidões, apesar dos processos de destruição tão implacáveis como os da Inquisição, a nossa Revolução é que foi vencida. Os únicos tiranos autênticos da humanidade foram sempre as sombras dos mortos ou as ilusões que a própria humanidade criou.

O absurdo filosófico de certas crenças gerais nunca constituiu, repito, obstáculo ao seu triunfo. Esse triunfo parece mesmo não ser possível se elas não contiverem um certo grau misterioso de absurdo. A debilidade patente das atuais crenças socialistas não impedirá que elas se implantem na alma das multidões. A sua verdadeira inferioridade, relativamente a todas as crenças religiosas, assenta unicamente no fato de estas últimas prometerem um ideal de felicidade só realizável numa vida futura e assim ninguém poder contestar essa realização. O ideal de felicidade socialista, como tem de ser realizado na terra, logo às primeiras tentativas de realização deixará a nu o vazio das suas promessas e perderá imediatamente todo o prestígio. Assim, o seu poder só aumentará até ao dia da sua realização. E é por isso que, se a nova religião exerce primeiro uma ação destrutiva, como todas as que a precederam, não poderá em seguida exercer um papel criador.

2. A versatilidade das multidões

Para lá das crenças fixas, cujo poder acabámos de descrever, encontra-se uma camada de opiniões, de idéias e de pensamentos que nascem e morrem constantemente. A duração de algumas delas é bastante efêmera e até as de maior importância não duram mais do que uma geração. Observámos já que as alterações a que estão sujeitas estas opiniões são, por vezes, muito mais superficiais do que reais e estão sempre marcadas pelas qualidades da raça. Ao considerarmos, por exemplo, as instituições políticas do nosso país, tivemos ocasião de demonstrar que partidos aparentemente opostos (monárquicos, radicais, imperialistas, socialistas, etc.) têm um ideal absolutamente idêntico. Esse ideal deriva unicamente da estrutura mental da nossa raça, visto que nas outras nações vamos encontrar um ideal oposto designado pelos mesmos nomes. Nem o nome dado às opiniões, nem as adaptações mais ou menos enganadoras, conseguem mudar o verdadeiro fundo das coisas. Os burgueses da

Revolução que, impregnados de literatura latina e com os olhos fitos na república romana, adotaram as suas leis, os seus feixes e as suas togas, não passaram a ser romanos só pelo fato de estarem dominados por uma forte sugestão histórica.

O papel do filósofo é tentar descobrir aquilo que, debaixo das mudanças aparentes, ainda resta das crenças antigas e distinguir, por entre o fluxo móvel das opiniões, os movimentos que são determinados pelas crenças gerais e pela alma da raça. Sem isso, poder-se-á pensar que as multidões mudam com frequência, e a seu bel-prazer, de crenças políticas e religiosas, tanto mais que toda a história política, religiosa, artística e literária assim o parece provar.

Tomemos como exemplo um período bastante curto, de 1790 a 1820, isto é, trinta anos, uma geração. Nesse período vemos as multidões, anteriormente monárquicas, tomarem-se revolucionárias, depois imperialistas e, mais tarde, novamente monárquicas. Também na religião passam do catolicismo ao ateísmo, depois ao deísmo e, finalmente, voltam às formas mais exageradas de catolicismo. E não são só as multidões, mas também aqueles que as dirigem, que estão sujeitos a tais transformações. Assim, podemos ver aqueles grandes homens da Convenção, inimigos jurados dos reis, que não queriam nem deuses nem senhores, tornarem-se humildes servidores de Napoleão te mais tarde, no reinado de Luís XVIII, levarem piedosamente as velas nas procissões.

E durante os setenta anos que se seguem, quantas mudanças sofrem ainda as opiniões das multidões! A «Pérfidia Albion» do início do século torna-se aliada da França com o herdeiro de Napoleão; a Rússia, com quem duas vezes estivemos em guerra e que tanto tinha aplaudido os nossos reveses, torna-se subitamente uma boa amiga.

Na literatura, na arte e na filosofia, a sucessão de opiniões manifesta-se ainda com maior rapidez. Um após outro, nascem e morrem o romantismo, o naturalismo, o misticismo, etc. O artista e o escritor, ontem aclamados, são amanhã profundamente desdenhados. Mas se analisarmos estas modificações, aparentemente tão profundas, o que descobrimos? Todas as que eram contrárias às crenças gerais e aos sentimentos da raça têm uma duração efêmera e a corrente que foi desviada em breve retoma o seu curso. As opiniões que não estão ligadas a nenhuma crença geral nem a nenhum sentimento de raça, e que, por consequência, não podem ser fixas, ficam à mercê de todos os acasos ou, se preferirmos, das mais ligeiras alterações do meio. Formadas a partir da sugestão e do contágio, essas opiniões são sempre momentâneas e surgem e desaparecem por vezes tão rapidamente como as dunas de areia que o vento forma à beira-mar.

Hoje em dia, o número de opiniões móveis das multidões é maior do que nunca, e isso por três razões distintas.

A primeira é que as antigas crenças, ao perderem progressivamente o seu poder, não atuam já como dantes sobre as opiniões passageiras, dando-lhes uma certa orientação. O desaparecimento das crenças gerais dá lugar a uma quantidade enorme de opiniões particulares sem passado nem futuro.

A segunda razão é que o poder crescente das multidões, ao encontrar cada vez menos oposição, dá origem a que se manifeste livremente uma extrema variedade de idéias.

Finalmente, a terceira razão é a recente difusão da imprensa que constantemente coloca sob os olhos das multidões as opiniões mais opostas. As sugestões provocadas por cada opinião são logo destruídas por sugestões contrárias. Assim, nenhuma opinião chega a ser propagada e todas estão votadas a uma existência efémera, morrendo antes de terem sido suficientemente divulgadas para se generalizarem.

Destas diversas causas resulta, na história do mundo, um fenômeno novo que é bem característico da época atual; refiro-me à incapacidade dos governos para dirigirem a opinião. Antigamente, e este antigamente não é assim tão distante, a ação dos governos, a influência de alguns escritores e de um número limitado de jornais eram os verdadeiros orientadores da opinião. Hoje, os escritores perderam toda a influência e os jornais não são mais do que reflexos da opinião. Quanto aos homens de Estado, bem longe de a dirigirem, procuram apenas segui-la. Mais ainda, o seu receio da opinião atinge por vezes foros de terror, o que tira toda a estabilidade à sua conduta.

A opinião das multidões mostra, deste modo, tendência para se tornar cada vez mais o regulador supremo da política. Chega até ao ponto de impor alianças, como no caso da aliança russa, que teve origem quase exclusivamente num movimento popular. É um sintoma curioso dos nossos dias vermos papas, reis e imperadores submeterem-se a entrevistas para exporem ao veredicto das multidões o seu pensamento sobre determinado assunto. Durante muito tempo pôde afirmar-se que a política não tinha nada de sentimental. Mas poder-se-ia continuar hoje a fazer essa afirmação, quando a vemos ter por guia os impulsos das multidões sempre móveis, que ignoram a razão e são comandadas apenas pelo sentimento?

Quanto à imprensa, noutros tempos orientadora da opinião, foi, tal como os governos, obrigada a apagar-se perante o domínio das multidões. É certo que possui ainda uma influência considerável mas apenas porque representa exclusivamente o reflexo das opiniões populares e das suas incessantes variações. Transformada em

simples agência de informações, acaba por desistir de impor qualquer ideia ou doutrina e, compelida pelas necessidades da concorrência, limita-se a seguir todas as alterações da opinião pública, sob pena de perder os leitores se o não fizer. Os antigos órgãos de informação, solenes e influentes, que a geração anterior escutava piedosamente como oráculos, desapareceram ou transformaram-se em meras folias de informação, onde abundam crônicas divertidas, mexericos mundanos e propaganda financeira. Qual o jornal, hoje, bastante rico para poder permitir que os seus redatores tenham opiniões pessoais? E que autoridade poderiam ter essas opiniões junto de leitores que apenas desejam ser informados e divertidos, e que desconfiam sempre da existência de um especulador por detrás de qualquer recomendação que lhes seja apresentada? Nem a crítica tem já poder para lançar um livro ou uma peça de teatro; pode, quando muito, prejudicá-los mas nunca servi-los. Os jornais têm de tal modo consciência da inutilidade de qualquer opinião pessoal que, de um modo geral, suprimiram já as críticas literárias e limitam-se a publicar o título do livro com duas ou três linhas de propaganda. Daqui a vinte anos acontecerá possivelmente o mesmo com a crítica de teatro.

Auscultar a opinião passou a ser a preocupação principal da imprensa e dos governos; o que interessa saber é qual será o efeito de determinado acontecimento, determinado projeto legislativo ou discurso, e isto não é fácil pois nada há de tão móvel e variável como o pensamento das multidões. Vemo-las hoje condenar o que tinham aclamado na véspera.

Esta ausência total de estabilidade da opinião e, simultaneamente, a dissolução das crenças gerais tiveram como resultado final um completo esfacelamento de todas as convicções e a crescente indiferença das multidões e dos indivíduos por tudo o que não diga diretamente respeito aos seus interesses. Os problemas doutrinários, como o socialismo, já só recrutam defensores realmente convictos nas camadas iletradas, como os trabalhadores de minas e de fábricas, por exemplo. O pequeno burguês e o operário com certos laivos de instrução tornaram-se demasiado céticos.

É digna de nota a evolução que se tem operado desde há trinta anos. Na época passada, ainda não muito longínqua, as opiniões possuíam uma orientação de carácter geral e tinham a sua origem na adoção de uma crença fundamental. Só pelo fato de se ser monárquico, tinha-se fatalmente idéias definidas tanto sobre história como sobre ciências e pelo fato de se ser republicano tinha-se idéias completamente apostas. Um monárquico sabia com toda a firmeza que o homem não descende do macaco, e um republicano sabia com igual firmeza que essa descendência era real. O monárquico devia falar da Revolução com horror e o republicano com veneração. Certos nomes, como os

de Robespierre e de Marat, deviam ser pronunciados com expressões devotas e outros, como os de César, Augusto e Napoleão, não podiam ser pronunciados sem imprecacões. Até na Sorbonne era esta maneira ingênua de conceber a história que prevalecia.

Hoje, através da discussão e da análise, todas as opiniões perdem o seu prestígio, gastam-se depressa e poucas idéias restam que possam apaixonar o homem moderno, cada vez mais dominado pela indiferença.

Mas não devemos tecer demasiadas lamentações sobre esta erosão geral das opiniões. Não se pode negar que se trata de um sintoma de decadência na vida de um povo. Os videntes, os apóstolos, os guias, em suma, os convictos, têm sem dúvida mais força do que os negativistas, os críticos e os indiferentes. Mas não podemos esquecer que, com o poder atual das multidões, se uma só opinião conseguisse alcançar prestígio suficiente para se impor, ficaria logo investida de um tal poder tirânico que tudo se curvaria diante dela e a época da livre discussão ficaria encerrada por muito tempo. As multidões são, por vezes, como uns senhores pacíficos, como de vez em quando eram Heliogábalo e Tibério, mas têm também terríveis caprichos. Uma civilização prestes a cair-lhes nas mãos fica à mercê de tantos acasos que não pode durar muito tempo. Se alguma coisa pudesse retardar um pouco a hora do desmoronamento, seria precisamente a extrema mobilidade das opiniões e a indiferença crescente das multidões por todas as crenças gerais.

LIVRO III - CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS DIVERSAS CATEGORIAS DE MULTIDÕES

CAPÍTULO I CLASSIFICAÇÃO DAS MULTIDÕES

Classificação das multidões. — 1. As multidões heterogêneas. — Como se diferenciam. — A influência da raça. — A alma das multidões é tanto mais fraca quanto mais forte for a alma da raça. — A alma da raça representa o estado de civilização, a alma da multidão o estado de barbárie. — 2. As multidões homogêneas. — Divisão das multidões homogêneas. — As seitas, as castas e as classes.

Indicamos já nesta obra os caracteres comuns às multidões. Resta-nos agora estudar os caracteres particulares que, se sobrepõem a estes caracteres gerais, segundo as diversas categorias de coletividades.

Começemos por expor uma breve classificação das multidões. O nosso ponto de partida será um simples aglomerado. A sua forma mais inferior surge quando é composto de indivíduos pertencentes a raças diferentes. O único elo que os liga é a vontade, mais ou menos respeitada, de um chefe. Como exemplo deste tipo de multidões, podemos apontar os bárbaros de origens diversas que, ao longo de vários séculos, invadiram o império romano.

Acima dessas multidões sem coesão encontramos aquelas que, por ação de certos fatores, adquiriram caracteres comuns e acabaram por formar uma raça. Essas, ocasionalmente, poderão manifestar as características específicas das multidões, mas sempre contidas nas características da raça. As diversas categorias de multidões que se podem observar em cada povo distribuem-se da seguinte maneira:

A. MULTIDÕES HETEROGÊNEAS

1º *Anônimas* (Por exemplo, multidões de rua.)

2º Não anônimas (Júris, assembleias parlamentares, etc.)

B. MULTIDÕES HOMOGÊNEAS

1º *Seitas* (Seitas políticas, seitas religiosas, etc.)

2º *Castas* (Casta militar, casta sacerdotal. casta operária, etc.)

3º *Classes* (Classe burguesa, classe camponesa, etc.)

Em breves palavras, vamos agora expor os caracteres diferenciados das diversas categorias de multidões¹.

1. As multidões heterogêneas

Tivemos já, noutro capítulo, ocasião »de estudar as características destes agrupamentos. São compostos por indivíduos reunidos ao acaso, independentemente da sua profissão ou inteligência.

Demonstrámos que a psicologia dos homens em multidão é essencialmente diferente da sua psicologia individual e que a inteligência não interfere nesta diferenciação, pois não desempenha qualquer papel no seio de um agrupamento onde só sentimentos inconscientes conseguem atuar.

Há um fator fundamental, a raça, que permite dividir distintamente as diversas multidões heterogêneas. Já várias vezes referimos o seu papel e demonstrámos que ela é o fator com mais poder para determinar as ações dos homens. A sua influência manifesta-se de igual modo nas características das multidões. Uma multidão composta de quaisquer indivíduos, mas que sejam todos ingleses ou chineses, será completamente diferente de uma outra constituída também por quaisquer indivíduos, mas de raças diferentes: uns russos, outros franceses ou espanhóis, etc.

As divergências profundas, que a constituição mental hereditária cria nos modos de sentir e de pensar dos homens, tornam-se patentes quando, por certas circunstâncias, aliás raras, se reúnem numa mesma multidão, e em proporção quase igual, indivíduos de nacionalidades diferentes, embora possam parecer idênticos¹ os interesses que os juntaram. As tentativas que os socialistas têm feito para reunir em grandes congressos os representantes da população operária de cada país têm acabado sempre nas mais furiosas discórdias. Por muito revolucionária ou conservadora que a julguemos, uma multidão latina, para realizar as suas reivindicações, apela invariavelmente para a intervenção do Estado. É sempre centralizadora e mais ou menos cesarista. Uma multidão inglesa ou americana, pelo contrário, ignora o Estado e dirige-se apenas à iniciativa privada. Uma multidão francesa preocupa-se antes de mais com a igualdade, e a inglesa com a liberdade. Estas diferenças entre as raças dão origem a quase tantas espécies de multidões quantas as nações existentes.

Assim, a alma da raça domina totalmente a alma da multidão e constitui o substrato poderoso que limita as oscilações. *Os caracteres inferiores das multidões são tanto menos acentuados quanto mais forte for a alma da raça* — esta é uma lei essencial.

¹ Podem encontrar-se pormenores sobre as diversas categorias de multidões nas minhas últimas obras (*Psychologie politique*, *Les opinions et les croyances*, *La Révolution française et la psychologie des révolutions*).

O estado de multidão e o governo das multidões constituem a barbárie ou o regresso à barbárie. Só adquirindo uma alma solidamente constituída é que a raça pode fugir ao poder irrefletido, e cada vez maior, das multidões, e escapar à barbárie.

Para lá da raça, a única classificação importante a fazer quanto às multidões heterogêneas é a que resulta da distinção entre as multidões anônimas, como as das ruas, e as multidões não anônimas, como, por exemplo, as assembleias deliberativas e os júris. Enquanto nas primeiras é nulo o sentido da responsabilidade, nas segundas os seus atos apresentam por vezes orientações bem diferentes.

2. As multidões homogêneas

As multidões homogêneas compreendem: 1° *as seitas*; 2° *as castas*; 3° *as classes*.

A seita constitui o primeiro grau na organização das multidões homogêneas. É composta por indivíduos com diversa educação, exercendo múltiplas profissões e pertencentes a meios por vezes bem diferentes e só tendo entre si o elo das crenças. São exemplos as seitas religiosas e políticas.

A *casta* representa o mais alto grau de que a multidão é susceptível. Enquanto a seita é formada por indivíduos de profissão, educação e meios diferentes, unidos apenas pela comunidade da crença, a casta é constituída apenas por indivíduos da mesma profissão e, por consequência, de educação e de meios mais ou menos idênticos. São exemplos a casta militar e a casta sacerdotal.

A classe compõe-se de indivíduos de origens diversas reunidos, não pela comunidade da crença, como os membros de uma seita, nem pela comunidade das ocupações profissionais, como os membros de uma casta, mas por certos interesses, certos hábitos de vida e certas formas de educação. São exemplos a classe burguesa, a classe camponesa, etc.

Tratando nesta obra apenas das multidões heterogêneas, só terei em conta algumas espécies escolhidas como tipos.

CAPÍTULO II

AS CHAMADAS MULTIDÕES CRIMINOSAS

As chamadas multidões criminosas. — Uma multidão pode ser legalmente, mas não psicologicamente, criminosa. — Inconsciência total dos atos das multidões. — Exemplos diversos. — Psicologia dos setembristas de 1792. — Os seus raciocínios, a sua sensibilidade, a sua ferocidade e a sua moralidade.

Como as multidões, após um certo período de excitação, caem no estado de simples autômatos inconscientes guiados por sugestões, parece difícil, em qualquer caso, qualificá-las de criminosas. Contudo, embora errado, adoto este qualificativo, que está já consagrado através de investigações psicológicas. Certos atos das multidões, considerados em si mesmos, são sem dúvida criminosos, como o pode ser o ato de um tigre que devora um indígena depois de ter deixado que as suas crias o despedaçassem para se distraírem.

Geralmente, os crimes das multidões são resultado de uma poderosa sugestão, e os indivíduos que neles tomam parte ficam depois persuadidos de que obedeceram a um dever, o que não acontece de modo nenhum com o vulgar criminoso.

A história dos crimes cometidos pelas multidões põe em evidência o que acabamos de afirmar. Exemplo típico é o assassinio do governador da Bastilha, o senhor De Launay. Depois de tomada esta fortaleza, o governador, cercado de uma multidão muito excitada, foi agredido de todos os lados. Alvitrava-se que o enforcassem, que lhe cortassem a cabeça ou que o atassem ao rabo de um cavalo. Ao debater-se, deu sem querer um pontapé a um dos assistentes. Logo alguém propôs, e a sugestão foi aclamada pela multidão, que o indivíduo atingido cortasse o pescoço ao governador.

«Este homem, um cozinheiro sem emprego, que vagueava do lado da Bastilha para ver o que se passava, acredita que, visto ser essa a opinião geral, a ação é patriótica, e julga até merecer uma medalha por destruir um monstro. Com um sabre que lhe emprestam, bate-lhe no pescoço nu. Mas o sabre está mal afiado e não penetra. Então saca da algibeira uma pequena faca de cabo preto e, com a técnica de cortador de carnes que o ofício de cozinheiro lhe deu, termina com êxito a operação.»

Pode ver-se com clareza, neste episódio, o mecanismo a que anteriormente nos referimos: obediência a uma sugestão tanto mais poderosa quanto é coletiva, convicção do assassino de ter cometido um ato meritório e tanto mais natural quanto é certo que teve a aprovação unânime dos seus concidadãos. Um ato destes pode legalmente, mas não psicologicamente, ser considerado criminoso.

Os caracteres gerais das multidões chamadas criminosas são exatamente os mesmos que observamos em todas as multidões: sugestibilidade, credulidade, versatilidade, exagero de sentimentos bons ou maus, manifestação de certas formas de moralidade, etc.

Encontramos também todos estes caracteres numa das multidões que mais sinistras recordações deixaram na nossa história: os setembristas de 1792, que, aliás, apresentam muitas analogias com aqueles que fizeram a matança de S. Bartolomeu.

Extraio de Taine, que os foi buscar às memórias da época, os pormenores da descrição.

Não se sabe ao certo quem deu a ordem, ou sugeriu, que se esvaziassem as prisões e se massacrassem os prisioneiros. Que tenha sido Danton, como parece provável, ou qualquer outro, pouco importa: o único fato que nos interessa é a forte sugestão recebida pela multidão encarregada do massacre.

O exército de massacrantes compunha-se de cerca de trezentas pessoas e constituía o tipo perfeito de uma multidão heterogênea. À exceção de um pequeno número de rufiões profissionais, era composta principalmente por comerciantes e artífices de todas as espécies: sapateiros, serralheiros, cabeleireiros, pedreiras, empregados, caixeiros, etc. Sob a influência da sugestão recebida, esses homens, tal como o cozinheiro que já referimos, estão absolutamente convencidos de cumprirem um dever patriótico. Desempenham a dupla função de juízes e carrascos e não se consideram de modo algum criminosos.

Compenetrados da importância do seu papel, começam por formar uma espécie de tribunal, e imediatamente se manifestam o espírito simplista e a equidade não menos simplista das multidões. Atendendo ao grande número de acusados, decidem, primeiro, que os nobres, os padres, os oficiais e os servidores do rei, isto é, todos os indivíduos cuja profissão é só por si uma prova de culpabilidade aos olhos de um bom patriota, sejam massacrados em monte sem necessidade de deliberação prévia. Os outros serão julgados pela fisionomia e pela reputação. Satisfeita assim a consciência rudimentar da multidão, pôde ela lançar-se legalmente no massacre e dar curso livre aos instintos de ferocidade cuja origem já mostrei e que as coletividades podem sempre desenvolver ao mais alto grau. O que não impede, de resto, segundo a regra, a manifestação simultânea de outros sentimentos contrários, como, por exemplo, uma sensibilidade muitas vezes tão exagerada como a própria ferocidade.

«Os setembristas têm a simpatia expansiva e a sensibilidade espontânea do operário parisiense. Na prisão da Abbaye, um federado, ao saber que os presos estavam sem água há vinte e seis horas, pretendeu à viva força dar cabo do carcereiro negligente e tê-lo-ia feito se não fossem as súplicas dos próprios prisioneiros. Quando um prisioneiro é absolvido pelo improvisado tribunal, guardas e carrascos, toda a gente, enfim, o abraça com arrebatamento e o aplaude com entusiasmo», e continuam imediatamente a matar os outros. Durante todo o massacre, reina sempre uma alegria cordial; dançam e cantam à volta dos cadáveres, arranjam bancos «para as senhoras», que se sentem felizes por verem matar aristocratas. Continuam também a manifestar uma equidade especial: um dos carrascos queixa-se, na Abbaye, de que as senhoras, um

pouco afastadas, veem mal e que só alguns assistentes podem ter o prazer de bater nos aristocratas. Esta observação é logo considerada justíssima e decide-se fazer passar as vítimas entre duas alas de estripadores que só lhes poderão bater com as costas do sabre a fim de prolongar o suplício. Na prisão de La Force as vítimas são completamente despidas e torturadas durante meia hora e, quando toda a gente teve ocasião de as ver, acaba-se com elas abrindo-lhes o ventre.

Os massacradores são, aliás, muito escrupulosos e dão provas daquela moralidade cuja existência no seio das multidões já referimos, entregando aos comitês o dinheiro e as joias das vítimas.

Em todos os seus atos, encontramos sempre estas formas rudimentares de raciocínio, características da alma das multidões. E assim, depois da matança de doze ou quinze mil inimigos da nação, alguém observa, e a sugestão é imediatamente aceite, que as outras prisões, cheias de velhos mendigos, vagabundos, jovens detidos, encerram na realidade bocas inúteis das quais era conveniente desfazerem-se. Além disso, haverá com certeza, no meio deles, inimigos do povo, como, por exemplo, uma certa senhora Delarue, viúva de um envenenador, que «deve sentir-se furiosa por estar na prisão e que, se pudesse, deitaria fogo a Paris, como já deve ter afirmado ou como já afirmou. Portanto, mais uma vassourada nessa gente». A demonstração parece evidente e assim é tudo massacrado em massa, incluindo cinquenta crianças dos doze aos dezessete anos, as quais se presume que viriam a ser inimigas da nação e por isso se têm de exterminar.

Depois de uma semana de trabalho, todas estas operações estavam terminadas, e os algozes puderam enfim pensar no seu descanso. Intimamente convencidos que a pátria muito lhes devia, vieram reclamar às autoridades uma recompensa e os mais zelosos exigiram mesmo uma medalha.

A história da comuna de 1871 mostra-nos vários fatos análogos a estes. Mas a crescente influência das multidões e as sucessivas capitulações dos poderes perante elas acabarão sem dúvida por nos fornecer muitos outros.

CAPÍTULO III

OS JURADOS DOS TRIBUNAIS DO CRIME

Os jurados dos tribunais do crime. — Caracteres gerais dos júris. — A estatística mostra que as suas decisões são independentes da sua composição. — Como se impressionam os jurados. — Fraca influência do raciocínio. — Métodos de persuasão dos advogados célebres. — Natureza dos crimes para os quais os jurados são indulgentes ou severos. — Utilidade da instituição do júri e perigo da sua substituição por magistrados.

Como não é possível estudarmos aqui todas as categorias de jurados, examinaremos apenas a mais importante, a dos jurados dos tribunais do crime. Estes jurados constituem um excelente exemplo de multidão heterogênea não anônima e nela encontramos o poder de sugestão, a predominância dos sentimentos inconscientes, a fraca aptidão para o raciocínio, a influência dos condutores, etc. À medida que os estudarmos, teremos ocasião de observar interessantes exemplos de erros que podem cometer as pessoas não iniciadas na psicologia das multidões.

Os jurados dão-nos, primeiro, uma prova da pouca importância que, no que se refere a decisões, tem o nível mental dos diversos elementos que compõem uma multidão. Vimos já que, numa assembleia deliberativa chamada a dar opinião sobre um assunto que não tenha caráter absolutamente técnico, a inteligência não desempenha qualquer papel, e que uma reunião de sábios ou de artistas não tem, sobre assuntos de caráter geral, opiniões sensivelmente diferentes das de uma assembleia de pedreiros. Em diversas épocas, a administração escolhia cuidadosamente as pessoas que iam constituir o júri e recrutava-as entre as classes mais esclarecidas: professores, funcionários, letrados, etc. Nos nossos dias, o júri é constituído sobretudo por pequenos negociantes, pequenos industriais e empregados. Ora, para grande espanto dos escritores da especialidade, qualquer que seja a composição dos júris, a estatística mostra que as suas decisões são idênticas. Os próprios magistrados, embora hostis à constituição do júri, tiveram de reconhecer a verdade desta afirmação. Eis a opinião sobre o assunto de um antigo presidente de tribunal, Bérard des Glajeux, incluída nas suas Memórias:

«Hoje, a escolha dos jurados está, na realidade, nas mãos dos conselheiros municipais, que os admitem ou eliminam consoante as preocupações políticas ou eleitorais inerentes à sua situação [••]. A maioria dos eleitos é constituída por comerciantes, menos importantes que os escolhidos antigamente, e por empregados de

certas administrações [...]. Todas as opiniões e todas as profissões amalgamam-se no papel de juiz; muitos jurados têm o ardor dos neófitos, e os homens de melhor vontade encontram-se nas situações mais humildes; no entanto, o espírito do júri não se alterou, e os seus veredictos são exatamente os mesmos.»

Da passagem que acabamos de citar, retenhamos as conclusões, que são muito justas, e não as explicações, que são muito fracas. Essa fraqueza não é, aliás, de admirar visto que, quer advogados quer magistrados, parecem quase sempre ter ignorado a psicologia das multidões e, por consequência, dos jurados. A prova disso é um fato referido pelo mesmo autor ao contar que um dos mais ilustres advogados do tribunal, Lachaud, utilizava sistematicamente o seu direito de recusa para com os indivíduos inteligentes que fizessem parte do júri. Ora a experiência, e só ela, acabou por demonstrar a total inutilidade das recusas de jurados. Hoje, em Paris pelo menos, o ministério público e os advogados renunciaram completamente a usar esse direito e, como Des Glajeux faz notar, os veredictos não mudaram, «não são melhores nem piores».

Como todas as multidões, os jurados são muitíssimo impressionáveis por sentimentos e muito pouco por raciocínios. «Não resistem, escreve um advogado, ao espetáculo de uma mulher a dar de mamar a um filho ou a um desfile de órfãos.» «Basta que uma mulher tenha uma presença agradável, diz Des Glajeux, para logo conseguir a benevolência do júri.»

Inflexíveis para com os crimes que podem atingi-los, e que são, de resto, os mais temíveis para a sociedade, os jurados mostram-se, pelo contrário, muito indulgentes para com os chamados crimes passionais. Raramente são severos para os infanticídios cometidos por mães solteiras e ainda menos para a rapariga abandonada que desfigurou o seu sedutor. Têm por instinto a noção de que esses crimes são pouco perigosos para a sociedade e que, num país onde a lei não protege as raparigas abandonadas, a vingança de uma delas torna-se mais útil do que prejudicial, porque intimida de antemão os futuros sedutores¹.

Os júris, como todas as multidões, deixam-se ofuscar pelo prestígio, e o presidente Des Glajeux observa muito justamente que, embora muito democráticos na sua composição, esses júris mostram-se muito aristocráticos nas suas afeições. «O nome, o nascimento, a fortuna, a reputação, a defesa de um advogado ilustre, as coisas que

¹ Notemos, já agora, que esta divisão, intuitivamente muito bem feita pelos jurados, entre os crimes socialmente perigosos e os outros crimes, não é destituída de acerto. A finalidade das leis criminais deve ser evidentemente a de proteger a sociedade contra os criminosos e não a de a vingar. Ora os nossos códigos, e sobretudo o espírito dos nossos magistrados, estão ainda imbuídos do espírito de vingança do velho direito primitivo e o termo vindicta (vingança) continua a ser empregue diariamente. Uma prova desta tendência dos magistrados é a recusa por parte de muitos deles em aplicar a excelente lei Béranger, que permite ao condenado só cumprir a pena quando reincida no crime. Ora nenhum magistrado pode ignorar, porque está estatisticamente provado, que o cumprimento de uma primeira pena provoca infalivelmente a reincidência. Sempre que soltam um culpado, os juizes acham que a sociedade não foi vingada e preferem criar um reincidente perigoso a prescindirem dessa vingança.

conferem distinção e brilho constituem fatores muito importantes nas mãos de um acusado.»

Atuar sobre os sentimentos dos jurados, e, como em todas as multidões, utilizar muito pouco o raciocínio ou apenas algumas das suas formas rudimentares, tal deve ser a preocupação do bom advogado. Um advogado inglês, célebre pelos seus êxitos em tribunal, expôs muito bem este método.

«Observa atentamente o júri enquanto fala. Chega o momento favorável. Com intuição e prática, o advogado lê nas fisionomias o efeito de cada frase, de cada palavra e tira as suas conclusões. Trata-se, antes de mais, de distinguir quais os membros conquistados de antemão para a causa. A defesa, habilmente, assegura-se do seu apoio e passa então a interessar-se pelos membros que parecem opor-se, tentando adivinhar porque é que eles são contrários ao acusado. É esta a parte mais delicada do trabalho, pois pode haver inúmeras razões para se desejar condenar um homem além do sentimento de justiça.»

Estas linhas sintetizam com exatidão a finalidade da arte oratória e mostram-nos também a inutilidade dos discursos preparados antecipadamente, visto que é necessário modificar a cada instante os termos empregados consoante a impressão que provocam.

O orador não precisa de converter todos os membros do júri mas apenas, dentre eles, aqueles que determinarão a opinião geral. Como em todas as multidões, há sempre um pequeno número de indivíduos que guiam todos os outros. «Fiz a experiência», afirma o já citado advogado, «de que, no momento de proferir o veredicto, um ou dois homens enérgicos eram o bastante para arrastarem o resto do júri.» São esses dois ou três que é necessário convencer por meio de hábeis sugestões. Primeiro que tudo, é preciso agradar-lhes. O homem em multidão, a quem se consegue agradar, está já meio convencido e disposto a achar excelentes quaisquer razões que se lhe apresentem. Num interessante trabalho sobre Lachaud, encontrei o seguinte episódio:

«Sabe-se que, enquanto discursava no tribunal, Lachaud não perdia de vista dois ou três jurados que ele sabia, ou pressentia, serem influentes mas rebeldes. Geralmente conseguia reduzir estes recalcitrantes. Todavia, um dia, na província, deparou-se-lhe com a quem dirigia em vão os seus mais tenazes argumentos havia três quartos de hora. Era o primeiro da segunda bancada, o sétimo jurado. O caso era para desesperar! De repente, a meio de um discurso apaixonante, Lachaud interrompe-se e diz, dirigindo-se ao presidente do tribunal: "Senhor presidente, podia fazer o favor de mandar correr a cortina ali em frente porque o sétimo dos senhores jurados está incomodado com o sol." O sétimo jurado cotou, sorriu e agradeceu. Estava ganho pela defesa.»

Vários escritores, alguns muito notáveis, têm combatido nestes últimos tempos, muito violentamente, a instituição do júri, que é contudo a única proteção contra os erros bastante frequentes de uma casta sem fiscalização¹. Alguns desejariam um júri recrutado apenas entre as classes esclarecidas; mas, como já demonstrámos, nesse caso as decisões seriam idênticas ao que são agora. Outros, baseando-se nos erros cometidos pelos jurados, gostariam que fossem suprimidos e substituídos por juízes. Mas como podem ignorar que esses erros, que tanto censuram ao júri, são sempre anteriormente cometidos por juízes, visto que o acusado, que vai submeter-se à decisão do júri, foi já considerado culpado por vários magistrados: o juiz de instrução, o procurador da República e os magistradas que formulam a acusação? Sendo assim, se o acusado fosse definitivamente julgado por magistrados em vez de jurados, perderia a única oportunidade de ser considerado inocente. Os erros dos jurados começaram sempre por ser erros de magistrados. Por isso só a eles devemos atribuir os erros judiciais cometidos até em casos particularmente monstruosos como a condenação do doutor X..., que foi perseguido por um juiz de instrução realmente estúpido, por denúncia de uma rapariga semi-idiota que acusava o médico de lhe ter feito um aborto por 30 francos. O acusado teria sido condenado ao degredo se não fosse a explosão da indignação pública que fez com que o chefe de Estado imediatamente o indultasse. A honorabilidade do condenado, proclamada por todos os concidadãos, tornava evidente o absurdo do erro e os próprios magistrados o reconheceram. Contudo, por espírito de casta, fizeram tudo o que puderam para impedir a concessão do indulto. Em todos os casos semelhantes, rodeados de pormenores técnicos impossíveis de compreender, o júri escuta naturalmente o ministério público, pensando que, afinal de contas, o processo foi instruído por magistrados habituados a todas as sutilezas. Quem são então os verdadeiros autores do erro? Os jurados ou os magistrados? Conservemos, portanto, o júri, tanto mais que ele representa talvez a única categoria de multidão que nenhum indivíduo poderia substituir. Só o júri pode abrandar as durezas da lei que, sendo, em princípio, igual para todos, deve ser cega e não atender a casos particulares. Inacessível à compaixão e conhecendo apenas os textos, o juiz, com a sua dureza profissional, castigaria com a mesma pena o larápio assassino e a pobre rapariga que, abandonada pelo sedutor e entregue à miséria, foi levada ao infanticídio. Ao passo que o júri sente por instinto que a rapariga seduzida é muito menos culpada do que o sedutor — o qual, no entanto, escapa à alçada da lei — e merece por isso indulgência.

Conhecendo a psicologia das castas e a das outras categorias de multidões, não consigo encontrar nenhum caso em que, se eu fosse acusado injustamente de um crime, preferisse os magistrados profissionais aos jurados. Com estes teria muito mais probabilidades de ver reconhecida a minha inocência e com os outros teria muito poucas. Devemos temer o poder das multidões mas devemos recear ainda mais o poder de certas castas. As primeiras podem deixar-se convencer, as segundas nunca se deixam vergar.

¹ Com efeito, a magistratura representa a única instituição cujos atos não estão sujeitos a qualquer fiscalização. Apesar de todas as revoluções democráticas, a França não possui o direito de habeas corpus, de que a Inglaterra tanto se orgulha. Expulsou os tiranos mas, em cada cidade, há um magistrado que dispõe à sua vontade da honra e da liberdade dos cidadãos. Qualquer juiz de instrução, acabado de sair da faculdade de Direito, possui o poder revoltante de, sob uma simples suspeita de culpa que não tem de justificar perante ninguém, mandar para a prisão os cidadãos mais respeitáveis, podendo até retê-los seis meses ou um ano a pretexto da instrução, libertando-os depois sem lhes dever quaisquer indenizações ou desculpas. A contrafé é, assim, o equivalente da carta em branco, com a diferença de que esta, tão justamente criticada à antiga monarquia, só podia ser utilizada por grandes personagens, enquanto hoje está nas mãos de uma classe inteira de cidadãos, que está longe de ser a mais esclarecida e a mais independente.

CAPÍTULO IV

AS MULTIDÕES ELEITORAIS

Caracteres gerais das multidões eleitorais. — Como se persuadem. — Qualidades que deve possuir o candidato. — Necessidade de prestígio. — Porque é que os operários e camponeses raramente escolhem candidatos no seu próprio meio. — Poder das palavras e das fórmulas sobre o eleitor. — Aspecto geral das discussões eleitorais. — Como se formam as opiniões do eleitor. — Poder das comissões. — Representam a forma mais temível de tirania. — As comissões da Revolução. — Apesar do seu fraco valor psicológico, o sufrágio universal não pode ser substituído. — Porque é que os votos seriam idênticos mesmo que se restringisse o direito de sufrágio a uma classe limitada de cidadãos. — O que o sufrágio universal traduz em todos os países.

As multidões eleitorais, isto é, as coletividades chamadas a eleger os titulares de certas funções, constituem multidões heterogêneas; contudo, como atuam para escolher apenas entre alguns candidatos, estas multidões só manifestam alguns dos caracteres anteriormente descritos. Esses caracteres são, sobretudo, a pouca aptidão para o raciocínio, a ausência de espírito crítico, a irritabilidade, a credulidade e o simplismo. Pode observar-se assim nas suas decisões a influência dos condutores e o papel dos fatores já enumerados: a afirmação, a repetição, o prestígio e o contágio.

Procuremos ver como se podem seduzir essas multidões. Analisando os processos que deram melhor resultado poder-se-á deduzir claramente a sua psicologia. A primeira qualidade que um candidato deve possuir é o prestígio. O prestígio pessoal só pode ser substituído pelo da fortuna. O talento ou o gênio não são elementos de êxito.

É de capital importância para o candidato possuir prestígio e poder assim impor-se sem discussão. Se os eleitores, compostos em grande parte por operários e camponeses, escolhem tão raramente um dos seus para os representar, é porque as personalidades saídas das suas fileiras não têm para eles qualquer prestígio. E quando nomeiam alguns dentre eles, fazem-no por razões acessórias, como, por exemplo, fazer frente a um homem eminente, a um patrão poderoso de quem quotidianamente dependem, e assim terem a ilusão de, por momentos, se tomarem eles próprios patrões.

Mas só o prestígio não basta para assegurar o êxito de um candidato. O eleitor deseja que lhe lisonjeiem as aspirações e as vaidades, e o candidato tem de rodeá-lo das mais extravagantes bajulações, não devendo hesitar em fazer-lhe as promessas mais fantasistas. Se os eleitores forem operários, nunca será demais injuriar e denegrir os

padrões. Quanto ao candidato contrário, é preciso tentar esmagá-lo dando como certo, através da afirmação, repetição e contágio, que ele é o último dos patifes e que ninguém ignora que cometeu vários crimes; e, para isso, é evidentemente inútil encontrar qualquer espécie de prova. Se o adversário conhecer mal a psicologia das multidões, tentará justificar-se com vários argumentos, em vez de responder às afirmações caluniosas com outras afirmações igualmente caluniosas, e não terá então qualquer hipótese de triunfar.

O programa escrito do candidato não deve ser muito categórico, pois os seus adversários poderão mais tarde recordar-lho; mas o seu programa verbal nunca será excessivo. Poderá sem receio prometer as reformas mais importantes porque, embora na altura estes exageros produzam grande efeito, em nada o comprometem para o futuro. Com efeito, o eleitor não se preocupa nada em saber se o eleito seguiu a profissão de fé proclamada e na qual naturalmente a eleição se apoiou.

Reconhecemos aqui todos os fatores de persuasão já descritos e vamos encontrá-los ainda na ação das palavras e das fórmulas, cujo poderoso império tive já ocasião de mostrar. O orador que saiba manejá-las conduz as multidões à sua vontade. Expressões como: o capital infame, os vis exploradores, o admirável trabalhador, a socialização das riquezas, etc., produzem sempre o mesmo efeito, embora comecem a estar já um pouco gastas. Mas o candidato que consiga descobrir uma nova fórmula, convenientemente desprovida de sentido preciso e assim adaptável às mais diversas aspirações, obterá infalivelmente o êxito. A sangrenta revolução espanhola de 1873 foi feita com uma destas palavras mágicas, de sentido complexo, que cada um pode interpretar de acordo com as suas esperanças. Um escritor contemporâneo descreve a sua gênese em termos que merecem ser transcritos.

«Os radicais tinham descoberto que uma república unitária é uma monarquia disfarçada, e, para lhes agradar, as Cortes tinham proclamado unanimemente a república federal sem que nenhum dos votantes fosse capaz de definir o que acabara de votar. Mas a fórmula encantava toda a gente, era um delírio, uma embriaguez. Acabava de se instaurar na terra o reino da virtude e da felicidade. Um republicano, a quem um adversário recusava o título de federalista, ofendia-se como se se tratasse de uma injúria mortal. As pessoas cumprimentavam-se dizendo: Salud y republica federal! E cantavam-se hinos à santa indisciplina e à autonomia do soldado. O que era a "república federal"? Para alguns significava emancipação das províncias, instituições parecidas com as dos Estados Unidos ou descentralização administrativa; outros pretendiam com ela a abolição de toda a autoridade, o começo já próximo da grande liquidação social. Os

socialistas de Barcelona e da Andaluzia proclamavam a soberania absoluta das comunas, queriam dar à Espanha 10.000 municípios independentes que ditariam as leis a si próprios, suprimindo ao mesmo tempo a polícia e o exército. Depressa se viu nas províncias do Sul a insurreição propagar-se de cidade em cidade, de aldeia em aldeia. Assim que uma comuna fazia o seu pronunciamento, tratava logo de destruir o telégrafo e os caminhos-de-ferro para cortar todas as comunicações com as terras vizinhas e com Madrid. Não havia burgo, por mais insignificante, que não quisesse fazer "a panela à parte". O federalismo tinha dado lugar a um cantonalismo brutal, incendiário e violento, e por toda a parte se celebravam sangrentas saturnais.»

Quanto à influência que o raciocínio poderia exercer sobre o espírito dos eleitores, só não terá opinião definida sobre o assunto quem não tiver lido as atas de uma reunião eleitoral. Trocam-se afirmações, insultos, às vezes bordoadas, mas nunca razões. Se por um instante se faz silêncio, é porque um assistente de caráter mais difícil anuncia que vai fazer ao candidato uma daquelas perguntas embaraçosas que agradam sempre ao auditório. Mas a satisfação dos opositores não dura muito tempo porque a voz do questionador é logo abafada pelos berros dos adversários. Os relatos que apresentamos a seguir, escolhidos ao acaso entre centenas de outros semelhantes e tirados de jornais quotidianos, podem considerar-se com típicos das reuniões públicas.

«Um organizador pediu aos assistentes que nomeassem um presidente e tanto bastou para que a tempestade se desencadeasse. Os anarquistas saltam à tribuna para tomarem a mesa de assalto. Os socialistas defendem a mesa com energia. Dão-se murros, tratam-se mutuamente de bufos, vendidos, etc. ... Um cidadão retira-se com um olho ao peito.

«Finalmente, no meio da confusão, a mesa lá consegue instalar-se e sobe à tribuna o camarada X. O orador desata a atacar os socialistas que o interrompem aos gritos. "Cretino! Bandido! Canalha!" etc., epítetos estes a que o camarada X responde expondo uma teoria segundo a qual os socialistas são uns "idiotas" ou uns "farsantes".»

«... O partido germanista tinha organizado ontem à noite, na sala do Comércio, na rua do Faubourg-du-Temple, uma grande reunião preparatória da festa dos trabalhadores do dia 1 de Maio. A palavra de ordem era "Calma e Tranquilidade".

«O camarada G... trata os socialistas por "cretinos" e "intrujões".

«Perante estas palavras, oradores e ouvintes insultam-se e chegam a vias de fato: cadeiras, bancos, mesas entram em cena, etc., etc.»

Não imaginemos que este gênero de discussões é exclusivo de uma determinada classe de eleitores e resulta da sua situação social. Em qualquer assembleia anônima,

nem que seja composta exclusivamente de literatos, a discussão reveste-se facilmente das mesmas formas. Demonstrei já que os homens em multidão tendem para a igualdade mental e a cada passo podemos encontrar provas disso. Como exemplo, damos agora um extrato do relato de uma reunião composta exclusivamente por estudantes.

«O tumulto não cessava de aumentar à medida que a noite avançava; creio que nem um só orador conseguiu dizer duas frases sem ser interrompido. A cada instante os gritos surgiam de um lado ou de outro, ou de todos os lados ao mesmo tempo; aplaudia-se e assobiava--se; encetavam-se violentas discussões entre diversos assistentes; brandiam-se ameaçadoramente bengalas; pateava--se; berrava-se a quem interrompia: "Para a rua! Para a tribuna!"

«C... brinda a associação com os epítetos de odiosa, covarde, monstruosa, vil, venal e vingativa, e declara que a quer destruir, etc., etc.»

É caso para perguntar como é que em tais condições um eleitor pode formar a sua opinião? Mas fazer semelhante pergunta seria iludirmo-nos loucamente sobre o grau de liberdade de que qualquer coletividade pode gozar. As multidões têm as opiniões que lhes são impostas e nunca opiniões raciocinadas. Essas opiniões e os votos dos eleitores ficam nas mãos de comissões eleitorais, cujos mentores são, muitas vezes, uns negociantes de vinhos com muita influência sobre os operários a quem vendem a crédito. «Sabem o que é uma comissão eleitoral?» escreve Schérer, um dos mais corajosos defensores da democracia. «É muito simplesmente a chave das nossas instituições, a pedra mestra da máquina política. A França é hoje governada pelas comissões¹.»

Também não é muito difícil atuar sobre essas comissões, contanto que o candidato seja aceitável e possua recursos suficientes. Segundo declarações dos próprios apoiantes, bastaram três milhões para se conseguirem as várias eleições do general Boulanger.

É esta a psicologia das multidões eleitorais, idêntica à de outras multidões, nem melhor nem pior. Não é minha intenção tirar do que ficou dito qualquer conclusão contra o sufrágio universal. Se me coubesse decidir, mantinha-o tal como está, por motivos de ordem prática que decorrem precisamente do nosso estudo da psicologia das multidões, e que vou expor, mas não sem primeiro recordar os seus inconvenientes.

Os inconvenientes do sufrágio universal são evidentemente demasiado visíveis para poderem ser desconhecidos. Não se pode negar que as civilizações foram a obra de

¹ As comissões, seja qual for o nome que adotem (clubes, sindicatos, etc.), constituem um dos perigos mais temíveis do poder das multidões. Com efeito, elas representam a forma mais impessoal e, por isso, mais opressiva da tirania. Como se considera que os chefes que dirigem as comissões falam em nome de uma coletividade, eles passam a ficar libertos de qualquer responsabilidade e podem permitir-se tudo. Nem o tirano mais terrível terá alguma vez sonhado com as proscricções ordenadas pelas comissões revolucionárias. Essas comissões, segundo Barras, tinham dizimado e controlado a Convenção. Robespierre foi senhor absoluto enquanto pôde falar em nome delas. O dia era que o temível ditador as abandonou por questões de amor próprio marcou a hora da sua ruína. O reinado das multidões é o reinado das comissões e, por conseguinte, dos seus chefes. Não se poderia imaginar forma mais dura de despotismo.

uma pequena minoria de espíritos superiores que constituem <o vértice de uma pirâmide, cujos degraus se alargam à medida que diminui o valor mental, e representam as camadas profundas de uma nação. A grandeza de uma nação não pode certamente depender do sufrágio dos elementos inferiores que apenas representam o número. Também não restam dúvidas que os sufrágios das multidões são muitas vezes bastante perigosos. Trouxeram-nos já várias invasões e, com o triunfo do socialismo, as fantasias da soberania popular custar-nos-ão mais caro ainda.

Mas estas objeções, teoricamente excelentes, perdem praticamente toda a força se nos lembrarmos do poder invencível das idéias transformadas em dogmas. O dogma da soberania das multidões é, do ponto de vista filosófico, tão impossível de defender como os dogmas religiosos da Idade Média, mas tem, hoje, um poder absoluto e é por isso tão inatacável como o foram outrora as idéias religiosas. Imagine-se um livre pensador moderno colocado por magia em plena Idade Média: seria possível que perante o poder soberano das idéias religiosas que então reinavam ele tentasse combatê-las? E, caído nas mãos de um juiz que o quisesse mandar queimar sob a acusação de ter pacto com o Diabo ou de ter frequentado um sabat, teria ele pensado, sequer, em contestar a existência do Diabo ou do sabat? Não se discute com as crenças das multidões como não se discute com ciclones. O dogma do sufrágio universal possui hoje o poder que antigamente possuíam os dogmas cristãos. Oradores e escritores referem-se-lhe com um respeito e com adulações de que Luís XIV nunca foi alvo. Portanto, há que proceder com esse dogma do mesmo modo que com os dogmas religiosos. Só o tempo age sobre eles. Tentar abalá-lo seria tanto mais inútil quanto é certo que tem a seu favor certas razões aparentes. «Em épocas de igualdade, afirma muito justamente Tocqueville, os homens não têm confiança uns nos outros, em consequência da sua semelhança; mas essa mesma semelhança dá-lhes uma confiança quase ilimitada no juízo do público, porque não lhes parece verossímil que, possuindo todos as mesmas luzes, a verdade não se encontre do lado do maior número.»

Será então passível acreditarmos que um sufrágio limitado (limitado às capacidades, se quisermos) poderia melhorar o voto das multidões? Não posso aceitar semelhante coisa nem por um instante, em virtude da já mencionada inferioridade mental de todas as coletividades, qualquer que seja a sua composição. Em multidão, repito, os homens igualam-se sempre, e no que respeita a assuntos de ordem geral o sufrágio de quarenta acadêmicos não é melhor que o de quarenta carregadores de água. Não creio que nenhum dos votos tão censurados ao sufrágio universal, como o restabelecimento do Império por exemplo, tivesse sido diferente se os votantes

tivessem sido recrutados exclusivamente entre sábios e letrados. O fato de um indivíduo saber grego ou matemática, ser arquiteto, veterinário, médico ou advogado, não lhe confere dons especiais para as questões de sentimento. Todos os nossos economistas são pessoas instruídas, na sua maioria professores e acadêmicos. Haverá um único problema de ordem geral, por exemplo, o protecionismo, sobre o qual estejam de acordo? Perante os problemas sociais, tão cheios de incógnitas e dominados pela lógica mística ou afetiva, todas as ignorâncias se tornam iguais.

Portanto, se só as pessoas carregadas de ciência constituíssem o corpo eleitoral, os seus votos não seriam melhores que os de hoje. Deixar-se-iam guiar sobretudo pelos sentimentos e pelo espírito partidário, e não deixaríamos de ter nenhuma das dificuldades atuais, mas teríamos certamente a agravante da pesada tirania das castas.

Limitado ou geral, vigorando num país republicano ou monárquico, praticado em França, na Bélgica, na Grécia, em Portugal ou em Espanha, o sufrágio das multidões é em toda a parte semelhante e traduz muitas vezes as aspirações e necessidades inconscientes da raça. A média dos eleitos representa para cada nação a alma média da sua raça e, de uma geração para outra, encontramos-a quase idêntica.

E é assim que, mais uma vez, voltamos à noção fundamental de raça, já tantas vezes aqui encontrada, e a essa outra noção que dela deriva, de que as instituições e os governos representam um papel insignificante na vida dos povos. Estes são guiados principalmente pela alma da sua raça, isto é, pelos resíduos ancestrais de que essa alma é o somatório. A raça e a engrenagem das necessidades quotidianas são os senhores misteriosos que guiam os nossos destinos.

CAPÍTULO V

AS ASSEMBLEIAS PARLAMENTARES

As multidões parlamentares apresentam a maior parte dos caracteres comuns às multidões heterogêneas não anônimas. — Simplismo das opiniões. — Sugestibilidade e limites desta sugestibilidade. — Opiniões fixas irredutíveis e opiniões móveis. — Porque predomina a indecisão. — Papel dos condutores. — Razão do seu prestígio. — São eles os verdadeiros senhores de uma assembleia cujos votos passam a ser assim os de uma pequena minoria. — Poder absoluto que eles exercem. — Os elementos da sua arte oratória. — As palavras e as imagens. — Necessidade psicológica de os condutores serem geralmente convencidos e limitados. — Impossibilidade para o orador sem prestígio de fazer aceitar as suas razões. — Exagero dos sentimentos, bons e maus, nas assembleias.

— Automatismo que eles atingem em certos momentos. — As sessões da Convenção. — Casos em que uma assembleia perde os caracteres das multidões. — Influência dos especialistas em questões técnicas. — Vantagens e perigos do regime parlamentar em todos os países. — Está adaptado às necessidades modernas mas acarreta o desperdício das finanças e a restrição progressiva de todas as liberdades. — Conclusão da obra. — As assembleias parlamentares constituem multidões heterogêneas não anônimas. Apesar de o seu recrutamento variar segundo as épocas e os povos, todas se assemelham pelos seus caracteres. A influência da raça faz-se sentir atenuando-os ou exagerando-os, mas nunca os impede de se manifestarem. — As assembleias parlamentares dos países mais diversos — Grécia, Itália, Portugal, Espanha, França e América — apresentam grandes analogias nas suas discussões e nos seus votos e colocam os governos a braços com dificuldades idênticas.

O regime parlamentar sintetiza, aliás, o ideal de todos os povos civilizados modernos. Traduz a ideia, psicologicamente errada mas geralmente aceite, que muitos homens reunidos têm mais capacidade do que poucos para tomarem uma decisão acertada e independente sobre determinado assunto.

Nas assembleias parlamentares reencontramos as características gerais das multidões: simplismo das idéias, irritabilidade, sugestibilidade, exagero dos sentimentos, influência preponderante dos condutores. Mas, em consequência da sua composição especial, as multidões parlamentares apresentam algumas diferenças que iremos referir.

O simplismo das opiniões é uma das suas características mais salientes. Encontra-se em todos os partidos, sobretudo nos povos latinos, uma tendência invariável para resolver os mais complicados problemas sociais através dos princípios abstratos mais simples e de leis de carácter geral aplicáveis a todos os casos. Os princípios variam evidentemente de acordo com cada partido, mas pelo simples fato de os indivíduos se encontrarem em multidão, têm sempre tendência para exagerar o valor destes princípios e para os levar até às últimas consequências. Por isso, também os parlamentos representam sobretudo opiniões extremas.

O tipo mais perfeito do simplismo das assembleias foi conseguido pelos jacobinos da Revolução Francesa. Todos dogmáticos e lógicos, com a cabeça repleta de vagas generalidades, tratavam de aplicar princípios fixos sem se importarem com os acontecimentos, e pôde muito justamente afirmar-se que atravessaram a Revolução sem a verem. Com meia dúzia de dogmas, imaginavam poder reconstruir uma sociedade feita em pedaços e reconduzir uma civilização requintada a uma fase muito anterior da

evolução social. Os meios que utilizavam para realizar este sonho eram igualmente marcados de um total simplismo. Com efeito, limitavam-se a destruir violentamente todos os obstáculos que os incomodavam. Aliás, todos, «girondinos», «montanheses», «termidorianos», etc., estavam animados do mesmo espírito.

As multidões parlamentares são muito sugestionáveis e, como sempre, a sugestão parte dos condutores aureolados de prestígio. Todavia, nas assembleias parlamentares a capacidade de suggestionamento tem limites muito precisos que convém marcar. Sobre todos os assuntos de interesse local, cada membro de uma assembleia possui opiniões fixas, irredutíveis e que nenhum argumento poderá abalar. O talento de um Demóstenes não conseguiria modificar o voto de um deputado sobre problemas como o protecionismo ou o privilégio dos fabricantes de aguardente, que representam exigências de eleitores influentes. A sugestão exercida por estes eleitores é suficientemente preponderante para anular todas as outras e manter a opinião numa absoluta fixidez¹.

Sobre as questões de caráter geral, como a queda de um ministério, o estabelecimento de um imposto, etc., a fixidez de opinião desaparece e as sugestões dos condutores podem atuar, mas não como numa multidão vulgar. Cada partido tem os seus condutores, que exercem por vezes uma influência idêntica. O deputado encontra-se assim entre sugestões contrárias e sente-se fatalmente muito hesitante. Por isso, no espaço de um quarto de hora, podemos vê-lo muitas vezes votar de forma contrária e acrescentar a uma lei um artigo que a destrói. Por exemplo, tirar aos industriais o direito de escolher ou despedir os seus operários, e depois anular praticamente esta medida através de uma emenda.

É por esta razão que, em cada legislatura, uma câmara manifesta opiniões muito fixas e outras muito indecisas. E como, no fundo, as questões de caráter geral são as mais numerosas, é a indecisão que domina, alimentada pelo receio constante do eleitor, cuja sugestão latente consegue sempre contrabalançar a influência dos condutores. Mas estes são, apesar de tudo, os verdadeiros senhores em todas as discussões em que os membros de uma assembleia não têm opiniões anteriormente bem assentes.

A necessidade da existência de condutores é evidente porque, sob o nome de chefes de grupos, vamos encontrá-los em todos os países. São eles os verdadeiros soberanos das assembleias. Os homens em multidão não poderiam passar sem um senhor, e é por isso que os votos de uma assembleia geralmente apenas representam as opiniões de uma pequena minoria.

Os condutores, repito, atuam pouco pelo seu raciocínio e muito pelo seu prestígio. Se, por qualquer circunstância, perderem esse prestígio, deixam de exercer influência. Este prestígio é individual e independente do nome e da celebridade. Jules

¹ É a estas opiniões anteriormente fixadas e tornadas irredutíveis por necessidades eleitorais que se aplica esta reflexão de um velho parlamentar inglês: «Há cinquenta anos que estou em Westminster e já ouvi milhares de discursos. Poucos mudaram a minha opinião e nem um mudou o meu voto.»

Simon, falando dos grandes homens da Assembleia de 1848, de que também fez parte, dá-nos exemplos muito curiosos.

«Dois meses antes de ser todo-poderoso, Luís Napoleão não era nada.

«Vitor Hugo, quando subiu à tribuna, não teve êxito nenhum. Escutaram-no como escutavam Félix Pyat, e ninguém o aplaudiu. "Não gosto das idéias dele", disse-me Vaulabelle, referindo-se a Félix Pyat, "mas é um dos maiores escritores e o maior orador de França". Edgar Quinet, esse raro e poderoso espírito, não era tido em conta. Tinha conhecido o seu momento de popularidade antes da abertura da Assembleia mas dentro dela não valia nada.

«As assembleias políticas são o lugar da terra onde menos se faz sentir o brilho do gênio. O que importa é uma eloquência adequada ao tempo e ao lugar, e os serviços prestados, não à pátria mas aos partidos. Para que se prestasse homenagem a Lamartine em 1848 e a Thiers em 1871 foi necessário o estímulo do interesse urgente e inexorável. Passado o perigo, todos se recompuseram simultaneamente do reconhecimento e do medo.»

Reproduzi este texto pelos fartos que ele contém e não pelas explicações que dá, pois são de uma psicologia medíocre. Uma multidão perderia imediatamente os seus caracteres de multidão, se atendesse aos serviços prestados pelos seus condutores, quer à pátria quer aos partidos. A multidão sofre o prestígio do seu condutor, mas nos seus atos não intervém qualquer sentimento de interesse ou de reconhecimento.

O condutor dotado de bastante prestígio possui um poder quase absoluto. É bem conhecida a imensa influência que um célebre deputado exerceu durante longos anos graças ao seu prestígio, que depois se apagou momentaneamente em consequência de 'certos acontecimentos financeiros'¹. A um simples sinal seu, os ministérios caíam. As linhas que se seguem mostram claramente o alcance da ação desse deputado.

«É principalmente ao Sr. C... que devemos o termos comprado o Tonquim três vezes mais caro do que deveria ter custado, e não termos conseguido em Madagascar mais do que uma posição incerta, o termos perdido um verdadeiro império na baixa Nigéria, o termos também perdido a situação preponderante que tínhamos no Egito. — As teorias do Sr. C... custaram-nos mais territórios do que os desastres de Napoleão I.»

Não se deveria tratar tão mal o deputado em questão. Custou-nos muito caro, é certo, mas grande parte da sua influência devia-se ao fato de ele seguir a opinião pública, que, em matéria colonial, era então bem diferente do que é hoje. Um condutor raramente se antecipa à opinião pública e limita-se quase sempre a adotar-lhe os erros.

Os meios de persuasão dos condutores são, depois do prestígio, os fatores que já

¹ Tratava-se de Georges Clemenceau. (*N. da T.*)

enumerámos várias vezes. Para a manejar habilmente o condutor deverá ter penetrado, pelo menos de forma inconsciente, a psicologia das multidões, sabendo como lhes deve falar e, sobretudo, conhecendo a fascinante influência das palavras, das fórmulas e das imagens. Deverá possuir uma eloquência especial, constituída de afirmações enérgicas e de imagens impressionantes, enquadradas por raciocínios muito sumários. Este gênero de eloquência encontra-se em todas as assembleias, inclusive no parlamento inglês, que é de todos o mais ponderado.

«Podemos, todos os dias, ler debates da Câmara dos Comuns», diz o filósofo inglês Maine, «em que toda a discussão consiste numa troca de generalidades bastante fracas e de ataques pessoais bastante violentos. Para a imaginação de uma democracia pura, este gênero de fórmulas gerais exerce um efeito prodigioso. Será sempre fácil fazer com que uma multidão aceite afirmações gerais apresentadas em termos empolgantes, embora nunca tenham sido verificadas e talvez nem sejam susceptíveis de qualquer verificação.»

Nunca é demais salientar a importância dos «termos empolgantes» referidos nesta citação. Insistimos já diversas vezes no especial poder das palavras e das fórmulas escolhidas de maneira a evocarem imagens muito vivas. Como exemplo apresentamos a seguir uma frase tirada do discurso de um condutor de assembleias.

«No dia em que o mesmo navio levar para as terras insalubres do degredo o político sem vergonha e o anarquista assassino, estes conseguirão sem dúvida encetar uma conversa e aparecerão um ao outro como os dois aspectos complementares de uma mesma ordem social.»

A imagem assim evocada é nítida, impressionante, e todos os adversários do orador se sentem ameaçados por ela. Veem simultaneamente os países insalubres e a embarcação que os poderá levar, porque, afinal de contas, não pertencerão eles também à mal definida categoria dos políticos ameaçados? Sentem então aquele medo surdo que deviam sentir os homens da Convenção, a quem os discursos vagos de Robespierre mais ou menos ameaçavam com a lâmina da guilhotina e que sob a pressão desse medo lhe cediam sempre.

Os condutores de assembleias têm todo o interesse em lançarem-se nos mais disparatados exageros. O orador, de quem citei há pouco uma frase, chegou a afirmar, sem levantar grandes protestos, que os banqueiros e os padres estipendiavam bombistas e que os administradores das grandes companhias financeiras merecem os mesmos castigos que os anarquistas. Estes métodos causam sempre efeito nas multidões. A afirmação nunca é demasiado violenta nem a declamação demasiado

ameaçadora. Nada intimida mais os ouvintes do que este tipo de eloquência porque, se protestarem, receiam passar por traidores ou cúmplices.

Esta eloquência especial reinou em todas as assembleias e acentuou-se ainda mais durante os períodos críticos. A leitura dos discursos dos grandes oradores da Revolução é, sob este ponto de vista, muito interessante. A todo o momento se julgavam na obrigação de se interromperem para condenar o vício e exaltar a virtude; depois soltavam imprecações contra os tiranos e juravam viver livres ou então morrer. A assistência levantava-se, aplaudia vibrantemente e depois, mais calma, voltava a sentar-se.

O condutor pode por vezes ser inteligente e instruído, mas essas qualidades são geralmente mais prejudiciais do que úteis. Ao demonstrar a complexidade das coisas e permitindo explicá-las e compreendê-las, a inteligência torna um condutor indulgente e suaviza muitíssimo a intensidade e a violência das convicções necessárias aos apóstolos. Os grandes condutores de todas as épocas, e principalmente os da Revolução, eram pessoas muito limitadas e, apesar disso, exerceram uma grande ação. Os discursos do mais célebre deles todos, Robespierre, enchem-nos muitas vezes de pasmo pela sua incoerência. Ao lê-los não encontramos explicação plausível para o imenso papel que o poderoso ditador desempenhou:

«Lugares comuns e redundância da eloquência pedagógica e da cultura latina ao serviço de uma alma mais pueril do que superficial, e que, quer no ataque quer na defesa, se limita ao "Anda daí!" dos estudantes. Nem uma ideia, nem uma metáfora, nem um rasgo: é o aborrecimento na tempestade. Quando se acaba esta leitura enfadonha apetece soltar um "Uf!", como fez Camille Desmoulins.»

É assustador pensarmos como uma convicção forte aliada a uma extrema estreiteza de espírito pode conferir poder a um homem aureolado de prestígio. Mas essas condições são necessárias para que ele ignore os obstáculos e saiba querer. É nestes enérgicos convictos que, intuitivamente, as multidões reconhecem o chefe de que necessitam.

Numa assembleia parlamentar o êxito de um discurso depende exclusivamente do prestígio do orador e não das razões que ele apresenta. O orador desconhecido que chega com um discurso cheio de belas razões, mas unicamente de razões, não tem qualquer possibilidade de ser sequer ouvido. Um antigo deputado, Descubes, traçou em poucas linhas a imagem do orador sem prestígio:

«Ao tomar lugar na tribuna, tira da pasta um dossier que coloca metodicamente na sua frente e, com segurança, começa o seu discurso.

«Convence-se que vai transmitir a fé que o anima à alma daqueles que o ouvem. Pesou e tornou a pesar os argumentos. Está carregado de números e de provas, seguro de ter razão. Qualquer resistência perante a evidência de que ele é portador será inútil. Começa então, confiante no seu direito e também nas boas intenções dos seus colegas, que, certamente, nada mais desejam do que curvar-se diante da verdade.

«Fala e, de súbito, surpreende-se com o movimento da sala, um pouco aborrecido com o rumor que se começa a levantar. Como é que não está tudo silencioso? Porquê esta falta de atenção geral? Em que pensam aqueles que estão ali em animada conversa? Que motivo urgente fez com que aquele se levantasse?

«Perpassa-o uma certa inquietação. Franze o sobrolho e cala-se. Incitado pelo presidente, recomeça elevando o tom de voz. Ainda lhe prestam menos atenção. Reforça o tom, agita-se e o barulho redobra à sua volta. Já não consegue ouvir-se a si próprio e para; depois, receando que o seu silêncio provoque o terrível grito de "Acabou", recomeça com mais vigor. O bulício torna-se então insuportável.»

As assembleias parlamentares levadas a um certo grau de excitação, tornam-se idênticas às multidões heterogêneas vulgares e os seus sentimentos apresentam por isso a particularidade de serem sempre extremos. Tanto podemos vê-las a praticarem belos atos de heroísmo como os piores excessos. O indivíduo deixa de ser ele próprio e vota as medidas mais contrárias aos seus interesses pessoais.

A história da Revolução mostra-nos até que ponto as assembleias se podem tornar inconscientes e obedecer a sugestões opostas aos seus interesses. Era um sacrifício enorme para a nobreza renunciar aos seus privilégios e, todavia, acabou por fazê-lo sem hesitar numa célebre noite da Constituinte. Era uma permanente ameaça de morte para os membros da Convenção renunciarem à sua inviolabilidade e, contudo, renunciaram sem receio de se dizimarem uns aos outros, sabendo, no entanto, que o cadafalso para onde hoje os seus colegas eram conduzidos lhes estaria reservado amanhã. Mas atingido o grau de total automatismo que acabei de descrever, nada os podia impedir de cederem às sugestões que os hipnotizavam. O trecho que vamos apresentar agora, extraído das memórias de um desses homens, Billaud-Varenne, é sintomático a este respeito: «As decisões que tanto nos censuram teriam, de um modo geral, sido recusadas um ou dois dias antes da votação; a crise, depois, é que as provocava.» Nada mais certo.

Os mesmos fenômenos de inconsciência se manifestaram em todas as tumultuosas sessões da Convenção.

«Eles aprovam e decretam, diz Taine, aquilo a que têm horror, não apenas os

disparates e as loucuras, mas também os crimes, os assassinatos de inocentes e dos próprios amigos. Por unanimidade e com os mais vivos aplausos, a esquerda, aliada à direita, manda para o cadafalso Danton, o seu chefe natural, o grande promotor e condutor da Revolução. Por unanimidade e com os maiores aplausos, a direita, aliada à esquerda, vota os piores decretos do governo revolucionário. Por unanimidade e com gritos de admiração e entusiasmo, com testemunhos de viva simpatia por Collot d'Herbois, Couthon e Robespierre, a Convenção, através de reeleições espontâneas e múltiplas, mantém o governo homicida que a "Planície" detesta porque é homicida e que a "Montanha" detesta porque a destrói. "Planície" e "Montanha", a maioria e a minoria, acabam por consentir no seu próprio suicídio. A 22 de Prerial, a Convenção inteira arrisca a cabeça; a 8 de Termidor, durante o primeiro quarto de hora que se seguiu ao discurso de Robespierre, arriscou-a novamente.»

O quadro pode parecer sinistro mas é exato. As assembleias parlamentares suficientemente excitadas e hipnotizadas apresentam estes mesmos caracteres. Transformam-se num rebanho móvel que obedece a todos os impulsos. A descrição que se segue da Assembleia de 1848, feita por um parlamentar cuja fé democrática é insuspeita, Spuller, e que tirei da *Revue litteraire*, é bastante típica. Vamos aqui encontrar todos os sentimentos exagerados que descrevi a propósito das multidões e também aquela excessiva mobilidade que permite percorrer em poucos instantes toda a gama de sentimentos opostos.

«As divisões, invejas, suspeitas e, alternadamente, a confiança cega e as esperanças ilimitadas conduziram o partido republicano à perdição. A sua ingenuidade e a sua candura só são comparáveis à sua desconfiança universal. Nenhum sentido da legalidade e da disciplina; terrores e ilusões sem limites; neste ponto o camponês e a criança identificam-se. A sua calma é igual à sua impaciência. A sua selvageria é idêntica à sua docilidade. Características próprias de um carácter que não está formado e da falta de educação. Nada os espanta e tudo os desconcerta. Trêmulos, medrosos, intrépidos, heroicos, lançam-se no meio das chamas e recuam diante de uma sombra.

«Ignoram os eleitos e as relações das coisas. Tão capazes de desespero como de exaltações, sujeitos a todos os pânicos, sempre excessivamente exaltados ou deprimidos, nunca encontram o justo equilíbrio e a medida adequada. Mais fluidos que a água, refletem todas as cores e tomam todas as formas. A que espécie de governo poderiam servir de base?»

Felizmente os caracteres que descrevemos das assembleias parlamentares não se manifestam de um modo permanente porque elas só em certos momentos constituem

multidões. Os indivíduos que as compõem conseguem em muitos casos preservar a sua individualidade, e por isso é possível a uma assembleia elaborar leis técnicas excelentes. É certo que estas leis são preparadas por um especialista no recolhimento do seu gabinete, e a lei votada é assim, na realidade, a obra de um indivíduo e não de uma assembleia. Estas leis são naturalmente as melhores; só passam a ser desastrosas quando uma série de emendas as torna coletivas. A obra de uma multidão é sempre, e em todo o lado, inferior à de um indivíduo isolado. Só os especialistas salvam as assembleias de medidas desordenadas e inexperientes, tomando-se então os seus condutores momentâneos; a assembleia não age sobre eles, mas são eles que agem sobre a assembleia.

Apesar de todas as dificuldades de funcionamento, as assembleias parlamentares representam o melhor método que os povos ainda encontraram para se governarem e, sobretudo, para escaparem o melhor possível ao jugo das tiranias pessoais. Elas são sem dúvida o governo ideal, pelo menos para os filósofos, pensadores, escritores, artistas e sábios — em suma, para todos aqueles que constituem o topo de uma civilização.

Aliás, não apresentam senão dois perigos sérios: o desperdício forçado de finanças e uma restrição progressiva das liberdades individuais. O primeiro destes perigos é a consequência inevitável das exigências e da imprevidência das multidões eleitorais. Se um membro de uma assembleia propuser qualquer medida que dê uma aparente satisfação às idéias democráticas, como, por exemplo, assegurar a reforma a todos os operários, aumentar o ordenado dos cantoneiros, dos professores, etc., todos os outros deputados, sugestionados pelo receio dos eleitores, não se atreverão a reprovar a proposta apresentada, temendo que a sua atitude seja tomada como desprezo pelos interesses desses eleitores. Apesar de saberem que ela irá agravar pesadamente o orçamento e levará à criação de novos impostos, não podem ter hesitações na votação. Porque, enquanto as consequências do aumento das despesas são ainda longínquas e sem resultados graves, as consequências de um voto negativo poderiam manifestar-se logo que se apresentassem perante os eleitores. A esta primeira causa do exagero das despesas vem juntar-se uma outra não menos imperativa, que é a obrigação de autorizar todas as despesas de interesse meramente local. Nenhum deputado se lhes poderia opor, porque essas despesas representam, uma vez mais, as exigências dos eleitores, e um deputado só consegue obter o que pretende para a sua circunscrição se ceder a idênticos pedidos dos seus colegas¹.

¹ No seu número de 06/04/1895 o *L'Économiste* trazia um relato curioso do que podem custar, num ano, as despesas de interesse exclusivamente eleitoral, principalmente as da ferrovia. Para servir Langayes, cidade de 3.000 habitantes alondorada numa montanha no Puy, vota-se a favor de uma ferrovia que vai custar 15 milhões. Para ligar Beaumont, com 3.500 habitantes, a Castel-Sarrazin, gastam-se 7 milhões. Para ligar a aldeia de Ous (523 habitantes) à de Seix (1.200 habitantes), 7 milhões. Para ligar Prades a Olétte (747 habitantes), 6 milhões, etc. Só em 1895 votou-se a favor de 90 milhões de vias férreas sem qualquer interesse geral. E há ainda outras despesas não menos importantes para necessidades eleitorais. A lei sobre a reforma dos operários irá custar dentro em pouco o mínimo anual de 165 milhões segundo o ministério das Finanças e 800 milhões na opinião do acadêmico Leroy-Beaulieu. A contínua progressão de tais despesas terá como consequência inevitável a falência. Muitos países europeus como Portugal, Grécia, Espanha e Turquia já lá chegaram e outros para lá caminham. Mas não vale a pena preocuparmo-nos, pois o público tem sucessivamente aceito, sem grandes protestos, a redução de quatro quintos no pagamento dos cupões dos diversos países. Estas engenhosas falências permitem reequilibrar de um momento para o outro os tão abalados orçamentos. As guerras, o socialismo, as lutas econômicas preparam-nos, aliás, muitos outros desastres e na época de desagregação universal, em que nos encontramos, é preciso resignarmo-nos a viver o momento sem nos preocuparmos com o amanhã.

O segundo perigo a que nos referimos, a restrição forçada das liberdades pelas assembleias parlamentares, embora aparentemente menos visível, é contudo bastante real. Resulta das numerosas leis sempre restritivas, cujas consequências os parlamentos, com o seu espírito simplista, não sabem ver e se julgam obrigados a votar.

Este perigo deve ser, de fato, inevitável, pois até a Inglaterra, onde existe sem dúvida o tipo mais perfeito de regime parlamentar e onde o representante consegue ser mais independente do seu eleitorado, não conseguiu evitá-lo. Herbert Spencer, num trabalho já antigo, tinha demonstrado que o aumento da liberdade aparente era acompanhado de uma diminuição da liberdade real. Utilizando a mesma tese no seu livro *O Indivíduo Contra o Estado*, escreve o seguinte acerca do parlamento inglês:

«A partir dessa época a legislação seguiu o caminho que já referi. Medidas ditatoriais, rapidamente multiplicadas, têm mostrado uma tendência contínua para restringir as liberdades individuais de duas maneiras: estabelecendo anualmente regulamentos cada vez mais numerosos, que impõem restrições ao cidadão em coisas em que os seus atos eram dantes completamente livres, e forçando-o a praticar atos que anteriormente tinha a liberdade de praticar ou não. Simultaneamente, os encargos públicos, cada vez mais pesados, principalmente os regionais, restringiram-lhe ainda mais a liberdade, diminuindo-lhe a parte dos lucros que pode gastar à vontade e aumentando a quantia que lhe é retirada para ser gasta conforme apraz aos agentes públicos.»

Esta redução progressiva das liberdades manifesta-se em todos os países, de uma forma espacial, que Herbert Spencer não mencionou, e que se traduz na criação de inúmeras medidas legislativas, todas em geral de caráter restritivo, que levam necessariamente a aumentar o número, o poder e a influência dos funcionários encarregados de as aplicarem. Estes funcionários tendem assim a transformar-se nos verdadeiros senhores dos países civilizados e o seu poder é tanto maior quanto é certo que nas incessantes mudanças de governo a casta administrativa, a única que escapa a essas mudanças, é também a única a possuir irresponsabilidade, impersonalidade e perpetuidade. Ora não há despotismo mais forte do que aquele que se apresenta revestido desta tripla forma.

A criação contínua de leis e regulamentos restritivos, que rodeiam de formalidades ridículas os mínimos atos da nossa vida, tem como consequência fatal limitar cada vez mais o círculo em que os cidadãos se podem mover livremente. Vítimas da ilusão de que a igualdade e a liberdade ficam melhor asseguradas com a multiplicação das leis, os povos vão dia-a-dia aceitando entraves cada vez mais pesados. E não é

impunemente que o fazem. Habitados a suportar todos os jugos, acabam por procurá-los e perdem toda a espontaneidade e energia. Não passam de sombras vãs, de autômatos passivos, sem vontade, sem resistência e sem força. O homem vê-se então forçado a procurar no exterior o impulso que já não encontra em si próprio. A indiferença e incapacidade crescente dos cidadãos faz com que o papel dos governos seja forçosamente aumentado. Assim, os governos têm de ter o espírito de iniciativa, de empreendimento e de conduta que os indivíduos perderam. Têm de empreender tudo, dirigir todo, proteger tudo, e o Estado torna-se então um deus todo-poderoso. Mas a experiência ensina-nos que o poder de tais divindades nunca foi nem forte nem duradouro.

A progressiva restrição de todas as liberdades que se pode observar em certos povos, apesar de uma permissividade que lhes cria a ilusão de as possuírem, parece ser consequência tanto do seu envelhecimento como da ação de um regime qualquer, e constitui um dos sintomas precursores daquela fase de decadência a que nenhuma civilização pôde até hoje escapar.

A avaliarmos pelas lições do passado e pelos sintomas que por todo o lado se manifestam, algumas das nossas civilizações atingiram o período de extremo envelhecimento que antecede a decadência. Há certas evoluções que parecem inevitáveis para todos os povos, pois tantas vezes as vemos repetirem-se na história. É fácil determinar resumidamente as diversas fases destas evoluções, e é com esse resumo que concluiremos esta obra.

Se encararmos nas suas grandes linhas a gênese da grandeza e da decadência das civilizações anteriores à nossa, que vemos?

Na aurora dessas civilizações, uma nuvem de homens, de origens diversas, reunidos pelo acaso das migrações, das invasões e das conquistas. De sangue diferente, de línguas e crenças também diferentes, estes homens só têm em comum a lei semi-reconhecida de um chefe. Nessas aglomerações confusas podemos encontrar os caracteres psicológicos das multidões no mais elevado grau: a coesão momentânea, os heroísmos, as fraquezas, os impulsos e as violências. Mas nada de estável. São apenas bárbaros.

Depois, o tempo realiza a sua obra, e a identidade do meio, a repetição dos cruzamentos, as necessidades de uma vida comum vão agindo lentamente. A aglomeração de unidades dessemelhantes começa a concretizar-se e a formar uma raça, isto é, um agregado que possui caracteres e sentimentos comuns que a hereditariedade fixará depois progressivamente. A multidão tomou-se um povo e este povo vai poder

sair da barbárie. Todavia, só sairá completamente quando, após prolongados esforços, lutas incessantemente repetidas e inúmeros recomeços, tiver adquirido um ideal. Pouco importa a natureza desse ideal. Seja ele o culto de Roma, o poder de Atenas ou o triunfo de Alá, será o bastante para dotar todos os indivíduos da raça em formação de uma perfeita unidade de sentimentos e de pensamentos.

Só nesse momento pode nascer uma nova civilização, com as suas instituições, as suas crenças e as suas artes.

Levada pelo sonho, a raça adquirirá sucessivamente tudo o que lhe concede brilho, força e grandeza. Nalguns momentos será ainda, decerto, uma multidão, mas, por detrás dos caracteres móveis e mutáveis das multidões, encontrar-se-á aquele substrato sólido que é a alma da raça, capaz de limitar as oscilações de um povo e regularizar o acaso.

Mas, depois de ter exercido a sua ação criadora, o tempo começa a sua obra de destruição, a que não escapam nem os deuses nem os homens. Atingido determinado grau de poder e de complexidade, a civilização deixa de crescer e, a partir do momento em que já não cresce mais, está condenada a declinar rapidamente.

Esse momento inevitável é sempre marcado pelo enfraquecimento do ideal que mantinha a alma da raça. À medida que esse ideal empalidece, todos os edifícios religiosos, políticos ou sociais que ele inspirou começam também a desmoronar-se. Com o progressivo desaparecimento do seu ideal, a raça vai perdendo tudo o que constituía a sua coesão, a sua unidade e a sua força. O indivíduo pode crescer em personalidade e em inteligência, mas simultaneamente o egoísmo coletivo da raça é substituído por um excessivo egoísmo individual acompanhado do enfraquecimento do caráter e da diminuição das capacidades de ação. O que dantes formava um povo, uma unidade, um bloco, acaba por se tornar uma aglomeração de indivíduos sem coesão que, artificialmente, mantêm ainda por algum tempo as tradições e as instituições. É então que os homens, divididos pelos seus interesses e pelas suas aspirações, não sabendo já governarem-se, manifestam o desejo de serem dirigidos nos seus mínimos atos, abrindo caminho para que o Estado exerça uma influência absorvente.

Com a perda definitiva do ideal antigo, a raça acaba também por perder a alma. Já não é mais do que um punhado de indivíduos isolados e volta a ser o que foi no começo: uma multidão. Apresenta novamente todos os caracteres transitórios sem consistência e sem futuro. A civilização perde todo o caráter fixo e fica à mercê de todos os acasos. A plebe reina, e os bárbaros avançam. A civilização pode ainda parecer brilhante, porque mantém a fachada exterior construída por um longo passado, mas, na realidade, é um

edifício carcomido que nada consegue já manter de pé e que se desmoronará à primeira tempestade.

Passar da barbárie à civilização perseguindo um sonho, declinar depois e morrer logo que esse sonho deixa de ter força, é este o ciclo da vida de um povo.

ÍNDICES

ÍNDICE DOS NOMES

Alexandre,
Antônio,
Arc (Joana d'),
Augereau (marechal Pierre),
Augusto Barras (visconde Paul de),
Bérard des Glajeux
Béranger,
Beugnot (conde Jacques),
Billaud-Varenne (Jean-Nicolas),
Bonaparte (Napoleão
Boulanger (general Georges),
Buda,
Cazalis (doutor Henri),
César,
Chavandret (Philibert),
Clemenceau (Georges),
Clotário,
Colombo (Cristóvão),
Collot d'Herbois (Jean-Marie),
Conde (príncipe Luís de Bourbon, chamado o Grande—),
Coppée (François),
Couthon (Georges),
Danton (Jacques),
Davey,
Davout (marechal Louis-Nicolas),
Delarue,
Demóstenes,
Descubes,
Desfossés (almirante),
Desmoulins (Camille),
Dostoievski (Fiodor),
Félix (Julien),

Fourcroy (Antoine de),
Fustel de Coulanges (Numa Denis),
Galileu,
Garibaldi,
Gengis Khã,
Gevaert (A.),
Guillot (Adolphe),
Harcourt,
Heliogábalo,
Hércules,
Homero,
Hugo (Vítor),
Jesus,
Keops,
Laehaud,
Lamartine (Alphonse de),
Launay (Bernard Jordan de),
Lavissee (Ernest),
Leibniz,
Leroy-Beaulieu (Paul),
Lesseps (Ferdinand de),
Luís XIV,
Luís XVIII,
Luís Napoleão,
Lutero,
Macaulay (Thomas Barington lorde),
Maine (*sir* Henry James Sumner),
Maomé,
Maral (Jean-Paul),
Maret (Hugues Bernard),
Masséna (marechal André),
Moisés,
Murat (príncipe Joachim),
Napoleão I (*veja-se* Bonaparte).
Newton (Isaac),

Ney (marechal Michel),
Ornano (marechal Philippe Antoine d'),
Pascal (Blaise),
Paulo (São),
Pedro o Eremita,
Pyat (Félix),
Quinet (Edgar),
Renan (Ernest),
Ribot (Théodule),
Robespierre (Maximilien de),
Saint-Just (Louis de),
Savonarola,
Schérer (Edmond),
Shakespeare,
Sighele (Scdpio),
Simon (Julee),
Spencer (Herbert),
Spuller (Eugène),
Stanley (Henry Morton),
Taine (Hippolyte),
Talleyrand (Charles-Maurice de),
Tamerlão
Tarde (Gabriel de),
Teresa (Santa—de Ávila),
Thiers (Adolphe),
Tocqueville (Alexis de),
Vandamme (general Dominique),
Vaulabelle (Achille Tenaillede),
Vitória (rainha),
Voltaire,
Wallace (Alfred Russel),
Wolseley (marechal lorde),

ÍNDICES

PSICOLOGIA DAS MULTIDÕES

Prefácio

INTRODUÇÃO. A ERA DAS MULTIDÕES

LIVRO PRIMEIRO

A ALMA DAS MULTIDÕES

CAPÍTULO I. CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS MULTIDÕES, LEI PSICOLÓGICA DA SUA UNIDADE MENTAL

CAPÍTULO. II. SENTIMENTOS E MORALIDADE DAS MULTIDÕES

1. *Impulsividade, mobilidade e irritabilidade das multidões*
2. *Sugestibilidade e credulidade das multidões*
3. *Exagero e simplismo dos sentimentos das multidões*
4. *Intolerância, autoritarismo e conservantismo das multidões*
5. *Moralidade das multidões :*

CAPÍTULO III. IDÉIAS, RACIOCÍNIOS E IMAGINAÇÃO DAS MULTIDÕES

1. *As idéias das multidões*
2. *Os raciocínios das multidões*
3. *A imaginação das multidões*

CAPÍTULO IV. FORMAS RELIGIOSAS DE QUE SE REVESTEM TODAS AS CONVICÇÕES DAS MULTIDÕES

LIVRO II

AS OPINIÕES E AS CRENÇAS DAS MULTIDÕES

CAPÍTULO I. FATORES REMOTOS DAS CRENÇAS E OPINIÕES DAS MULTIDÕES

1. *A raça*
2. *As tradições*
3. *O tempo*
4. *As instituições políticas e sociais*
5. *A instrução e a educação*

CAPÍTULO II. FATORES IMEDIATOS DAS OPINIÕES DAS MULTIDÕES

1. *As imagens, as palavras e as fórmulas*
2. *As ilusões*

3. *A experiência*

4. *A razão*

CAPÍTULO III. OS CONDUTORES DE MULTIDÕES E OS SEUS MEIOS DE PERSUASÃO

1. *Os condutores de multidões*

2. *Os meios de ação dos condutores: a afirmação, a repetição, o contágio*

3. *O prestígio*

4. CAPÍTULO IV. LIMITES DE VARIABILIDADE DAS CRENÇAS E OPINIÕES DAS MULTIDÕES

1. *As crenças fixas*

2. *A versatilidade das multidões*

LIVRO III

CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS DIVERSAS CATEGORIAS DE MULTIDÕES

CAPÍTULO I. CLASSIFICAÇÃO DAS MULTIDÕES

1. *As multidões heterogêneas*

2. *As multidões homogêneas*

CAPÍTULO II. AS CHAMADAS MULTIDÕES CRIMINOSAS

CAPÍTULO III. OS JURADOS DOS TRIBUNAIS DO CRIME

CAPÍTULO IV. AS MULTIDÕES ELEITORAIS

CAPÍTULO V. AS ASSEMBLÉIAS PARLAMENTARES

Esta obra foi digitalizada e revisada pelo grupo Digital Source para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la ou àqueles que necessitam de meios eletrônicos para ler. Dessa forma, a venda deste e-book ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação é totalmente condenável em qualquer circunstância. A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.

Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e a publicação de novas obras.

Se quiser outros títulos nos procure:

http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros, será um prazer recebê-lo em nosso grupo.



http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros

<http://groups.google.com/group/digitalsource>

GUSTAVE LE BON

PSICOLOGIA DAS MULTIDÕES

«Em que ideias fundamentais se vão basear as sociedades que sucederão à nossa? Por enquanto, não o podemos saber. Mas podemos prever que terão de contar com um novo poder, último poder soberano da idade moderna: o poder das multidões. Sobre as ruínas de tantas ideias, outrora consideradas verdadeiras e já mortas hoje, sobre os destroços de tantos poderes sucessivamente derrubados, este poder das multidões é o único que se ergue e parece destinado a absorver rapidamente os outros. No momento em que as nossas antigas crenças vacilam e desaparecem, em que os velhos pilares das sociedades desabam, a acção das multidões é a única força que não está ameaçada e cujo prestígio vai sempre aumentando. A época em que estamos a entrar será, na verdade, a *era das multidões*.»

Gustave Le Bon (1841-1931), médico, sociólogo e psicólogo, é considerado como um genial precursor de Freud (pelas suas teses sobre o inconsciente) e de Einstein (ao considerar a matéria como uma forma condensada da energia). A *Psicologia das Multidões* (1895) está, hoje, traduzida numa dezena de línguas.